



REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL





Óleo sobre tela datado de 1948, do pintor Manuel Madrugá é uma pintura alegórica retratando o retorno da FEB ao Brasil em 1945.

A tela representa o sentimento nacionalista e patriótico da época, tendo como características em destaque um carro de guerra (triga) carregando três figuras femininas representadas: pela “Liberdade”, iluminando com a tocha o caminho a frente; pela “Paz”, conduzindo o carro de guerra; e pela “República” - observe a mantilha na cor vermelha, originalmente era um barrete frígio vermelho (revista *Ilustração Brasileira*, 1948) - que carrega numa mão a deusa da vitória (Niké) e na outra os ramos de oliveira constituindo a vitória da República do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

Em 1952, em comemorações ao 141ª aniversário da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) foi realizada no Museu Acadêmico, pelo Marechal Mascarenhas de Moraes, o descerramento desse quadro que estava coberto com as cores brasileiras.

O Autor

Manuel Pereira Madruga Filho (1872-1951) foi um pintor e professor da Escola Nacional de Belas Artes nos anos quarenta do século XX, considerado pela crítica da época como possuidor de uma arte e técnica de pintura acadêmica como a dos consagrados Pedro Américo e Victor Meireles.

De acordo com sua biografia, Manuel Madruga viajou em 1884 para a Paris, França, com a ajuda de seu tio o coronel Tomás Madruga, onde ficou até 1940, retornando ao Brasil em razão da invasão do exército alemão à França. No Brasil recebeu patrocínio do Estado Novo de Getúlio Vargas como pensionista do Estado. Ganhou o concurso de pinturas promovido pelo Ministério da Guerra com a tela “Volta dos Expedicionários”, a ser posto no Palácio Duque de Caxias, sendo que um dos júris da Comissão Julgadora era o então TC Prati de Aguiar, futuro Cmt da AMAN, e pintou uma versão do “Grito do Ipiranga” que atualmente está no Clube Militar no Rio de Janeiro.

Informações Técnicas:

Autor: Manuel Madruga, gênero: pintura histórica, técnica: tinta a óleo sob tela, dimensões: 195 cm de altura × 295 cm de largura, data: 1948.

Visite:

A obra de arte está exposta na pinacoteca do Museu Acadêmico “Biblioteca Marechal José Pessoa”, na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende/RJ e faz parte do roteiro de visitas daquele estabelecimento de ensino.



REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL

vol. 1, n. 6, 2023

Resende, RJ
2023

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Editor

Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Marechal Mário Travassos AHIMTB .

Localização: Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN

Conjunto Principal II – Biblioteca Cel. Panizzutti

Endereço: Rodovia Presidente Dutra Km 306

Resende – RJ

Carlos Roberto Peres – Cel. Eng. Ref. – Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da AHIMTB.

Anvalgleber Souza Linhares – Cel. Inf. Ref. – Vice-Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)

Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG)

Especialização em Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).. Professor de Direito da AMAN e UBM.

Antonio Carlos Simon Esteves – Cel. Inf. Ref. – Secretário da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras

Graduação em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS

Especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco

Especialização em Educação pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército

MBA pela Fundação Getúlio Vargas

MBA pela ISCTE – Lisboa/PT

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Mestrado em Comunicação Social e Educação pela UFRJ.

Alexandre Neves Lemos Esteves. Cel. Inf. – Relações Públicas da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Graduado em História pela UNIRIO e pós-graduado em Política e Estratégia.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2018.

Durland Puppim de Faria. Cel. Int. 1º Tesoureiro da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Graduado em Direito e História, pós-graduado em Ciências Políticas e História Militar e mestrando em História Cultural.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2009.

João da Costa Paiva Filho – Cel. Inf. Ref. – Coordenador da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRJ.

Julio Cesar Fidelis Soares. Professor Universitário. Conselheiro Fiscal da AHIMTB.

Mestre em História Social.

Pesquisador membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Resendense de História. Integrante do Instituto de Estudos Valeparaibanos e do Grupo de Preservação da História da FEB – Capitão Cobra – Resende - RJ (Instituto de Pesquisas e História Militar Duque de Caxias - RESENDE RJ - Reencenação Histórica Militar).

Marcos Cotrim de Barcellos. Professor Universitário. Membro da AHIMTB.

Graduação em Filosofia pelo Centro Unisal de São Paulo.

Mestrado em Filosofia pela UFRJ.

Doutorado em História Social pela UFRJ.

Professor de Filosofia e História da Educação, Filosofia e História do Direito, na Associação Educacional Dom Bosco.

Professor de História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Filosofia da Natureza no Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Projeto Gráfico e diagramação da Revista

Maria Aparecida Ladeira da Cunha

Desenvolvedor

Kélcio José Gomes

6ª Edição

vol. 1, n. 6, 2023

Periodicidade

Semestral

Site: www.revistamilitarterrestre.com.br

Contato: contato@revistamilitarterrestre.com.br



EDITORIAL

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL | ANO 04 | NÚMERO 06

Antonio Carlos Simon Esteves¹

Prezados leitores, julho de 2023 assinala o início do quarto ano da Revista da AHIMTB, com o lançamento de seu número 06, meia dúzia, parafraseando os seguidores do Marechal Mallet, Patrono da Artilharia; que usam a expressão para diferenciar e não confundir com outros numerais. A revista digital, com periodicidade bianual (julho e dezembro), foi lançada ao público em seu primeiro exemplar em dezembro de 2020.

Os integrantes da AHIMTB, os historiadores e o público em geral têm manifestado interesse crescente através do acesso às publicações disponíveis no sítio da revista; nos comentários e na apresentação de artigos para serem submetidos ao Conselho Editorial, visando publicação.

São decorridos mais de dezoito meses da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e são muitas as lições dadas pelo conflito. Os especialistas apontam novos fatores tecnológicos e de logística presentes neste grande combate do século XXI, ainda com consequências imprevisíveis. A Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil tem como foco o Brasil e suas forças terrestres, todavia seus estudiosos permanecem atentos com as lições advindas do conflito no leste europeu, seu emprego no presente e procurando antever o futuro em uma sociedade disruptiva; fazendo das máquinas, humanos e dos humanos, máquinas.

O que se observa é o largo emprego de drones, inteligência artificial, mísseis de longo alcance, domínio do espaço aéreo com aeronaves de última geração. En-

¹ Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, em 1977, Turma Tiradentes. Em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS, pós-graduação e especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército. MBA pela Fundação Getúlio Vargas e ISCTE – Lisboa/PT; mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mestrando em Comunicação Social e Educação pela UFRJ. Professor concursado do Magistério do Exército nas disciplinas de Introdução à Economia e Introdução à Administração na AMAN. Chanceler do Centro Universitário Dom Bosco do Rio de Janeiro, Presidente da Associação Educacional Dom Bosco – Resende/RJ.

tretanto, ainda no século XXI, o fator mais importante e decisivo é a conquista e a manutenção do terreno, das posições, das localidades, dos territórios pelas tropas terrestres. Portanto, a diversidade dos artigos de nossos estudiosos se fazem atuais e importantes para a História Militar Terrestre do Brasil.

Artigo 1

O Major de Artilharia Roberto de Castro através do artigo “A história militar de Belém por meio dos prédios militares históricos da Colônia à República Velha” nos apresenta e introduz de forma organizada, uma nova abordagem do estudo dos assuntos militares terrestres.

Cita em seu resumo a importância da arquitetura dos prédios construídos ou ocupados para uso militar, com um recorte preciso, dos tempos coloniais aos dias atuais, localizada em um sítio bem definido na cidade de Belém, na porta da nossa Amazônia. Além do estudo ser importante como fonte de preservação do patrimônio histórico nacional, também é, como ferramenta educacional, de conscientização, pertencimento e preservação da identidade do nosso povo.

Pelo mundo afora se observa esta tendência da preservação e da conservação desses espaços para visitação; inclusive no importante setor dos serviços das nações do turismo, sendo classificado como “turismo militar”, e cada vez ganhando mais força e produzindo recursos. Inicialmente eram os museus com acervos de guerra, as fortalezas, os locais de combates, prédios habitados por grandes heróis militares etc. Todavia, hoje em dia se observa uma grande segmentação e procura turística específica deste tema, desde porta-aviões até hospitais de guerra, passando por viaturas, aviões e infelizmente até campos de concentração, como exemplo os da II GM na Europa Oriental.

Convido a passearem por Belém, neste artigo; se deter nos fatos através do tempo, de seus prédios de uso militar, de sua história e de sua importância estratégica para a integridade nacional como capital da Amazônia Legal Brasileira, principalmente neste momento em que aumenta a cobiça internacional por suas diversificadas riquezas.

Artigo 2

O Cel Veterano Márcio Edson Daniel no artigo “O ensino de Sociologia no Ensino Médio e a formação do cidadão brasileiro no Séc. XXI” traz ao leitor da Revista de História Militar um tema a ser refletido, em virtude das guerras e dos conflitos ideológicos advindos, principalmente nos países ocidentais e democráticos, em pleno século XXI de doutrinas arcaicas, ainda do início do século passado, sobejamente utópicas, ultrapassadas e de resultados irrefutáveis, lamentáveis, de extermínio das suas populações em todos os estados pelo mundo afora, em que foi implementado pela força.

É um artigo que procura resgatar a necessidade do estudo da Sociologia, da mesma forma das outras ciências sociais, de forma científica e responsável, abordan-

do as diversas correntes e tendo a preocupação com a adequação do aprofundamento em função da idade e maturidade do discente.

É louvável a preocupação do autor na proposição do aprofundamento do estudo da Sociologia através de seu artigo, considerando inclusive os modelos adotados em outras nações. Constata a criação de pseudo narrativas dominantes na esfera do ensino/aprendizagem, a falta grave do direito do contraditório e a alienação, a supressão dos mais sagrados princípios democráticos conquistados através da Constituição da República Federativa do Brasil, vigente desde 05 de outubro de 1988.

Artigo 3

O artigo “Eventos de interesse estratégico que antecederam a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a II GM: uma percepção”, de autoria dos Oficiais: Coronel de Infantaria e do Quadro de Estado Maior do Exército Glauber Corrêa Netis Teles e do Major do Quadro Complementar de Oficiais Marcelo de Jesus Santa Bárbara contribui de forma significativa para a compreensão da história, através de seus estudos do poder militar do Brasil (FEB na II GM), face aos cenários que precederam, durante e posteriores a sua participação como país aliado e sua interação com a geopolítica mundial.

É de conhecimento conforme cita os autores: “que o país iniciava a transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, o que demandava ações tanto na esfera política, como no fomento do desenvolvimento industrial e econômico. Nesse sentido, as expressões do Poder Nacional foram mobilizadas pelo Estado em um esforço sem paralelo no País”.

O artigo relaciona de forma clara esta relação de poder de forma estratégica, Brasil/USA, países aliados, ressaltando que “o pragmatismo passou a nortear essa relação, pode-se citar a esse respeito a barganha sobre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que foi criada em 9 de abril de 1941, com o decreto-lei que deu origem à maior siderúrgica do Brasil. Nesse momento, Getúlio Vargas encerrou uma longa etapa da história econômica brasileira, contribuindo para o desenvolvimento da indústria de base nacional”.

Ao longo da história da humanidade país sem aço (ferro e carvão) é um país sem o mínimo poder de empreender seu desenvolvimento em todos os setores das atividades econômicas, necessários aquela sociedade. Em pleno século XXI as grandes potências mundiais, procuram ser auto suficientes em tudo, tanto no setor primário, secundário e terciário e ter excedentes exportáveis para suprir eventuais fragilidades internas e manter uma moeda forte.

O artigo com abordagem estratégica propicia aos pesquisadores um caminho para compreender a História do Brasil. Em particular o aprofundamento dos estudos dessa época e posteriores a II GM, indicarão as grandes transformações que aconteceram; bastando seguir como citado no artigo, a criação da CSN, as alterações na Doutrina do Exército e a criação da moderna e atual Academia Militar das Agulhas Negras, dentre outras conquistas estratégicas que poderão ser enunciadas.

Artigo 4

O artigo “A Revolta da Divisão Auxiliadora” de autoria do consagrado pesquisador, escritor especializado em História Militar e Engenheiro Ricardo Caetano de Moraes é uma agradável viagem as brumas do passado, nos permitindo através de suas pesquisas em seguras fontes primárias (Fala do Trono, de 03 de maio de 1823, e outros documentos) aprofundar os estudos e o conhecimento acerca das dificuldades de D. João VI inicialmente e D. Pedro I em manter a Independência e Soberania do Reino do Brasil (consolidada pelo Grito do Ipiranga - 07 de setembro de 1822).

Convido os leitores a acompanhar o papel político-militar desempenhado pela Divisão Auxiliadora, durante sua longa permanência no Brasil, sendo a principal força lusitana, in loco, a serviço da corte e da constituição portuguesa. O importante comprometimento e decisão de D. Pedro de Alcântara de Bragança e Bourbon – Pedro I do Brasil, com a causa brasileira, possibilitando a continuação do processo tardio de emancipação social, e as consequências Napoleônicas da vinda de D. João VI em 1808, para o Brasil/Portugal, com o rompimento oportuno e definitivo da possibilidade de o Brasil voltar a ser colônia.

Resenha

Nesta presente edição da Revista da AHIMTB, apresentamos a resenha de autoria do Coronel Veterano Secomandi se constitui em um colírio para os olhos. Na prática uma viagem marítima ao litoral sudeste brasileiro de Forte a Fortalezas de São João, como há 450 anos atrás.

Constitui uma merecida homenagem aos homens de ferro que construíram nossa integridade e soberania pelos rincões desse imenso Brasil e um encerramento as atividades literárias de 2022; que tiveram como foco principal as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil.

Convido os leitores a acessar as modernas tecnologias digitais postas à disposição, e apreciar, por outros ângulos, através do QR Code, os cenários nunca antes navegados de Fortins, Fortes e Fortalezas.

Formulando votos de reconhecimento e acolhimento pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) dos estudos sobre as dezenove (19) fortificações coloniais brasileiras, como “conjunto de bens seriados”, para o Patrimônio Mundial.

Lançamento de Livro

A Revista da AHIMTB tem a satisfação de participar do lançamento do Livro “As batalhas da revolta de 1924 no Paraná e no Pará” de autoria do Coronel de Infantaria do Quadro de Estado Maior do Exército Veterano Cláudio Tavares Casali.

O Cel Casali cita os motivos que o levaram à produção da obra: que em 05 de julho de 1924 teve início a Revolução de 1924 em São Paulo e nesse conflito que levou a óbito seu bisavô Alípio Dias, no alto Paraná. Por esse motivo, ofertando o livro

na data de seu lançamento e dando continuidade aos estudos e as comemorações do centenário do fato histórico, a ser assinalado em 2024.

Nesse contexto da obra que contém 168 páginas, há combate urbano, defensivas em meio a região de mata de pinheiros, guerra de trincheiras, ataque frontal, manobras ofensivas de desbordamento, operação de cerco, infiltrações, perseguição, ação retardadora, batalhas fluviais, ataques aéreos, operações psicológicas, defesa territorial, enfim, há uma descrição do teatro de operações com forte influência da 1ª Guerra Mundial e da Missão Militar Francesa.

O autor cita, nominalmente, a participação de muitos militares que estiveram nessas frentes, pois além de ser um resgate histórico de sua própria família, favorecerá a pesquisa genealógica de outras.

Os confrades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e o público ávido por conhecimentos históricos cumprimentam o Cel Casali por mais esta obra editada em papel e em e-book; agradecem por sua franca distribuição e convidam para a leitura do livro.

Uma boa leitura.

Antonio Carlos Simon Esteves



SUMÁRIO

- A história militar de Belém por meio dos prédios militares históricos da Colônia à República Velha** 13
Roberto de Castro
- O ensino de Sociologia no Ensino Médio e a Formação Do Cidadão Brasileiro no Século XXI** 32
Cel Cav Márcio Edson Daniel
- Eventos de interesse estratégico que antecederam a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a II GM: Uma percepção** 47
Glauber Corrêa Netis Teles e Marcelo de Jesus Santa Bárbara
- A revolta da divisão auxiliadora** 54
Ricardo Caetano de Moraes
- Resenha Descritiva** 60
Cel. Secomandi
- Lançamento do livro “As batalhas da revolta de 1924 no Paraná e no Pará”** 65
Cel. Cláudio Tavares Casali.



A HISTÓRIA MILITAR DE BELÉM POR MEIO DOS PRÉDIOS MILITARES HISTÓRICOS DA COLÔNIA À REPÚBLICA VELHA

Roberto de Castro¹

RESUMO

O artigo integra a arquitetura e a história do Brasil com ênfase no campo militar, tendo como palco principal a cidade de Belém, pela gama de construções que conectam o período colonial à República Velha. O trabalho tem sua relevância para como proposta de roteiro histórico educacional para apresentar os prédios históricos em Belém. As informações obtidas foram extraídas de fontes históricas de cunho documental encontradas em Espaços de Memórias (museus, prédios históricos, blogs), Arquivos Históricos, fontes primárias e secundárias (bibliográficas e digitais). Essa metodologia é voltada para a pesquisa histórica por meio da pesquisa qualitativa, a fim de exaltar a tradição e história militar da Amazônia Oriental. A jornada inicia pelo Forte do Presépio, o Hospital Real (Casa das Onze Janelas) e o Arsenal (4º Distrito Naval), que remontam ao período Colonial, seguindo para o Monumento General Gurjão obra do período Imperial e por fim, segue o Palacete Guilherme Paiva, residência oficial do Comandante Militar do Norte e o Quartel General de Belém, ambos construídos na República Velha durante o período áureo da borracha.

Palavras-chave: História do Brasil. Arquitetura. Prédios históricos.

INTRODUÇÃO

A história pode ser transmitida de várias formas, por meios materiais e imateriais, onde prédios históricos permitem conhecer a história por meio da arquitetura. O processo de apresentação desses prédios está intimamente ligado com o turismo militar, neste caso da cidade de Belém transitando do período colonial à República Velha.

¹ Graduado Ciências Militares pela AMAN e Administração pela UNISUL. Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade de Cruz Alta. Especialista em História do Brasil pela FAMART. E-mail: rdecastro14@hotmail.com

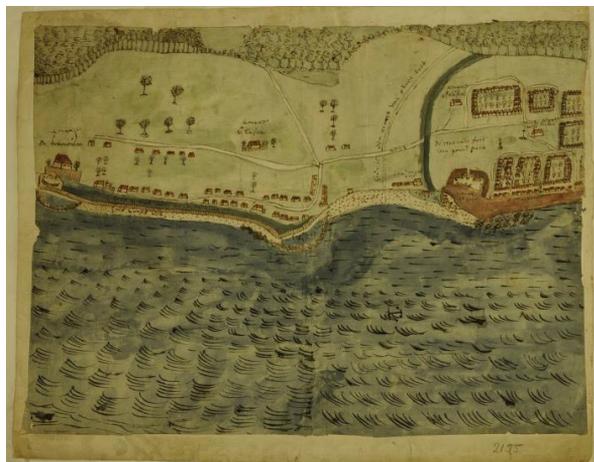
Os prédios militares históricos fazem parte do conjunto urbano tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que compreende os bairros da Cidade Velha e Campina, na cidade de Belém-PA. O tombamento teve início em 1982, sob o número do processo 1071 e foi concluído em agosto de 2012.

2.1 O Forte do Presépio (1616)

O Forte do Presépio, denominação atualmente, foi conhecido já foi conhecido por diversos nomes, tais como: Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo, Forte do Presépio de Belém, Forte do Senhor Santo Cristo e Forte do Castelo.

A Fortaleza está situada na confluência do Rio Guamá com a Baía de Guajará. A região coincide com a entrada do porto e do canal que circunda a Ilha das Onças, na cidade de Belém do Pará.

Figura 2. Planta Geral da Cidade de Belém Do Pará. É um original manuscrito de meados do Século XVII (por volta de 1640), Arquivo Real de Haia, Países Baixos.



Fonte: FERREIRA, In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2006.

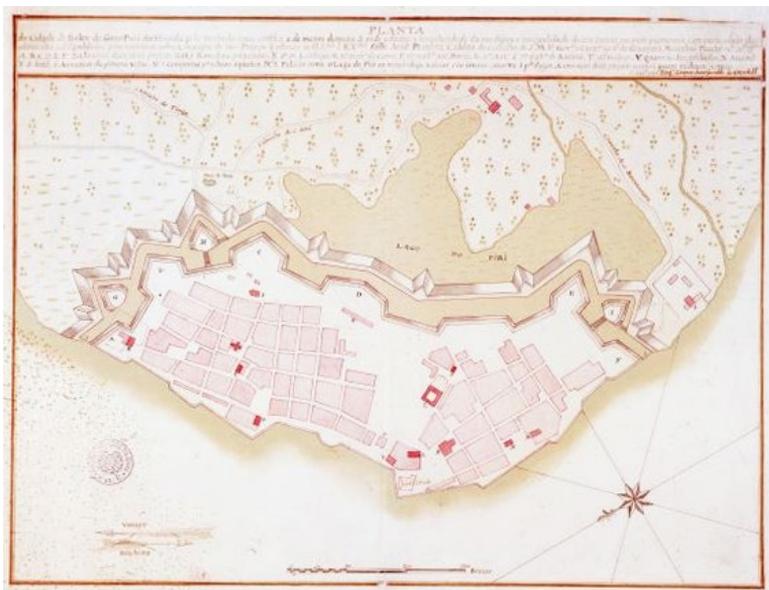
Com a fundação de uma feitoria pelos franceses Charles de Vaux e Jacques Riffaut, em 1594, na Ilha de São Luís, o Rei de Portugal e Espanha, Filipe II, ordenou aos portugueses a expansão militar nas matas do Maranhão (como era conhecida a região amazônica na época), ao longo do Rio Amazonas, culminando na fundação da cidade de Belém em 1616 (FROTA, 2000).

No dia 12 de janeiro de 1616, o Capitão-Mor Francisco Caldeira Castelo Branco juntamente com uma expedição de 200 homens, a bordo de três embarcações sob sua liderança, partiram de São Luís-MA no dia 25 de dezembro de 1615, e desembarcaram em terras Tupinambás, onde ergueram uma fortificação denominada Forte do Presépio, a qual foi batizada de “Feliz Luzitânia” (GUERRA DA COSTA, 2015).

Ajudados pelos Tupinambás, levantaram uma dupla linha de paliçada, repleta de areia, formando um parapeito ao lado do mar, onde montaram dez peças de artilharia das que trouxeram da frota. Essa descrição acha-se em Frei Agostinho de

Santa Maria Jaboatão, Manuel Aires do Casal, Constâncio Abreu Lima, James Anderson, David Warden, Manoel Barata, entre outros. Mais tarde, em 1617, os Tupi-nambás, liderados por um índio chamado pelos portugueses de “Cabelo de Velha”, reuniram-se para lutar contra os portugueses.

Figura 3. Planta da Cidade de Belém, fortificada pelo método mais simples.



Fonte: Sgt Mor Engo Gaspar João Geraldo de Gronfeld, s/d (AHEx)

A localidade alta, de quatro a cinco braços acima do nível comum das terras, adaptava-se aos dispositivos de defesa militar. O dispositivo do Forte do Presépio tinha duas faces escarpadas para o rio. Esse era ligado ao continente apenas por uma estreita faixa de terra; o isolamento facilitava sua defesa. O forte erguido era de paliçada, em quadrilátero, feito de taipa de pilão na margem do rio. Cestões guarneciam a da terra. Peças de artilharia apontavam para as posições de possíveis inimigos (GUERRA DA COSTA, 2015).

Portugal e Espanha realizaram assentamentos à foz do Rio Amazonas e se preparavam para combater ingleses e holandeses, então senhores do vantajoso comércio na calha do Rio Amazonas. Historicamente, o Forte do Presépio foi o local de partida de forças civis, militares e eclesiásticas, que se lançaram na construção da Amazônia do séc. XVII.

As primeiras ruas e saídas foram construídas no século XVII, legando o Forte, a Igreja de Nossa Senhora da Graça ao vilarejo. Naquele período, observaram-se as primeiras edificações, feitas com materiais precários, predominantemente, de taipa e taipa de pilão. Entre o rio e o igarapé, cercada por grandes regiões de florestas e recursos hídricos, a cidade Belém era um núcleo colonial de pouca expressão.

O Forte sofreu reformas em 1759 e em 1773. A partir de 1759, uma parte de suas instalações foi adaptada para a construção do hospital. Em seguida, o então

Governador Fernando da Costa de Ataíde Teive o transformou em Hospital Militar, local que é conhecido atualmente como a “Casa das Onze Janelas”.

Reformado e rearmado a partir de 1850, durante o governo de Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Grão Pará, o Forte do Presépio recebeu limpeza geral interna. Posteriormente, ganhou novos aposentos para tropa, a Casa do Comandante, a ponte sobre o fosso, um portão e muralha de cantaria na face defronte ao Rio Guamá.

Em 1907, o Governo Federal autorizou a companhia Port of Pará a instalar-se no Forte, e a promover as mudanças que lhe fossem convenientes, desde que se comprometesse a devolvê-lo com as muralhas reconstruídas e realizasse reformas na Fortaleza. Em 1920, passou a ser administrado pelo Exército Brasileiro (GUERRA DA COSTA, 2015).

Figura 4. Vista Aérea do Forte do Presépio, Belém, Pará.



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2018.

As dependências do forte foram utilizadas para diversas finalidades, tais como depósito de armamentos e munições. Durante a 2ª Guerra Mundial, serviu de quartel para uma Bateria de Artilharia. Na década de 1950, as suas dependências eram usadas para a execução de diversos serviços da 8ª Região Militar (GUERRA DA COSTA, 2015).

O Forte do Presépio foi tombado em 1962, pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na década de 1980, seu estágio de deterioração era avançado, havendo necessidade de garantir a integridade do conjunto arquitetônico através de obras emergenciais. Então, a partir de 1983, o Exército Brasileiro, com recursos da Fundação Pró-Memória, o IPHAN, realizou obras de conservação e restauração.

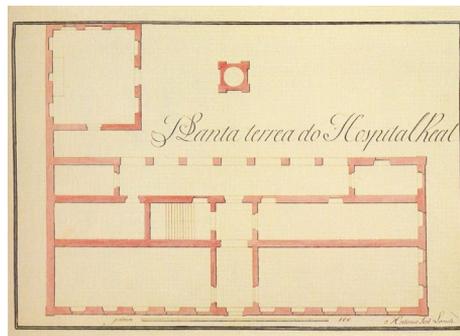
2.2 Hospital Real Militar - Palacete das Onze Janelas

O Palacete das Onze Janelas foi construído em meados do século XVII como residência para o senhor do engenho de açúcar, Domingos da Costa Bacelar, e funcionava como sua propriedade de final de semana, já que nos outros dias ficava no interior onde estavam localizados seus engenhos. Em 1768, o edifício foi vendido para o governador do Grão-Pará, Fernando da Costa Ataíde Teive (IPHAN, 2019). O hospital militar funcionou no local até 1870, quando o prédio começou a ser usado para outras atividades militares, abrigando o Corpo da Guarda e a Subsistência do Exército até o final do século XX (LORENZI, 2016.).

A disputa territorial da segunda metade do século XVIII expressa tanto na execução dos tratados de demarcação de limites quanto nas tensões revolucionárias nacionais e internacionais, que intensificou a instalação de tropas no Grão Pará. Nesse sentido, tornou-se necessário o estabelecimento de hospitais militares como medida preventiva à saúde dos soldados. As práticas da medicina política, visando à conservação da saúde da população como força de trabalho e como vassalos do rei, encontraram maior expressão na prevenção à saúde dos militares (PATACA, 2018).

A construção do Hospital Real Militar destacou-se no processo de institucionalização da medicina e implementação de iniciativas para substituir as práticas tradicionais por uma medicina “cultu” (Ribeiro, 1997). O hospital foi estabelecido com o objetivo de atender à demanda médica dos militares. O edifício foi reformado e adaptado com projeto do arquiteto régio, Antônio José Landi. A posição do edifício na cidade, ao lado do Forte, do Colégio dos Jesuítas e da Catedral da Sé, representa a centralidade defensiva do território, expressando o poder político da medicina e da cura dos súditos por meio da disciplina, da ordenação territorial e do controle humano. Antes da construção desse hospital, os doentes militares eram atendidos em uma enfermaria do Forte, que se tornou insuficiente para o atendimento de todos, tendo em vista o aumento do efetivo, sendo, em muitas ocasiões, necessário acomodar os pacientes nos armazéns do Colégio dos Jesuítas. Além disso, as recorrentes epidemias na cidade, dentre as quais a de 1749, demandaram a construção de novos dispositivos para a cura dos doentes (PARACA, 2018).

Figura 5. Planta da reforma do Hospital Real Militar



Fonte: Lisboa, B.N.L., Coleção Pombalina, Códice 740, 19.

Figura 6. Hospital Real Militar, 1784



Fonte: Codina, 1971, p.22

As reformas hospitalares permitiram segmentar por especialização, com a criação de um setor cirúrgico e a nomeação do físico-mor e do cirurgião-mor do Reino, a criação de um sistema de registro de tudo que acontecia nas instituições, desde a chegada do paciente, com o preenchimento de prontuários médicos até sua saída. O efetivo, em 1784, era de 33 pessoas no hospital, dentre as quais estavam um médico, um cirurgião com seis ajudantes, um boticário, um sangrador, dois enfermeiros, um intendente dos armazéns, um almoxarife, um escrivão, um capelão, um cozinheiro com seu ajudante e 12 serventes (PATAÇA, 2018).

2.3 O Arsenal de Marinha do Pará

O Arsenal de Marinha do Pará tem sua origem na antiga Casa das Canoas, conjunto de oficinas que foi edificada em 1729, em frente ao Palácio do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará, destinadas a construção e reparos das canoas de guerra. Em 1761 as oficinas foram transferidas para o Convento S. Boaventura, onde passaram a se chamar Arsenal de Marinha do Pará, local que ocupa até hoje, possível ver na figura 7, situado na Rua do Arsenal. Essa transferência fez com que suas atribuições ficassem mais amplas, entre elas a construção de navios de guerra de maior porte para operarem em mar aberto. No seu período áureo, o Arsenal de Marinha do Pará construiu uma nau armada com 74 canhões, 5 fragatas de 44 canhões, 4 charruas e 12 calupas artilheiras². Entre as fragatas, se destaca a Imperatriz, que serviu no Rio da Prata, onde repeliu vitoriosamente a abordagem de 11 navios inimigos. Daí em diante, o Arsenal limitou-se apenas a fazer reparos nos navios de guerra, os quais, posteriormente, vieram a constituir a Flotilha do Amazonas. As oficinas do Arsenal da Marinha do Pará foram transferidas para a Base Naval de Val-de-Cães em 1949. Atualmente o edifício onde o Arsenal estava localizado abriga o Comando do 4º Distrito Naval da Marinha, criado em 1933 (IBGE, 2017; MARINHA DO BRASIL, 2022).

² A princípio o termo deve se referir a chalupas em vez de calupas como obtido nas fontes oficiais. A chalupa é uma embarcação de pequeno porte a remo ou a vela, parecida com botes, no caso armada com artilharia (nota do autor).

Figura 7. O Arsenal de Marinha do Pará.



Fonte: IBGE, 2022.

2.4 O herói do período imperial

Em 02 de setembro de 1870, a lei imperial nº 615 autorizou o governo provincial a erguer o monumento ao Brigadeiro Hilário Maximiano Antunes Gurjão, primeiro oficial paraense a atingir o generalato, esta estátua localizada no Centro Comercial de Belém, na Praça Dom Pedro II.

Nos combates da Guerra do Paraguai, destacou-se o militar paraense Hilário Maximiano Antunes Gurjão, o qual foi ferido no combate da Ponte de Itororó, tendo falecido no dia 10 de janeiro de 1869, em Humaitá. Gurjão teve sua bravura elogiada pelo Marquês de Caxias, que comandava o Exército na conquista da ponte.

O brigadeiro Hilário Maximiano Antunes Gurjão, já vantajosamente conhecido e respeitado no Exército, por seu amor à disciplina, inteligência superior, bravura e intrepidez, de que tantas são tão brilhantes provas dera nas difíceis e arriscadas comissões de que foi encarregado no Chaco, selou as listas do seu nome pela intrepidez e calma com que se portou no combate de 6 de dezembro de 1868 e pelo honroso ferimento que nele recebeu, como se publicou em ordem do dia 14 de janeiro de 1869 (FRAGOSO, 2011, p. 327).

Figura 8. Monumento ao Brigadeiro Gurjão



Fonte: monumentos de Belém.³

O Brigadeiro Gurjão nasceu em Belém, no dia 4 de maio de 1820 e foi incorporado ao Exército como praça em 1º de maio de 1836, quando combateu na Cabanagem, terminando como Primeiro Tenente em 2 de julho de 1840, com antiguidade de 2 de dezembro de 1839, sendo designado para estudar no Rio de Janeiro após o conflito. Diplomou-se em Matemática, Artilharia e Fortificações em 1845. Serviu nos 1º e 3º Batalhões de Artilharia. Exerceu o cargo de comandante do contingente do Amazonas. Na Guerra do Paraguai, comandou a Brigada de Artilharia, participou do bombardeio de Itapiru, da Batalha do Passo da Pátria, da Campanha do Chaco e da Batalha do Sauce, nas cercanias de Humaitá, destacando-se quando comandava a 4ª Divisão de Infantaria na conquista da Ponte do rio Itororó⁴.

A matéria ressalta que, “no dia 7 de dezembro de 1868, o General Gurjão, verificando a hesitação da tropa, tomou a dianteira e bradou: “Vejam como morre um general brasileiro!”. Os soldados, motivados pelo corajoso General, que foi gravemente ferido, avançaram e conquistaram a ponte.” Gurjão foi o primeiro paraense a chegar ao posto de oficial-general. A Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército (AD/3), localizada em Cruz Alta-RS é conhecida pelo nome histórico de Artilharia Divisionária Brigadeiro Gurjão. Também a Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Norte tem no General Gurjão seu patrono.

³ Monumentos de Belém. Disponível em: <<http://www.monumentosdebelem.ufpa.br/transcodificacao/index.php/monumento/general>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

⁴ FRAGOSO, Augusto Tasso. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. v. 2. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2011.

Hoje, a arquitetura urbana de Belém abriga um monumento em homenagem ao General Gurjão. De acordo com o site “monumentos de Belém”, a estátua foi inaugurada por ocasião dos festejos à Adesão do Pará a Independência, em 15 de agosto de 1882. Conforme este estudo desenvolvido pela Universidade Federal do Pará, o monumento “é uma homenagem aos paraenses que colaboraram para a vitória da Tríplice Aliança na Guerra contra o Paraguai, em especial, o General Hilário Maximiano Antunes Gurjão”.

2.5 Palacete Guilherme Paiva - residência do Comandante Militar do Norte

O imóvel foi adquirido por compra do Doutor Pedro Chermont Raiol pelo engenheiro civil Guilherme Paiva em 1925⁵. A iniciativa da aquisição do imóvel partiu do então Ministro da Guerra, o Marechal Eurico Gaspar Dutra, que, ao receber a proposta de venda do proprietário e em virtude da falta de residência para Oficial General no âmbito da 8ª Região Militar, considerou a proposta vantajosa. O Ministro da Guerra fez a proposição para a aquisição do imóvel em Exposição de Motivos datada em 15 de setembro de 1937, ao então presidente da República, Getúlio Vargas. No dia 13 de dezembro de 1937, por meio do Decreto Lei nº 61, foi autorizada a aquisição do imóvel e abertura de crédito especial para esse fim. Não houve relatório de escolha de imóvel, existindo apenas uma referência ao seu estado, à conveniência da aquisição e ao valor do imóvel, resultante de exame pessoal procedido pelo General Basílio Tarbosa, então Comandante da 8ª RM, em 31 de julho de 1937, conforme Ofício nº 97/S-E, dirigido ao Ministro da Guerra que, ouvindo o Diretor de Engenharia, obteve o mesmo parecer favorável à aquisição, considerada também por essa autoridade como vantajosa.⁶

Em 21 maio 1938, a aquisição do imóvel foi efetivada e procedida a lavratura da escritura de transmissão, sendo na mesma data efetuado o pagamento de 170:000\$000 (cento e setenta contos de réis) para pagamento do imóvel propriamente dito e 30:000\$000 (trinta contos de réis) para pagamento dos móveis e utensílios nele contidos, pagamentos esses ocorridos por conta do crédito especial do Dec. Lei nº 61, de 13 dez 37 (DO nº 290, de 21 dez 37, p. 25.200).

A compra do imóvel foi procedida pela UNIÃO, por intermédio do então Ministério da Guerra, representado no ato pelo Chefe do Serviço de Engenharia da 8ª RM, Major Olympio Ferraz de Carvalho, devidamente autorizado pelo Ministro da Guerra.

O palacete foi encomendado por Guilherme Paiva, gerente da companhia Portof Pará, para ser um villino italiano. A construção projetada por José Sidrim tem como inspiração a Vila Leoncini de Valle Provino, em Udine na Itália. A imponente

5 Conforme escritura de 20 de fevereiro de 1925, lavrada às folhas 73-verso, do livro nº 254, do 1º Ofício de Notas, transcrita no Registro de Imóveis da Comarca, em 28 de fevereiro de 1925.

6 (Of nº1218 G/DirEng, de 4 ago 37)

residência de telhado baixo, construída em 1924, está localizada no centro do lote, de onde é possível contemplar seus jardins, característica do Romantismo.⁷

Figura 9. Palacete Guilherme Paiva – Desenho de José Sidrim



Fonte: Mattos (2017)

Os elementos mais marcantes da construção são o hall que permite o acesso aos cômodos de serviço sem a necessidade de um longo corredor, o mirante ou belvedere e as escadarias, características marcantes das obras de Sidrim. Na figura, à esquerda, se encontra a escadaria principal com seu acesso ao segundo pavimento; ao centro, a escadaria é vista de cima pelo acesso ao belvedere; e, à direita, a escadaria em caracol que permite acessar o mirante da casa. Por meio das fotografias, é possível ver os detalhes na confecção dos assoalhos, que são diferentes a cada pavimento.

Figura 10. As escadarias do palacete



Fonte: Mattos (2017)

7 MATTOS, Ana Léa Nassar. José Sidrim (1881-1969): um capítulo da biografia de Belém (Doutorado em História). Belém: UFPA, 2017

Os vitrais ingleses se destacam na composição, com riquíssimos detalhes coloridos e representações sacras das santas Joana d'Arc e Helena, escolhidas pela devoção de Guilherme Paiva.

Figura 11. Vitrais de Joana d'Arc (à esquerda) e Santa Helena (à direita)



Fonte: Mattos (2017)

O imóvel está situado na Travessa Dr. Moraes, nº 32, entre Av Nazaré e Av. Gov José Malcher, bairro de Nazaré. Possui palacete com 03 (três) pavimentos, destinada à residência do Comandante Militar do Norte, com uma área de 314 m², numa área total de 3.845,52 m².

Figura 12. Desenho do palacete



Fonte: Comissão de Reginal de Obras/8

2.6 O quartel general de Belém

O Exército Brasileiro relatou ao Ministério da Guerra, em 1910, o parecer de visita técnica patrimonial à guarnição de Belém (1909) com o seguinte parecer.

[...] existe, em Belém, um edifício velho e em ruínas, antigo aquartelamento do 4º Batalhão de Artilharia, em terreno bem situado e de dimensão regular onde podem ser construídos o quartel-general de Inspeção, casas para residência dos oficiais de seu estado-maior e o quartel para o 5º Batalhão de Artilharia e mais uma casa igualmente velha e arruinada no lugar. S. João, cujo terreno é bem localizado, pôde ser construído o edifício para enfermaria militar da guarnição⁸.

O texto histórico aponta os motivos para a demolição do Quartel dos Soldados, obra do arquiteto italiano Antônio Landi, erguida no século XVIII (instalações do 4º Batalhão de Artilharia), que estava em ruínas, o que acarretou na decisão de construir o Quartel General na guarnição de Belém para instalar a 2ª Região de Inspeção Permanente. No terreno militar, em frente à Praça Saldanha Marinho (atual Praça da Bandeira), entre as travessas de Mucajá (atual São Pedro) e São Francisco, foi construído o Quartel General, no período de 16 de agosto de 1910 a 1912.

Os detalhes da construção do Quartel General em Belém foram publicados em 1914, por meio de minucioso relatório, informando sobre o custo de 200 contos de réis e as imposições arquitetônicas para manter o padrão da Belém, influenciada pela Belle Époque

No relatório do inspetor da região, há informações minuciosas sobre o conhecimento exato do estado desse serviço e para o que deve ser feito no futuro. Com relação a obras militares, trata o inspetor do andamento das do Quartel General desde o início, em 1910, da demonstração de que o orçamento respectivo foi excedido apenas de 956\$, apesar da grande modificação que sofreu o pé direito daquele edifício, ficando mais elevado para atender as normas municipais, havendo ainda serviços que não tinham sido contemplados no orçamento como a instalação de luz elétrica e grade. Relativamente ao estado financeiro, necessita de cerca de 200:000\$ para pagamento de obras executadas no corrente exercício⁹.

O edifício em estilo Neoclássico com traços leves do Barroco e elementos do Art Nouveau, solenemente inaugurado às 11h do dia 4 de agosto de 1913, pelo Chanceler Lauro Muller, Ministro das Relações Exteriores, é o imponente prédio que hoje abriga o Comando Militar do Norte (CMN). Sendo que, nesta data, foi instalada

8 Relatório do Ministério da Guerra de 1910, p. 47-8.

9 Relatório do Ministério da Guerra de 1914, p. 58.

no Quartel General a 2ª Região de Inspeção Permanente, transferida do prédio do extinto 47º Batalhão de Caçadores (34ºBC), instalação que ocupava provisoriamente na Avenida São Jerônimo, esquina com a Rua Dom Romualdo de Seixas, no bairro de Nazaré.

Figura 13. Vista aérea do Quartel General



Fonte: Arquivo CMN

Comandava a 2ª Região de Inspeção Permanente, em 4 de agosto de 1913, o Coronel Carlos Jorge Calheiros de Lima, sendo engenheiro construtor do Quartel General o Coronel Manuel Luiz de Melo Nunes tendo como auxiliar o Primeiro Tenente Engenheiro Graciliano Negreiros.

O Quartel General de Belém foi instalado em 27 de março de 1909 e ocupava, provisoriamente, o prédio do extinto 34º Batalhão de Caçadores na Avenida São Jerônimo, esquina com a Rua Dom Romualdo de Seixas, no bairro Nazaré. Em 1910, ocupou prédio na Avenida da Independência nº 18 ao custo de 700 réis mensais¹⁰. Foi transferido no dia 4 de agosto de 1913 para as instalações do atual prédio histórico. Em 10 de setembro de 1997, recebeu a denominação histórica de Região Forte do Presépio. Posteriormente, em 11 de julho de 2013, com a implantação do Comando Militar do Norte, passou a sediar o mais novo Comando Militar de Área nesse prédio histórico, enquanto a 8ª Região Militar foi transferida para as instalações à retaguarda.

O prédio histórico do Comando Militar do Norte ocupa uma área de 872,50 m², possui três andares construídos em alvenaria em estilo neoclássico, com leves traços barrocos. Ao todo, são sessenta e quatro dependências, piso esquadrado em madeira, cobertura em telha tipo colonial, tubulações de água fria em ferro fundido.

A fachada do edifício apresenta uma profusão de elementos ornamentais dos quais podemos destacar o frontão, a porta principal e janelas. O frontão da edificação em relevo apresenta ao centro a figura de um anjo sobre o Brasão Nacional, ladeada

¹⁰ Relatório do Ministério da Guerra de 1910. p. 47

por figuras de lanças, flamulas e tambores e mais afastados, dois canhões cruzados sob três balas de canhões. Abaixo do frontão, há a inscrição em relevo “Quartel General” ladeada de pilastras sobre as quais há mascarões (carrancas). Logo abaixo dessa inscrição, há uma sequência de mísulas que marca toda a extensão da fachada.

Figura 14. Frontão QGI CMN



Fonte: Arquivo CMN

As extensões da fachada do edifício, à direita e à esquerda, apresentam uma exuberância de elementos ornamentais em relevo como canhões, balas de canhões, ferramentas de construção tipo pá e machados, além dos detalhes tipo muralha que remontam a arquitetura neomedieval. A imponente porta principal em arco pleno tem ao centro, na parte superior, a data de finalização da construção do prédio, 1912, ladeada de colunas em estilo grego coríntias.

Figura 15. Porta principal do Quartel General



Fonte: Arquivo CMN.

As janelas do piso superior têm verga em arco pleno e as do piso inferior retas e alternam balaustradas ou gradis em ferro fundido. Os capitéis das pilastras apresentam volutas, cabeças femininas e elementos vegetalistas e pendentes que se repetem diversas vezes ao longo da fachada.

Figura 16. Fachada do Quartel General



Fonte: Arquivo CMN.

O Quartel General possui uma característica singular como a pintura de fingidos pontilíneos, um tipo de pintura que imita materiais mais nobres, utilizada em fachadas e interiores. Essa técnica foi utilizada na decoração do Quartel General, conforme prospecção do IPHAN, sendo encontrados duas tonalidades de cinza imitando granito (FARIA, 2013). O QGI possuiu três pinturas principais sendo: cinza granito, branco e detalhes em bege e, a atual, verde e branco.

Figura 17. Prospecção da fachada com tons imitando granito cinza



Fonte: IPHAN (2011)

2.5.1 As denominações do Quartel General de Belém

O Quartel General (QG), na cidade de Belém, passou a abrigar a 2ª Região de Inspeção Permanente¹¹ em 27 de março de 1909 até 1915, com a edificação em obras até 1912, ano de inauguração. O referido quartel foi transformado na 1ª Região Militar¹² em 23 de fevereiro de 1915 até 1919. A denominação de Quartel General foi alterada para 7ª Região Militar em 11 de dezembro de 1919, permanecendo até 1923. A partir de 22 de janeiro de 1923, assumiu a denominação de 8ª Região Militar¹³. O QG passou a ser sede do Comando Militar da Amazônia¹⁴, de 1956 a 1969, por mudança de sede para Manaus-AM. Tornou-se a 8ª Região Militar novamente de 1º de julho de 1969¹⁵ a 1992. Este comando foi convertido a Comando Militar do Norte e 8ª Região Militar¹⁶ em 8 de julho de 1992 até 1995. Tornou-se a 8ª Região Militar¹⁷ em 03 de abril de 1995 até 2004. Foi a 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército¹⁸ em 1º de abril de 2004 até 2013. Atualmente, o Quartel General é a sede do Comando Militar do Norte, implantado em 26 de junho de 2013¹⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve pesquisa permite integrar diversos ambientes da região metropolitana de Belém, para incentivar a prática da educação construtiva, aliando conhecimentos de história e de arquitetura, redescobrimdo a importância da participação militar para a formação, consolidação e defesa do território nacional.

A divulgação institucional do patrimônio arquitetônico militar de Belém permite conhecer a história por meio de uma holística diferente do ambiente escolar, interagindo os diversos sentidos do discente para o aprendizado. Uma experiência única para valorizar a cultura, integrando sociedade à memória da formação amazônica, unindo elementos simbólicos para que o futuro cidadão se conscientize da importância da preservação historiográfica.

REFERÊNCIAS

CODINA, Joaquim José. Frontaria do Hospital Real Militar, 1784. In: Ferreira, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica. Iconografia, v.1: antropologia e geografia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. p.22. 1971.

11 Lei 1860, de 4 de janeiro de 1908

12 Decreto 11.497

13 Decreto 15.934

14 Decreto 40.179 de 27 de outubro de 1956 cria o Comando Militar da Amazônia

15 Conforme Boletim Especial Nr 11

16 Decreto 598

17 Decreto 1.431

18 Decreto 4.964

19 Decreto 8.053

COELHO, J. P.; FIGUEIRA, L. M.; COSTA, C. (2004). O turismo militar e a ativação turística do património: conceitos, perspetivas e tendências. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n. 21/22, p. 113-120. Disponível em: <<https://doi.org/10.34624/rtd.v1i21/22.11089>>. Acesso em: 30 nov. 21.

Decreto nº 11.497 e 11.499, de 23 de fevereiro de 1915.

Decreto nº 13.651, de 18 de junho de 1919.

Decreto nº 15.934, de 22 de janeiro de 1923.

Decreto nº 40.179, de 27 de outubro de 1956.

Decreto nº 34.366, de 17 de abril de 1969.

Decreto Presidencial 598 de 8 de julho de 1992.

Decreto nº 4.964, de 28 de janeiro de 2004.

Decreto nº 8.053, de 11 de Julho de 2013.

FARIA, Maria Beatriz Maneschy. *Arquitetura residencial eclética em Belém (1870-1912): um estudo da gramática das fachadas*. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belém: UFPA, 2013.

FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. *Fortificações portuguesas na cartografia manuscrita do Brasil*. In: simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica. Rio de Janeiro, 2016.

FROTA, Guilherme de Andrea. *Quinhentos anos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2000.

GUERRA DA COSTA, Graciete. *Fortes portugueses na Amazônia Brasileira*. Pós Doutorado em relações internacionais. Brasília: UNB, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Arsenal de Marinha*. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=42526&view=detalhes>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Belém. Disponível em: <ipatrimonio.org>. Acesso em 01 ago. 2019.

LORENZI, Mariana. *Palacete, Hospital Real, Subsistência do Exército, Museu Casa das Onze Janelas*, Belém, Pará. *Periódico Permanente*, v. 4, n. 7, 2016.

MARINHA DO BRASIL. *Base Naval de Val de Cães*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/bnvc/node/4>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

O LIBERAL. *Uma das mais bonitas de Belém, Igreja das Mercês sofre com abandono*. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/belem/uma-das-mais-bonitas-de-belem-igreja-das-mercês-sofre-com-abandono-1.213191>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Entre a engenharia militar e a arquitetura médica:*

representações de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a cidade de Belém no final do século XVIII. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan.-mar. 2018.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec. 1997.



O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO BRASILEIRO NO SÉC XXI

CEL. CAV MÁRCIO EDSON DANIEL¹

1. INTRODUÇÃO

A disciplina de Sociologia passou a ter uma obrigatoriedade no Ensino Médio (EM) com a aprovação da Lei n. 11.684 de junho de 2008 que determinou o retorno oficial das aulas de Sociologia. Os currículos do EM passaram a ter a previsão da disciplina em sua grade curricular a partir da publicação dessa lei federal..

A Sociologia como matéria das ciências humanas, por uma questão histórica e evolução da educação no Brasil, é usada, principalmente a partir da metade do século XX, como base para a conscientização e construção de uma visão crítica, dos fenômenos sociais do Brasil e do mundo.

Por questões históricas e de formação, muitos professores de Sociologia, trazem vieses, mesmo que inconscientemente, politizados em vários assuntos ministrados pela disciplina de Sociologia no EM das escolas brasileiras.

A educação dos jovens na área de humanas sofre influências das ideias e visões de mundo idealizadas pelos professores e agravadas por pesquisas próprias dos alunos no mundo anômico e sem filtros da internet, o que pode levar o estudante a radicalismos e visões extremadas do mundo ao seu redor.

Não é à toa que uma das preocupações das escolas atualmente, é com alunos radicalizados e com ideias extremas, agravadas pelo mundo virtual, inclusive com a reescrita de ideologias, consideradas ultrapassadas, como o marxismo, a revolução do proletariado, o nazismo, o anarquismo, etc.

O objetivo do presente artigo é abordar, mesmo que superficialmente, a neces-

¹ Formação de Oficial de Cavalaria pela Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN (1995). Mestrado da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - ESAO (2003). Experiência na área de Defesa. Bacharelado em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC (2005). Pós-graduação em Docência do Ensino Superior da Universidade Castelo Branco - UCB (2008). Pós-graduação em Coordenação Pedagógica pelo Centro de Estudos de Pessoal - CEP (2009). Pós-graduação em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pela UNIASSELVI (2016). Licenciatura plena em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina -UNISUL (2018).

sidade de atenção da sociedade para a correta orientação dos professores de Sociologia, confecção dos currículos de Sociologia e uso dos materiais didáticos disponíveis no mercado para a consecução da formação de um aluno de Ensino Médio, com formação crítica, porém não politizado por vieses que possam ser utilizados para a radicalização na sociedade em momentos de turbulência no século XXI.

Também, com o texto, demonstrar que os países não precisam de revoluções, quer sejam culturais, na educação ou morais, necessitam de estabilidade, solidez moral e progresso econômico e social, fatores que passam longe das ideias da Sociologia Crítica e suas distensões, haja vista o progresso de vários países, que se moldam há milênios em cima do respeito às suas instituições, valores e tradições.

Ainda, é objetivo do artigo, contribuir para a devida atenção dos professores de Sociologia e a formação de alunos do Ensino Médio em relação a um realinhamento da educação de Sociologia conforme os princípios e fundamentos que contribuam para uma verdadeira Democracia e para os objetivos de Defesa Nacional.

2. SOCIOLOGIA POSITIVISTA FUNCIONALISTA E SOCIOLOGIA HISTÓRICO CRÍTICA

A Sociologia Positivista Funcionalista se baseia nos estudos da sociedade através dos conceitos da Filosofia Positivista abordada profundamente por Auguste Comte e também pelos ensinamentos de Émile Durkheim sobre os fatos sociais, que já ocorrem desde o momento do nascimento de uma pessoa até sua morte, pois são coercitivos, para todos e exteriores à vontade do indivíduo.

Já a teoria crítica da Sociologia Histórico Crítica, propõe a atuação do indivíduo para a mudança social com ruptura ao status quo estabelecido, para ela a sociedade não pode ser apropriada e articulada pelos grupos dominantes que já existem e estão no poder, assim ela tem bem delimitado o objetivo da destruição do status quo existente e um fim politicamente revolucionário.

Na perspectiva da Sociologia Positivista Funcionalista, as instituições existentes, dentre elas, a família, as estruturas políticas, a identidade sexual biológica, a religião e outras, são os fatos sociais (status quo) que devem ser respeitados e valorizados como algo necessário e bom para o bem de todos, já na visão da Sociologia Histórico Crítica, as instituições existentes, só existem pela estrutura social de exploração criada pelo capitalismo, por esse motivo devem ser revolucionariamente (não necessariamente pelo uso da força) destruídas e substituídas por uma nova sociedade.

Com a queda do muro de Berlim em 1989 e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1989 por motivos econômicos, sociais e políticos, muitos historiadores e pesquisadores, principalmente do ocidente, deduziram que o novo mundo, que ora se descortinava, seria muito mais pacífico, democrático e ordeiro, chegando a conclamar as possibilidades de uma civilização universal sem os tencionamentos, guerra de versões, ideologias e revoluções causadas no bojo da guerra fria. Em seu livro, Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial, Huntington trata dessa possibilidade, considerada por ele equivocada:

Os argumentos de que algum tipo de civilização universal está emergindo se baseiam em uma ou mais pressuposições sobre por que devem ser assim. Inicialmente, existe a pressuposição, examinada no cap. 1, de que o desmoronamento do comunismo soviético significou o fim da história e a vitória universal da democracia liberal no mundo todo. Esta colocação padece da Falácia da Alternativa Única. Ela tem duas suas raízes na perspectiva da Guerra Fria de que a única alternativa para o comunismo é a democracia liberal, e que o fracasso do primeiro produz a universalidade da segunda. (HUNTINGTON, 1998, p. 78)

De outro modo, outros autores já advertiam, após o início da década de 90, que o vácuo de poder criado pelo fim da guerra fria e da bipolaridade do mundo na maior parte do século XX, traria também um reajuste do mundo na esteira do vácuo de poder deixado pela ex-URSS, assim, no livro de história, Era dos Extremos, de autoria de Eric Hobsbawm, ele escreve sobre as possíveis consequências desse vácuo de poder:

É provável que as consequências do fim da Guerra Fria teriam sido enormes de qualquer modo, mesmo que ele não coincidissem com uma grande crise na economia capitalista e com a crise final da União Soviética e seu sistema. Como o mundo do historiador é o que aconteceu, e não o que poderia ter acontecido se tudo fosse diferente, não precisamos levar em conta a possibilidade de outros roteiros. O fim da Guerra Fria provou ser não o fim de um conflito internacional, mas o fim de uma era: não só para o Oriente, mas para todo o mundo. Há momentos históricos que podem ser reconhecidos, mesmo entre contemporâneos, por assinalar o fim de uma era. Os anos por volta de 1990 foram uma dessas viradas seculares. Mas, embora todos pudessem ver que o antigo mudara, havia absoluta incerteza sobre a natureza e as perspectivas do novo. (HOBBSAWM, 2005, p. 252,)

No seu livro, o historiador Eric Hobsbawm, mostra a tensão e instabilidade que as ideologias causaram no mundo, no que ele definiu como a Era dos Extremos, um século breve e extremado, onde o mundo do século XXI se edificou em cima de catástrofes, incertezas e crises.

Para se chegar a análise da Sociologia e suas possibilidades no EM, é necessário revisitar o contexto histórico de seu surgimento como projeto político. Na Europa e no Leste Europeu, o ensino da matéria talvez se volte mais aos grandes pensadores e bibliografia clássica desses autores, mas há, nas Américas, talvez pelo distanciamento físico dos grandes problemas do séc XX, um distanciamento da busca de despolitização nas matérias de humanas.

Talvez na Europa, especificamente na Alemanha, por seu passado de divisão e conflitos internos, tente se ensinar uma Sociologia diferente, evitando se criar ten-

sões que desagreguem a sociedade. Algo que não acontece nas Américas, inclusive nos EUA, onde se ensina Sociologia, em muitos assuntos, tateando no limite entre a paz social e o perigoso embate dialético de existirem sempre, e em todos os aspectos, duas versões de mundo, assim para os Sociólogos Críticos, o Capitalismo cria crises e não consegue resolvê-las, e somente as ideias milagrosas da utopia Socialista, pelas vias revolucionárias, que agora já não ocorrem pelos proletariados, mas pela intelectualidade do educador e pelos emissários de uma nova cultura, ética e moral.

Ainda, sobre a questão de ensinar a Sociologia Crítica, cria-se uma noção eurocêntrica de sociedade, ao não se distanciar dos problemas e analisá-los como os fundadores clássicos da disciplina (Comte, Durkheim e Weber) faziam, os Sociólogos Críticos interagem com problemas atuais nas Democracias do ocidente, talvez criados por eles mesmos.

No Brasil, há uma ideia, criada e cultivada nas universidades, da necessidade de se fazer uso das disciplinas da área de humanas, com objetivos políticos e não educacionais fazendo-se uso da Sociologia Crítica, por esse motivo utiliza-se da disciplina de Sociologia como uma fonte de resolução de crises, e na visão de muitos autores de livros de Sociologia do Ensino Médio, as soluções passam por análises ainda espelhados na antiga guerra de ideologias calcadas nas interpretações políticas criadas durante a guerra fria. Aqui, na visão acadêmica, a guerra fria talvez não tenha terminado, pois ainda se busca resolver as crises inerentes ao capitalismo com soluções antiquadas, perigosas e ultrapassadas, calcadas nas soluções intervencionistas de estado e socialistas do século passado.

No estudo da educação no Brasil, percebe-se, no século passado, a tentativa do uso da Sociologia integrar o currículo como uma necessidade, mesmo em um currículo oculto, com forte viés político, ancorado nas ideias e propostas da Sociologia Crítica e em muitos assuntos com propostas radicais, como as ideias oriundas do marxismo histórico e marxismo cultural.

De acordo com (GUARESCHI, 1997) podemos dividir as teorias sociológicas em duas grandes direções, a teoria Positivista Funcionalista e a teoria Histórico Crítica. Nas universidades e faculdades brasileiras de Ciências Sociais, utiliza-se no currículo muito mais a Sociologia Crítica do que a Sociologia Clássica, ou Sociologia Positivista Funcionalista, como propõem Auguste Comte, Émile Durkheim, Max Weber, onde ancoram o progresso e a ordem social na aceitação dos fatos sociais como fenômenos importantes e já prontos e na ação social individual em prol dos valores morais e ética tradicionais.

O positivismo possui o principal argumento fundamentado na compreensão de que “[...] a realidade é o que está aí” e o funcionalismo acrescenta que esta realidade também possui necessariamente uma função, ou seja, uma organização sistemática, sociedade, sistema social etc. Tudo que existe na realidade que está aí possui uma função específica, uma lógica ou uma necessidade de estar aí. (LUZ, 2013, p. 73)

ideia de formação dos futuros professores da área de humanas com base no posicionamento e forte viés político do corpo docente e do corpo discente nas universidades com base em um currículo com amplo destaque para a Sociologia Crítica, com origem e base nas ideias revolucionárias de Karl Marx, onde se busca a contradição e o confronto de grupos ou classes para a resolução das crises sociais, o que acaba repercutindo muito nas ideias e posicionamentos dos professores de Sociologia nos dias de hoje.

Na maioria dos cursos de Ciências Sociais no Brasil, o currículo no nível superior e de formação dos futuros professores de Sociologia se constrói em cima de ideias de pensadores especializados sob bases marxistas e considerados neomarxistas, muitos alunos de Sociologia e futuros professores, em seus trabalhos de conclusão de curso e especializações de mestrado e doutorado, ancoram seus trabalhos e moldam seus raciocínios nas ideias de sociólogos críticos da Escola de Frankfurt (Horkheimer, Adorno, Habermas, Foucault, Bordieu, Marcuse, etc). Sobre Sociologia Crítica, assim definiu Abbagnano no seu dicionário:

A Sociologia Crítica, denunciando as contradições do sistema capitalista e procedendo através de uma dialética negativa, tal como explicitada por Adorno (filósofo e sociólogo alemão, um dos principais teóricos da Escola de Frankfurt e que viveu de 1903 a 1969), onde há a separação entre sujeito e objeto, conceito e coisa, real e racional e que não permite síntese (como na dialética hegeliana), se constitui numa filosofia contestadora, numa crítica à sociedade presente, e propõe um modelo utópico de sociedade, onde o indivíduo desalienado seja verdadeiramente livre, modelo este que se destina a ter o papel de estimular mudanças radicais na sociedade atual (ABBAGNANO, 2007, p. 1128).

A partir das ideias da Sociologia Crítica, surgem as ideias do neomarxismo, marxismo cultural, socialismo do século XXI, agora não mais como revolução do proletariado, mas sim como uma nova revolução na cultura e na educação, algo que se distancia das ideias da Sociologia Clássica (Positivista, Funcionalista, Comparativa e Compreensiva) onde o entendimento dos fenômenos sociais, das individualidades e da ordem social geram as bases do progresso sem o viés do antagonismo de grupos ou da luta de classes.

Ao tentar se distanciar na época da política partidária, começa-se, disfarçadamente e intencionalmente, a se buscar uma alteração social, não mais diretamente com uma revolução do proletariado, mas se criar as bases de um novo pensamento conquistando corações e mentes para uma revolução pretensamente ainda maior, agora por meio da ruptura na cultura e na educação. Assim a utopia marxista sai do mundo político e revolucionário e entra no mundo acadêmico e cultural.

Inicialmente, faz-se necessário lançar um olhar sobre a produção intelectual do Instituto de Pesquisa Social, fundado na Alema-

nha em 1923, na figura das obras e ideias de seus membros e colaboradores, que desenvolveram inicialmente a Teoria Crítica e que constituíram aquele pensamento que é chamado de “Escola de Frankfurt”. (LUZ, 2013, p. 5)

Antes da segunda guerra mundial, as ideias da Sociologia Crítica se espalharam como pólvora na Alemanha, muito empobrecida pela derrota na primeira guerra mundial, e também na Europa, o que colocava os pensadores dessa teoria em confronto com o governo de seus países, os quais temiam os perigos de qualquer tentativa revolucionária nos moldes de uma revolução bolchevique de 1917 em seu território.

O receio nos anos 20 e 30 dos governos europeus com a ameaça de revolução por meio da cultura e educação, definidos na Escola de Frankfurt e por meio da Sociologia Crítica, levaram muitos deles a se entrencharem politicamente e ideologicamente em lados opostos a qualquer ideologia marxista, quer revolucionária, quer cultural.

No desenrolar da guerra fria houve a internacionalização da Sociologia Crítica, ocorrida pela expulsão pelo nazismo de todos os pensadores que baseavam suas ideias no marxismo cultural, nas tentativas da expansão socialista e suas revoluções fora da URSS esses intelectuais tiveram um relevante papel. (diáspora dos intelectuais da Escola de Frankfurt).

Eles se tornam nômades, viajando de Genebra para Paris, então para os EUA, até se fixarem na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. A primeira obra produzida pelo grupo foi denominada Estudos sobre Autoridade e Família, gerada na Cidade-Luz, na qual eles questionam a real vocação da classe operária para a revolução social. Assim eles naturalmente se distanciam dos trabalhadores, atitude que se concretiza com o lançamento do livro Dialética do Esclarecimento, lançado em 1947, em Amsterdã, que já praticamente elimina do ideário destes filósofos a expressão ‘marxismo’. Erich Fromm e Marcuse dão uma guinada teórica ao juntar os conceitos da Teoria Crítica aos ideais psicanalíticos. Marcuse, que optou por ficar nos Estados Unidos depois da volta do Instituto para o solo alemão, em 1948, foi um dos integrantes da Escola que mais receptividade encontrou para sua produção intelectual, uma vez que inspirou os movimentos pacifistas e as insurreições estudantis, fundamentais em 1968 e 1969, os quais alcançaram o auge no chamado Maio de 68. (LUZ, 2013, p. 58)

Com o fim dos governos militares no Brasil e a edição da Lei da Anistia, muitos Sociólogos que se formaram nas universidades da Europa na década de 60 e 70 assumem cadeiras em importantes faculdades e universidades do Brasil. Mais uma vez, talvez pelo baixo nível de educação e desconhecimento dos fatores da derrocada do Socialismo na URSS e no Leste Europeu, muitos continuaram a tentar a mudança

da estrutura política e social, por meio do marxismo cultural e se utilizando das ferramentas da Sociologia Crítica no Brasil a partir da metade da década de 80.

Fazer uso da disciplina Sociologia para revolucionar e mudar a sociedade demonstra que, ao contrário de muitos outros países desenvolvidos, a educação de humanas nas Américas criam tensões e conflitos, que poderiam ser superados por uma Sociologia mais abrangente, e que visasse o progresso e união entre os cidadãos de uma nação, mas sem a ideia do conflito entre as gerações, o antigo e o novo, sem o conflito de história e presente, conflito entre homens e mulheres, religiões, culturas, raças, etc.

A ideia do ensino de uma Sociologia que distende e gera conflitos, em vez de trazer progresso, gera nos alunos e na sociedade em geral, a ideia de que a revolta e o ódio entre diferentes grupos pode trazer mudanças na sociedade. Quando um aluno nos EUA, se arma, até os dentes e mata a sangue-frio seus concidadãos, há um papel indireto do que a nova cultura crítica e a nova educação crítica lhe passaram como tensão e conflito, que só pode ser solucionado por meio da violência propositalmente criada para essa nova modalidade de revolução silenciosa e radical, porém sem o necessário uso de armas por um grupo revolucionário.

Então ensinar para o conflito, utopia e distopia, desagrega a sociedade em seus valores fundamentais. Um exemplo que pode ilustrar um pouco o texto é como é feito o ensino das questões raciais pela Sociologia Crítica no ensino Médio do Brasil. Isso reiterado pela bibliografia disponível para o ensino de Sociologia no EM e como livros previstos nos editais do ENEM preceituam para a matéria Sociologia.

Não se pode deixar de analisar a origem e o uso da Sociologia Crítica como projeto político de internacionalização do comunismo e a expansão do bloco socialista pelo mundo no século passado e no clamor da guerra fria. Muitos dos criadores e propagadores das ideias dessa Sociologia foram confessos marxistas e filiados à organizações comunistas na Europa nas décadas posteriores ao fim da segunda guerra e no auge da guerra fria.

Dentro deste quadro Weil financia um encontro de intelectuais de esquerda, em 1923, quase todos doutores, com vinte participantes aproximadamente, a maioria dos quais veio a colaborar com o Instituto de Pesquisa Social, quando de sua fundação. [...] Este encontro realçou para Weil a necessidade de promover e institucionalizar o debate da teoria marxista sem os constrangimentos ideológicos impostos pelo Partido Comunista e sem se submeter às limitações da ciência burguesa, o que o levou a propor e financiar a abertura do Instituto de Pesquisa Social ligado à Universidade de Frankfurt, mas mantendo independência financeira e administrativa em relação a ela. (LUZ, 2013, p. 53)

Outro problema criado pelo uso de teorias e conceitos da Sociologia Crítica é que ocorre uma desagregação social em torno de objetivos comuns mais tradicionais, uma vez que a consequência e razão de existir dessa Sociologia seja a de realizar uma ruptura entre vários grupos, romper com gerações anteriores, contestar a hege-

monia de religiões preponderantes, romper com o tradicional, questionar o modelo de família, induzir à libertação sexual, à liberdade para o uso de drogas, etc.

Um dos famosos sociólogos, que se autodenomina ex-marxista, trata da desagregação atual das sociedades nas democracias como uma questão contemporânea, mas de, maneira alguma, aborda problemas da relativização cultural e desagregação social como resultado da aplicação na prática da Sociologia Crítica, o Sociólogo polônes Zygmunt Bauman, afirma que sofremos agora de uma modernidade que é líquida, assim conceituada por ele em um de seus livros, a respeito da fluidez das relações humanas e do mundo na atualidade.

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro. (BAUMAN, 2001, p.12)

Na modernidade líquida todas as instituições e valores morais e éticos passam a ser relativizados pela sociedade, na visão de Bauman tudo na sociedade está cada vez mais moldado sobre valores fluídos, que geram fraca coesão social; da ética à religião, dos estados às antigas instituições, tais ideias de modernidade líquida podem ser facilmente contestadas pela força, pujança e vigor atuais do cristianismo, em oposição ao crescimento do ateísmo no ocidente.

Também pode-se citar como um problema dessa desagregação social e perda de valores tradicionais, a própria possibilidade de existência dos sistemas democráticos, pois como já defendia, no século XIX, o filósofo Herbert Spencer em sua obra Sistema de Filosofia Sintética, “as sociedades evoluem como organismos vivos e só as sociedades mais fortes sobrevivem.” (THORPE et al, 2016, p. 18)

3. EXEMPLO DA SOCIOLOGIA CRÍTICA NA SALA DE AULA DO ENSINO MÉDIO

De acordo com a tradição da sociedade brasileira e a história do Brasil, a coesão do povo brasileiro foi moldada por um passado vitorioso na conquista do território, na soberania brasileira e na formação da maior democracia da América Latina.

Cultuar passagens e feitos históricos, onde as situações vividas presenciaram a bravura, o civismo, o patriotismo, o espírito de corpo, o valor à família brasileira, dentre outros atributos, transparecem a alma do cidadão brasileiro e dos soldados de Caxias.

No hino à Guararapes, sempre ouvimos, desde os idos das escolas de forma-

ção militares e das origens de nossa instituição em 1645, a importância de todas as raças e povos na constituição de nossas brasileiras raízes, desde a expulsão dos holandeses durante o período colonial, já cultuamos em nossa gênese como nação, a importância da integração e miscigenação na formação do brasileiro. Isso pode ser observado nas estrofes de nossas canções militares, no hino a Guararapes vemos as menções a “Fusão de Raças, forte semente; Em Guararapes pujante surgiu; Presença nacional no continente; É a força terrestre do Brasil; É a força terrestre do Brasil.”

Gilberto Freire, criou a ideia da Democracia Racial Brasileira, como algo inédito no ocidente e no mundo, assim trazia a tona características da participação do negro e do índio no caldeirão cultural e na miscigenação como algo altamente positivo para a formação da sociedade brasileira. Ou seja, não entra na perigosa afirmação, buscada pela Sociologia Crítica, de que há um conflito e uma tensão racial extrema a ser resolvida pela via de reforma radical da sociedade.

Na visão dele, foi a miscigenação racial do Português, já originada anteriormente no solo europeu pelas diversas invasões da península ibérica ao longo da história, que possibilitaram ao conquistador português ser mais flexível, em relação às outras nações, na constituição de um povo peculiar e bastante miscigenado na América do Sul.

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. (FREIRE, 2003, p.160)

Nos capítulos que tratam de raça e racismo, a Sociologia Histórico Crítica, carrega nas ideias de que a Democracia Racial Brasileira é algo criado para mascarar um alto nível de racismo e dá ênfases às Bibliografias de Florestan Fernandes, que tentam diminuir a importância da miscigenação na construção do Brasil, focando na necessidade de ruptura racial e colocando a ideia original de Gilberto Freire como algo ilusório e falsamente criado para disfarçar um forte racismo existente no Brasil, assim trata a importância da miscigenação como algo secundário e cria a ideia do mito da democracia racial brasileira.

Ela depende também, e provavelmente em escala maior, do êxito do negro e do mulato em superar o branco e vencer seu compreensivo ansio, que alimentaram no passado e ainda é tão forte, em se converterem em protótipos do superbranco. Pois uma verdadeira revolução racial democrática, em nossa era, só pode dar-se sob uma condição: o negro e o mulato precisam tornar-se o antibranco, para encarnarem o mais puro radicalismo democrático e mostrar aos brancos o verdadeiro sentido da revolução democrática da personalidade, da sociedade e da cultura. (FERNANDES, 1971, p.283)

A questão de mostrar esses dois pensamentos antagônicos dos dois autores, Gilberto Freire e Florestan Fernandes, diz respeito ao problema criado pela Sociologia Crítica, propagada pelo segundo sociólogo e considerada como verdade atual, a de se criar um antagonismo racial desnecessário e pouco produtivo para o progresso e evolução social no Brasil.

Nos livros de Sociologia do EM há uma clara aceitação da segunda versão, a de Florestan Fernandes, essa versão integra os capítulos que tratam da questão racial no Brasil, assim, para o aluno, é colocado o assunto como uma questão muito mal resolvida e que deve ser solucionada radicalmente, pois o racismo é latente e estrutural, figurando no imaginário como uma luta racial necessária, a ser vencida por meio da revolução cultural.

4. OS PROBLEMAS DA SOCIOLOGIA HISTÓRICO CRÍTICA NA FORMAÇÃO DO JOVEM BRASILEIRO

Ao trazer a perspectiva da Sociologia Crítica na formação do aluno do ensino médio, os alunos tendem a aceitar e também contestar, por uma série de questões e visões de mundo, alguns radicalizam suas opiniões e buscam se aprofundar nos assuntos utilizando-se da internet.

Na internet, a vastidão e infinitude de informações levam alguns alunos do EM a se associarem em torno de ideias e grupos que radicalizam ainda mais os assuntos.

Sobre o assunto racial, abordado acima, o acirramento das ideias, muitas vezes iniciadas em sala de aula, levam ao questionamento do que é certo ou errado e a visão de que há uma única possibilidade, se alinhar radicalmente às ideias de conflito, guerra de versões e antagonismo, o que não é bom para a existência das democracias.

Alguns jovens, usando das facilidades da internet, se associam remotamente a organizações e grupos que radicalizam os discursos propalados pela Sociologia Crítica, assuntos como questões raciais, questões de gênero, questões religiosas, etc, entram na vida dos jovens potencializados pelas facilidades modernas do mundo virtual.

Nos eventos relacionados ao combate ao Estado Islâmico (EI) no Iraque e na Síria, pode-se observar o que ocorreu com jovens europeus radicalizados em suas visões de mundo pela força da internet, a ponto de se juntarem aos rebeldes do EI pela internet, inclusive sendo mortos por suas ideologias criadas e otimizadas pelas facilidades de comunicação via internet.

Assim, a Sociologia Crítica, ao buscar uma ruptura do antigo com o novo, cria uma consequência nefasta para a sociedade, ao acreditar que todos compartilharão de sua mesma versão de sociedade, desconsideram àqueles que discordam e preferem o que lhes é tradicional. Isso coloca pessoas de uma mesma sociedade em dois polos opostos, tudo isso, nos países democráticos, é agravado pela busca de poder e uso político que é feito com esses acirramentos e antagonismos.

Nos anos 67/68 os Estados Unidos, a França e a Alemanha, entre outros países, viram-se sacudidos por revoltas estudantis de caráter revolucionário que eclodiram quase simultaneamente.

Elas tinham em comum uma crítica à sociedade de consumo, aos horrores do capitalismo (entre eles em especial a Guerra do Vietnã, conflito armado que opôs os Estados Unidos e os guerrilheiros vietcongues naquele país asiático), à moral e à estrutura da família burguesa (especialmente no que diz respeito à repressão sexual), ao sistema educacional e à universidade enquanto instituição. (LUZ, 2013, p. 54)

Nos cursos de Ciências Sociais, em sua grande maioria, onde se formam os futuros docentes, o apelo é o da Sociologia como ciência especializada no estudo das crises e dentre as possibilidades de resolução dessas crises, o que se busca ensinar é a Sociologia Crítica, com base em pensadores que focaram seus estudos originariamente calcados nas propostas e ideias de Marx e Engels.

Assim, ensinar para a ruptura do novo com o tradicional pode ser a origem de problemas sociais sérios que levem ao caos social, revoluções e até mesmo à guerra. No século passado, a socióloga

Hanna Arendt, em uma parte de sua obra, tentou desvendar o que levou a Alemanha ao nazismo e a União Soviética ao stalinismo.

Problemas de ansiedade, stress e até suicídio de jovens também podem ser relacionados nas culturas ocidentais aos problemas criados pelas ideias da Sociologia Crítica e ao mundo da modernidade líquida, a juventude ao ver suas individualidades apreendidas pelas teorias de ruptura, exemplo a ideologia de gênero, entram em crise e contradição com valores sólidos passados por várias instituições, dentre elas o Exército e a família.

Ao se contraporem a valores tradicionais, entram em confronto com a ordem e a disciplina cobradas pelas instituições mais tradicionais e quando adultos tendem a não compreender, por que suas visões de mundo não são aceitas por toda a sociedade no país e no mundo. Isso tudo gera o problema do stress e angústia que podem levar à depressão e ao suicídio, por terem uma visão relativizada de tudo.

Na obra, *As Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt analisou de que modo a nação alemã se uniu em torno do antissemitismo e do radicalismo das ideias de Hitler para confrontar a ameaça do comunismo e das revoluções nos moldes bolcheviques ocorridas na Rússia em 1918. Há passagens de seu livro que tratam do papel da educação na radicalização e propagação dessas ideias totalitárias na mente dos jovens e da sociedade.

Assim, o pensamento ideológico emancipa-se da realidade que percebemos com os nossos cinco sentidos e insiste numa realidade “mais verdadeira” que se esconde por trás de todas as coisas perceptíveis, que as domina a partir desse esconderijo e exige um sexto sentido para que possamos percebê-la. O sexto sentido é fornecido exatamente pela ideologia, por aquela doutrinação ideológica particular que é ensinada nas instituições educacionais, estabelecidas exclusivamente para esse fim, para treinar os “soldados políticos” nas Ordensburgen do nazismo ou nas escolas do Comintern e do Cominform. (ARENDR, p. 523)

No Brasil e nos EUA, por seu afastamento e distanciamento geográfico, as ideias totalitárias do marxismo, continuaram e continuam a serem seguidas e ensinadas nas universidades. Com a Lei da Anistia no Brasil, muitos sociólogos, professores e pensadores, mesmo os mais radicais, tiveram passe livre para disseminarem suas ideias, aulas e publicações nas salas de aula e na imprensa brasileira.

Na área de Humanas, o controle do currículo, a formação dos futuros professores e o acesso e controle dos cursos de pós-graduação estão nas mãos desses mesmos professores, e sem o controle e impedimento de ensinarem as teorias sociais que pregam ruptura, violência e aspectos revolucionários, fazem a indiscriminadamente a disseminação dessas teorias, ditas progressistas.

Talvez, a Europa e o Leste Europeu busquem abandonar a educação que radicalize o jovem, por receio do retorno e conhecimento histórico das atrocidades dos regimes de extrema direita (nazismo e fascismo) e extrema esquerda (marxismo e revolução do proletariado) e por problemas sociais atuais existentes em seus países que podem ser agravados por essas teorias.

CONCLUSÃO

Não se pode desconsiderar o papel político da inclusão ou exclusão da disciplina de Sociologia na grade curricular ao longo da história do Brasil, ela acompanha a história política brasileira, assim se torna a disciplina que mais sofre influência e pode influenciar politicamente, mesmo em um currículo oculto, os jovens alunos do Ensino Médio no Brasil.

A disciplina, em sua vertente, Sociologia Crítica, possui viés autoritário e desagregador, no momento que busca dar ao jovem aluno e à sociedade uma possibilidade de tomada do poder por meio revolucionário, primeiro por mudanças de paradigmas e ideias e em um segundo momento por meio da revolução e quebra do status quo social e político estabelecido.

Todas as ideias criadas pela Sociologia Crítica desencadeiam em uma futura revolução social, pois, seria algo inocente imaginar que toda estrutura social, sexual, moral e política pode ser alterada por vontade de um grupo que dissemina suas ideias. Falar que a intenção da Escola de Frankfurt pretendia e acreditava que todos concordariam e seguiriam seus preceitos, seria o mesmo que entender que a revolução do proletariado buscava convencer a antiga burguesia a entregar suas posses, poder e status de maneira pacífica aos proletariados.

Para exemplificar essa ideia de livre e irrestrito convencimento de toda uma sociedade, pode-se citar a ideia do próprio Horkheimer, que entendia que para a existência de uma teoria crítica haveria outra, a tradicional e que, do mesmo modo que Karl Marx, tudo que estava instituído era fruto do Capitalismo. Da passagem da apostila da matéria Sociologia Crítica da Uniasselvi, deduz-se a oposição ao capitalismo, algo que continua vivo pela teoria crítica e não fora alcançada na Alemanha por uma revolução do proletariado.

Com Horkheimer, portanto, o interesse do Instituto em documentar como a classe operária enfrentava as crises do capitalismo (próprio da fase anterior, com Gruenberg à frente do Instituto), se transforma em uma análise teórica do porquê esta não haver assumido seu destino histórico de classe revolucionária, procurando explicar este fato a partir da conjunção específica entre a macroestrutura capitalista e as microestruturas da família proletária e burguesa. (LUZ, 2013, p. 36)

As ideias revolucionárias marxistas da Sociologia Crítica, primeiramente se estabeleceram no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt por meio de seu criador, Max Horkheimer, e depois foram mais elaboradas e aprofundadas pelos demais integrantes da Escola de Frankfurt.

Com o advento do nazismo na Alemanha e a perseguição aos integrantes de associações ou instituições de viés marxistas, os integrantes do Instituto de Pesquisa Social (IPS), um dos fundadores Horkheimer e outros partidários da Sociologia Crítica, sofreram uma diáspora e muitos conseguiram se estabelecer nos EUA, alguns deram prosseguimento as suas atividades como docentes em universidades de outros países da Europa e em instituições americanas, sendo a mais conhecida, a Universidade de Colúmbia.

Com a derrota do nazismo, os integrantes da Escola de Frankfurt aprofundaram ainda mais seus estudos sobre a substituição do poder pela via revolucionária, através da mudança radical nas instituições sociais, principalmente na cultura e na educação.

As ideias dos sociólogos críticos tiveram papel fundamental nas revoluções europeias de cunho político na década de 60, do século XX, e principalmente no movimento das chamadas revoluções de 68.

A agitação social da década de 60, fomentadas pelas ideias da Sociologia Crítica, repercutiram em todo mundo, desde o movimento dos hippies americanos até no recrudescimento de movimentos marxistas guerrilheiros da América Latina.

Não há como dissociar o movimento da Sociologia Crítica, do IPS e da Escola de Frankfurt, das tentativas de internacionalização da revolução socialista soviética, no contexto da guerra fria, pois muitos integrantes e defensores das ideias da Escola de Frankfurt, durante a vida toda ou em algum momento de suas vidas, foram filiados a partidos com viés marxista ou à internacional socialista.

Muitos dos professores universitários de Sociologia da década de 60 e 70, estudaram em universidades europeias onde eram formados com ênfase nos pensadores da Sociologia Crítica, esses professores, no Brasil, desenvolveram suas teses de mestrado e doutorado abordando essa temática.

A Sociologia Crítica, ao querer fazer parte da solução dos problemas sociológicos, se distancia da observação de outras sociedades que evoluíram e se desenvolveram muito nas últimas décadas sem a visão de ruptura com o passado e com as instituições existentes, como exemplo pode-se citar o sucesso econômico e social do Japão e dos Tigres Asiáticos.

Muitos estudantes de Ciências Sociais, ainda hoje, são influenciados pela visão da disciplina de Sociologia Crítica e tem pouco contato ou interesse pela Sociologia Clássica, mais voltadas para a análise social, mas sem a busca da ruptura e criação de uma nova sociedade.

Os estudantes de Sociologia, quando se tornam docentes, enfatizam em suas aulas, o papel crítico e revolucionário da Sociologia como solucionadora das crises, frequentemente associadas aos erros do Capitalismo.

Para muitos estudantes do EM, as ideias de professores, ao se utilizarem da Sociologia Crítica, trazem repercussões negativas para o aluno e para a sociedade, nos aspectos morais e culturais, pois nessa parte da disciplina, o importante é romper com qualquer poder estabelecido, quer seja a família, a religião tradicional ou o poder democraticamente estabelecido.

Do mesmo modo que o jovem da década de 60 foi radicalizado para se colocar em marcha por meios revolucionários, o jovem de hoje, inconscientemente radicalizado em sala de aula pelas ideias da Sociologia Crítica e negligentemente radicalizado pelo poder das mídias digitais, pode ser usado por diversos grupos para se unir a movimentos radicais e revolucionários do século XXI, tendo como ponto de partida a sala de aula do seu ensino médio.

Aqui, fica nítido, o poder de influência das redes virtuais no processo de tomada de decisão do jovem, onde dezenas de jovens europeus foram aliciados e radicalizaram suas ideias e ideais em prol do propósito revolucionário do Estado Islâmico.

No caso da ascensão e queda do EI, a propalada modernidade líquida professada pelo sociólogo Zygmunt Bauman, talvez resultado, nos países do ocidente, da relativização total de todas as instituições e valores morais, entra em cheque diante do mundo prático e nada fluído dos estados teocráticos espalhados pelo mundo.

O teor do livro *O Choque de Civilizações* (HUNTINGTON, 1998) já previa que não haverá consenso entre as nações no tocante aos seus sistemas políticos, morais e culturais, assim se torna uma ilusão uma ideia de sociedade universal, politicamente e socialmente igualitária, fruto de uma revolução gestada pela mudança moral, cultural e educacional. Mesmo dentro de uma mesma nação, volta-se para o ponto de partida original de uma nova utopia, agora no século XXI, nos mesmos moldes e alicerces de fracasso do que foi a revolução marxista do proletariado para o século XX.

Na conclusão, um retorno ao core do texto, mostrar que, do mesmo modo que o marxismo e suas ideias geraram alto nível de instabilidade no século XX, a ponto de radicalizarem pessoas e sociedades inteiras, hoje, as ideias originadas na dialética marxista na cultura e na educação podem gerar problemas futuros ainda maiores, potencializados pelas mídias sociais.

Nesse sentido, a questão é saber como usar adequadamente a Sociologia para construir e desenvolver sociedades democráticas e prósperas e não para seccionar e enfraquecer o tecido social por meio da revolução das propaladas novas ideias culturais, morais e educacionais.

Destarte, uma solução para que os professores não recorressem da Sociologia Crítica como meio de proselitismo político no EM, seria a de oferecê-la para alunos

mais maduros, os do 3º ano, para os alunos mais jovens, do 1º e 2º anos, caberia somente a parte da Sociologia Positivista Funcionalista e a Sociologia Compreensiva de Max Weber.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos. Difusão Europeia do Livro, 1971.

HOBBSBAWM, Eric John. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P., O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1998.

LUZ, Pedro Fernandes Leite da, et al. Sociologia Crítica. Indaial: Uniasselvi, 2013.

GUARESCHI, Pedrinho. Sociologia crítica: alternativas de mudança. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1997.

THORPE et al, Chistopher, O Livro da Sociologia. 2. ed. São Paulo: GloboLivros, 2016.



A REVOLTA DA DIVISÃO AUXILIADORA

Ricardo Caetano de Moraes¹

INTRODUÇÃO

Fomos maltratados pela tropa europeia de tal modo que eu fui obrigado a fazê-la passar à outra banda do Rio, pô-la em sítio, mandá-la embarcar, e sair barra afora, para salvar a honra do Brasil e podermos gozar daquela liberdade que devíamos e queríamos ter, para a qual debalde trabalharíamos por possuí-la, se entre nós consentíssemos um partido heterogêneo à verdadeira causa. (...) Eis em suma a liberdade que Portugal apetecia dar ao Brasil. (...) (D. PEDRO I, Fala do Trono de 03/05/1823)²

A tropa que causou tamanha indignação em D. Pedro I era a Divisão Auxiliadora, principal força militar portuguesa no Brasil, aquartelada no Rio de Janeiro, então capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Enviada para o Brasil em 1817, como reação ao movimento separatista de Pernambuco ocorrido pouco antes, a Divisão Auxiliadora era composta por quatro batalhões de infantaria, um batalhão de caçadores e uma brigada de artilharia³. Formada principalmente por veteranos da Guerra Peninsular, seu comandante era o Brigadeiro Francisco Joaquim Carretti, substituído em abril de 1821 pelo Tenente General Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares⁴.

Em agosto de 1820, irrompeu a Revolução Liberal do Porto, que defendia o fim do governo absolutista, o imediato retorno do rei D. João VI à Europa e a convocação das Cortes para elaborar uma Constituição para a nação portuguesa. O mo-

1 Engenheiro, professor, escritor e pesquisador. Especialista em História Militar. Membro da SMH – Society for Military History (EUA).

2 Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária: é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico, Brasília: Senado Federal, 2019, p. 30–31.

3 DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho, A milícia em armas: o soldado brasileiro na guerra da Independência, Revista Brasileira de História Militar, n. 11, 2013, p. 37–38.

4 MORAES, Ricardo Caetano de, A era da independência, Rio de Janeiro: Edição do autor, 2022, p.130–131.

vimento logo se espalhou pelo país e chegou ao Brasil no início de 1821. No Rio de Janeiro, a Divisão Auxiliadora aderiu de forma entusiasmada à revolução e assumiu o papel de defensora das Cortes e da Constituição, usando seu poderio militar para interferir cada vez mais na política local.

Em 26 de fevereiro de 1821, a Divisão Auxiliadora se rebelou pela primeira vez, apoiada pelos portugueses residentes no Rio de Janeiro. Sua causa foi a promulgação de dois decretos por D. João VI, definindo a ida de D. Pedro para Portugal para adaptar a Constituição para a realidade brasileira, e que foram interpretados como tentativas de modificar decisões das Cortes. Os amotinados obrigaram D. João a jurar cumprir integralmente a Constituição, que ainda não havia sido criada⁵. Este episódio marcou a primeira atuação política do príncipe D. Pedro, que teve importante papel nas negociações entre o rei e os revoltosos⁶.

Em 21 de abril, ocorreu uma reunião dos eleitores paroquiais na Praça do Comércio. O objetivo era eleger os deputados que discutiriam as instruções para o futuro governo de D. Pedro, que ficaria como Príncipe Regente do Brasil após a partida de D. João VI para Portugal, conforme decidido pelas Cortes. Os debates foram inflamados e gradativamente mudaram de foco, reivindicando a permanência do rei D. João VI no país, além de outras exigências radicais. A Divisão Auxiliadora recebeu ordem de dissolver a reunião, o que executou com bastante violência, deixando pelo menos um morto e vários feridos no local⁷. Desde então, a população do Rio de Janeiro passou a ver a Divisão Auxiliadora com medo e desconfiança.

Em 9 de março, as Cortes reunidas em Lisboa prepararam as bases, ou princípios, da futura Constituição⁸. A notícia chegou ao Rio dois meses depois. Em 5 de junho, ocorreu nova rebelião da Divisão Auxiliadora, agora comandada pelo Tenente General Jorge de Avilez. As tropas obrigaram D. Pedro a jurar o cumprimento das bases da Constituição e a demitir o Conde dos Arcos, ministro dos Negócios do Reino, que foi preso e deportado para Lisboa. Além disso, foi criada uma junta de três membros para assessorar o governo, composta por Avilez e dois dos seus assistentes, numa tentativa de diminuir a autoridade do Príncipe Regente e manter um controle rígido sobre o Brasil⁹.

Enquanto isso, as Cortes avançavam na elaboração da Constituição e bus-

5 ENBEL, Richard, Motim militar pelo juramento da Constituição lisboeta, Impressões rebeldes - Documentos e palavras que forjaram a história dos protestos no Brasil, disponível em <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/motim-militar-pelo-juramento-da-constituicao-lisboeta/>, acesso em 19 de outubro de 2022.

6 SOUSA, Otávio Tarquínio de, História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de D. Pedro I, Brasília: Senado Federal, 2015, p.170–184.

7 FELONIUK, Wagner Silveira, Violência na Praça do Comercio em 21 de abril de 1821, in: Violência e poder: reflexões brasileiras e alemãs sobre o medievo e a contemporaneidade, 2. ed. Porto Alegre: DM, 2018, p. 227–249.

8 MENCK, José Theodoro Mascarenhas, Primeiras eleições gerais no Brasil (1821): participação dos deputados brasileiros nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação portuguesa, Brasília: Edições Câmara, 2021, p. 112.

9 PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes, Motins políticos e militares no Rio de Janeiro: prelúdios da Independência do Brasil, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. XXXVIII parte segunda, n. 48, 1874, p. 359–361.

cavam recolocar o Brasil na posição de colônia, desfazendo as medidas adotadas por D. João VI desde 1808. Entre outras decisões, em setembro de 1821 as Cortes ordenaram que D. Pedro retornasse à Portugal o quanto antes, a fim de realizar uma viagem pela Europa para completar sua educação¹⁰. Essa medida foi muito mal recebida pelos brasileiros, e uma nova crise começou a se formar.

DESENVOLVIMENTO

Liderados por José Joaquim da Rocha e frei Sampaio, os patriotas brasileiros organizaram uma petição pedindo a permanência do Príncipe Regente no Brasil, assinada por mais de 8 mil pessoas. A entrega da petição foi programada para o meio-dia de 9 de janeiro de 1822. Na véspera, surgiram boatos afirmando que a Divisão Auxiliadora tomara conhecimento do assunto e planejava um levante naquela noite para evitar a entrega, o que foi logo desmentido pelo próprio Avilez¹¹. No entanto, o general solicitou que D. Pedro prendesse os “perturbadores da ordem pública”, o que foi negado pelo Príncipe, pois ele mesmo havia jurado as bases da Constituição, que garantiam aos fluminenses o direito de fazerem petições¹².

No dia seguinte, o documento foi entregue solenemente pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro ao Príncipe Regente, acompanhada de manifestações de apoio das províncias de São Paulo e do Rio Grande do Sul. D. Pedro respondeu de forma ambígua, aceitando permanecer no país até dar conhecimento a D. João VI das circunstâncias da sua decisão. Na manhã seguinte, foi publicada uma nova versão da sua resposta, oficialmente corrigindo o erro da publicação anterior, onde D. Pedro afirmava enfaticamente que ficaria no país. Este evento ficou conhecido como o “Dia do Fico”¹³.

A reação dos militares portugueses foi de profundo desgosto com a situação. No dia 10, Avilez pediu sua demissão do comando da Divisão Auxiliadora, deixando portanto de estar sob a autoridade do Príncipe Regente. Naquela noite, ainda sem resposta ao seu pedido, o general, afirmando ter sido demitido, foi aos quartéis se despedir da sua tropa, que recusou-se a aceitar outro comandante¹⁴.

Na noite do dia 11, os soldados portugueses se amotinaram e saíram às ruas, ofendendo brasileiros e destruindo vidraças das casas. Ao mesmo tempo, enquanto D. Pedro estava no Teatro São João, houve uma violenta discussão entre um ofi-

10 SOUSA, Otávio Tarquínio de, *História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de D. Pedro I*, Brasília: Senado Federal, 2015, p. 296.

11 TAVARES, Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa, *Participação, e documentos dirigidos ao governo pelo general commandante da tropa expedicionária, que existia na província do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa; e remetidos pelo Governo às Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 41–42.

12 LIMA, Manuel de Oliveira, *O movimento da independência (1821-1822)*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2019, p. 154.

13 Termo de vereação do dia 9 de janeiro de 1822, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

14 TAVARES, Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa, *Manifesto aos cidadãos do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822, p. 2.

cial brasileiro e um oficial português embriagado, que declarou abertamente que as forças lusitanas obrigariam os brasileiros a voltarem a ser seus escravos. Surgiram boatos de que o Príncipe Regente seria sequestrado com toda a sua família e embarcado à força para Portugal na fragata União. Por precaução, D. Pedro retirou-se para o palácio e enviou às pressas D. Leopoldina, grávida de nove meses, e os filhos para a Fazenda de Santa Cruz¹⁵.

Enquanto isso, a Divisão Auxiliadora havia ocupado o Morro do Castelo¹⁶, de onde podia dominar o Arsenal de Guerra e o centro da cidade, estabelecendo patrulhas no Largo do Moura. Os amotinados totalizavam aproximadamente 2 mil homens e possuíam quatro peças de artilharia. Durante toda a noite, às poucas tropas brasileiras baseadas no Campo de Santana foram se juntando simples cidadãos, muitas vezes armados apenas com facas, cacetes e velhos bacamartes. Ao amanhecer do dia 12, havia uma multidão de aproximadamente 10 mil homens, a maioria sem treinamento militar mas imbuída de forte patriotismo. Também haviam conseguido algumas peças de artilharia, vindas da Praia Vermelha. No início da manhã, o idoso general Joaquim Xavier Curado, herói das campanhas da Cisplatina, assumiu o comando da tropa brasileira¹⁷.

Diante da situação, Avilez hesitou. Embora estivesse em boa posição estratégica e contasse com soldados profissionais, que facilmente poderiam derrotar a multidão indisciplinada de brasileiros, a Divisão Auxiliadora enfrentava sérias desvantagens. Não levava água nem provisões para o morro; estava em nítida inferioridade numérica, que aumentava a cada hora; a fábrica de pólvora estava distante, sob controle brasileiro; os brasileiros também dispunham de artilharia, o que tornaria a luta bastante custosa. Além disso, Avilez não tinha ordens claras das Cortes para levar D. Pedro para a Europa a qualquer custo. Por fim, a posição de D. Pedro como herdeiro do trono português lançava dúvidas sobre as consequências de uma ação violenta sobre a pessoa do Príncipe Regente e sua família. Assim, o general decidiu negociar. Foram enviados oficiais dos dois lados para parlamentar, e chegou-se a um acordo. Em 13 de janeiro, a Divisão Auxiliadora, conservando suas armas, retirou-se para Praia Grande¹⁸, de onde partiria para Portugal assim que estivessem prontas as embarcações para transportá-la¹⁹. No mesmo dia, o general Curado foi nomeado comandante das tropas brasileiras e imediatamente começou a preparar posições defensivas próximas ao aquartelamento dos portugueses, pois temia-se que eles tentassem nova rebelião.

A Divisão Auxiliadora adiou constantemente sua partida, sob os mais variados pretextos. Avilez queixou-se em diversas ocasiões a respeito do cerco que estava so-

15 REZZUTTI, Paulo, D. Leopoldina: a história não contada, Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 268-269

16 Local onde se instalaram os primeiros habitantes do Rio de Janeiro, sede da antiga catedral, o Morro do Castelo foi totalmente demolido entre 1904 e 1922.

17 MONTEIRO, Tobias, História do Império: a elaboração da independência, 1803-1823, Brasília: Senado Federal, 2018, p. 386-390.

18 Atual Niterói.

19 ARMITAGE, John, História do Brasil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831, Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 1837, p. 44.

frendo, da falta de suprimentos, e do assédio aos seus soldados para se passarem ao lado brasileiro, inclusive por parte do próprio D. Pedro²⁰. Na verdade, Avilez aguardava a chegada da força expedicionária que viria substituir a Divisão Auxiliadora no Rio, possivelmente para tentar repetir a revolta de 5 de junho, submetendo novamente o Príncipe Regente à vontade das Cortes.

Em 4 de fevereiro, morreu o pequeno Príncipe D. João Carlos, herdeiro dos Bragança. O menino tinha adoecido logo depois da fuga apressada de D. Leopoldina para Santa Cruz em 11 de janeiro. D. Pedro e D. Leopoldina ficaram profundamente abalados pela morte do filho e culparam o levante das tropas portuguesas pelo terrível acontecimento²¹. No dia seguinte, D. Pedro ordenou que a Divisão Auxiliadora partisse para Portugal imediatamente. Após novas reclamações, concordou-se em pagar três meses de soldo adiantado, fixando-se o embarque para 7 de fevereiro e a partida para o dia 12.

Como nada aconteceu, em 9 de fevereiro D. Pedro colocou a tropa brasileira de prontidão, posicionou a pequena esquadra brasileira diante dos quartéis de Praia Grande e mandou avisar Avilez que, se os portugueses não comessem a embarcar até a manhã seguinte, seriam tratados como inimigos e bombardeados. Diante desse ultimato, o general cedeu e a Divisão Auxiliadora embarcou sem demora, partindo no dia 15 de fevereiro para Portugal, escoltada pelas corvetas Liberal e Maria da Glória²². Como ato final de rebeldia, dois transportes desviaram seu curso e arribaram na Bahia, desembarcando 381 soldados que foram reforçar as tropas do general Madeira de Melo²³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda bem não estávamos livres destes inimigos, quando poucos dias depois aportou outra expedição, que de Lisboa nos era enviada para nos proteger; eu tomei sobre mim proteger este Império, e não a recebi. (D. PEDRO I, Fala do Trono de 03/05/1823)²⁴

A expulsão da Divisão Auxiliadora do Brasil teve duas importantes consequências. Primeiramente, ficou clara a necessidade da criação de forças militares nacionais, para permitir uma resistência eficaz às pressões lusitanas. Isso foi resolvido

20 TAVARES, Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa, Participação, e documentos dirigidos ao governo pelo general commandante da tropa expedicionária, que existia na província do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa; e remetidos pelo Governo às Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa, Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 60–66.

21 REZZUTTI, Paulo, D. Leopoldina: a história não contada, Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 275–276.

22 LIMA, Manuel de Oliveira, O movimento da independência (1821-1822), Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2019, p. 172–173.

23 MORAES, Ricardo Caetano de, A era da independência, Rio de Janeiro: Edição do autor, 2022, p. 64.

24 Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária: é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico, Brasília: Senado Federal, 2019, p. 30–31.

através de três medidas: a promoção das milícias, formadas principalmente por brasileiros, a tropas de primeira linha; a oferta de vantagens aos soldados e marinheiros portugueses que quisessem aderir à causa brasileira; e a contratação de oficiais mercenários europeus. De fato, o grupo de patriotas reunidos no Campo de Santana para enfrentar as forças de Avilez acabou se constituindo no embrião do futuro Exército brasileiro.

Outro resultado importante foi a mudança de atitude de D. Pedro, que abandonou sua hesitação, ainda perceptível na sua primeira resposta ao manifesto popular no Dia do Fico, e passou a apoiar claramente o lado brasileiro. Essa mudança logo foi posta à prova, com a chegada em 9 de março da esquadra portuguesa comandada pelo Chefe-de-Divisão Francisco Maximiano de Sousa, trazendo a bordo 1.250 soldados, comandados pelo Coronel Antônio Joaquim Rosado. Sua missão era substituir a Divisão Auxiliadora no Rio; porém, existem indícios de que as duas forças se juntariam para impor os decretos das Cortes a D. Pedro²⁵.

Os recém-chegados foram tratados com muita firmeza. Os navios tiveram que fundear na baía de Guanabara, sob a mira dos canhões das fortalezas. Todos os desembarques foram proibidos, exceto os de alguns oficiais, e mesmo esses somente puderam pôr os pés em terra depois de jurarem que nada fariam contra o governo do Príncipe Regente. Após receberem provisões e o pagamento adiantado dos soldos, as forças portuguesas retiraram-se para a Europa em 23 de março, conforme ordenado por D. Pedro, deixando no Rio um navio e quase 400 soldados, que aderiram à causa brasileira.

Pouco depois, D. Pedro promulgou uma lei proibindo o desembarque de qualquer força militar portuguesa no país sem sua autorização. O distanciamento entre Portugal e o Brasil era cada vez maior. Estava aberto o caminho para a independência.

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, John. História do Brasil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 1837.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro na guerra da Independência. *Revista Brasileira de História Militar*, n. 11, p. 33–53, 2013.

ENBEL, Richard. Motim militar pelo juramento da Constituição lisboeta - Largo do Rocio, capitania do Rio de Janeiro. *Impressões rebeldes - Documentos e palavras que forjaram a história dos protestos no Brasil*. Disponível em https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?revoltas_categoria=1821-motim-militar-pelo-juramento-da-constituicao-lisboeta-largo-do-rocio-capitania-do-rio-de-janeiro. Acesso em 5 de fevereiro de 2022.

25 PEREGRINO, Humberto, História militar da independência do Brasil, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 326, 1980, p. 285–286.

Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889: acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária: é [sic] de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas Câmaras e competente histórico. Brasília: Senado Federal, 2019. (Edições do Senado Federal, 269).

FELONIUK, Wagner Silveira. Violência na Praça do Commercio em 21 de abril de 1821. In: *Violência e poder: reflexões brasileiras e alemãs sobre o medievo e a contemporaneidade*. 2. ed. Porto Alegre: DM, 2018, p. 227–249.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O movimento da independência (1821-1822)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2019.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *Primeiras eleições gerais no Brasil (1821): participação dos deputados brasileiros nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação portuguesa*. Brasília: Edições Câmara, 2021.

MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da independência, 1803-1823*. Brasília: Senado Federal, 2018. (Edições do Senado Federal, 19).

MORAES, Ricardo Caetano de. *A era da independência*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2022.

PEREGRINO, Humberto. *História militar da independência do Brasil*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 326, p. 279–304, 1980.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Motins políticos e militares no Rio de Janeiro: prelúdios da Independência do Brasil*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. XXXVIII parte segunda, n. 48, p. 341–366, 1874.

REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de D. Pedro I*. Brasília: Senado Federal, 2015. 3v. (Edições do Senado Federal, 209-A).

TAVARES, Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa. *Manifesto aos cidadãos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1521>. Acesso em 6 de dezembro de 2021.

TAVARES, Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa. *Participação, e documentos dirigidos ao governo pelo general commandante da tropa expedicionária, que existia na província do Rio de Janeiro, chegando a Lisboa; e remetidos pelo Governo ás Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

Termo de vereação do dia 9 de janeiro de 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6632>. Acesso em 6 de dezembro de 2021.



EVENTOS DE INTERESSE ESTRATÉGICO QUE ANTECEDERAM A PARTICIPAÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB) NA ITÁLIA DURANTE A II GM: uma percepção

Glauber Corrêa Netis Teles¹
Marcelo de Jesus Santa Bárbara²

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi uma força militar enviada pelo Brasil à Europa para lutar ao lado das Forças Aliadas (Reino Unido, França, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão), na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A FEB era constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), com cerca de vinte e cinco mil homens e mulheres, que lutaram na Campanha da Itália. Naquele contexto, ganhou notoriedade o lema de campanha, “A cobra fumou”, que foi uma bem-humorada crítica ao senso comum à época de que seria “mais fácil uma cobra fumar cachimbo do que o Brasil participar da guerra na Europa”.

O momento que antecedeu o envio da FEB ao teatro de operações era de grande expectativa nacional. O drama da Marinha Mercante Brasileira comovia a população nacional. Durante o conflito mundial, cinco navios foram torpedeados e afundados ao longo do litoral brasileiro pelo mesmo submarino nazista, o U-507 que estava sob o comando do capitão Harro Schacht.

Ao mesmo tempo, o País iniciava a transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, o que demandava ações tanto na esfera política, como no fomento do desenvolvimento industrial e econômico. Nesse sentido, as expressões do Poder Nacional foram mobilizadas pelo Estado em um esforço sem paralelo no País.

Segundo pensadores e escritores geopolíticos renomados como Colin Gray

1 Cel Inf QEMA servindo na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)

2 Maj QCO Mag Geografia, professor da Cadeira de Geopolítica da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

(2002) e Meira Mattos (2011), pode-se considerar um evento de interesse estratégico aquele fenômeno econômico, político, psicossocial, científico-tecnológico e/ou militar com influência na mobilização e fortalecimento do poder nacional, aumentando sua capacidade de projeção em escala internacional.

O artigo tem por objetivo apresentar eventos de interesse estratégico ocorridos no Brasil que antecederam o envio da FEB à Itália durante a II GM, concluindo sobre reflexos para a expressão militar do poder nacional.

2. DESENVOLVIMENTO

De acordo com Proença Jr (1999, p.7) “Estratégia ou Estudos Estratégicos, no sentido estrito do termo, implica no estudo dos meios de força, particularmente os meios militares, para alcançar objetivos do Estado”. A “união interdisciplinar” faz com que essa área do conhecimento receba influências e contribuições das mais diversas disciplinas.

Segundo a publicação “Fundamentos do Poder Nacional” da Escola Superior de Guerra (ESG) o “homem”, a “terra” e as “instituições” são os fundamentos que servem de base para o estudo das expressões do Poder Nacional

O Poder Nacional deve ser sempre entendido como **um todo, uno e indivisível**. Entretanto, para compreender os elementos estruturais anteriormente referidos, pode-se estudá-lo segundo suas manifestações, que se processam por intermédio de cinco Expressões (ESG, 2022, p. 36). (Grifo dos autores)

As cinco expressões em questão são: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica. Para apresentar os eventos que antecederam o envio da FEB à Itália e concluir sobre impactos positivos desse empreendimento, seguiremos o método preconizado pela ESG a fim tornar mais claro para o leitor a compreensão do problema, concentrando os esforços nas expressões política, econômica e militar. Na expressão política, observou-se que na década de 1930, durante o período pré-guerra, a política externa do Brasil visava garantir os melhores benefícios possíveis para a Nação diante das duas potências econômicas daquele momento. Destaca-se que, nessa época, o Brasil realizou uma série de acordos econômicos com países europeus e asiáticos.

De acordo com AGNELLI (2021, p. 4)

“o crescimento da produção brasileira de algodão seria acompanhado por importante aumento das exportações para a Alemanha e para o Japão, correspondendo o produto respectivamente a 34% e 92% das exportações totais aos países entre 1937 e 1939 . Partindo de montantes negligenciáveis em anos anteriores, enfim, o crescimento do comércio de algodão que superava o crescimento das relações comerciais em geral com esses países

reforçava o movimento que reduzia a importância relativa dos mais tradicionais parceiros econômicos do Brasil: Inglaterra, Estados Unidos e França”

A Era Vargas foi o período de quinze anos da história brasileira que se estendeu de 1930 a 1945, sucedido por Eurico Gaspar Dutra, que governou o Brasil entre 1946 e 1951. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder foi resultado direto da Revolução de 1930, que destituiu Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes (presidente eleito que assumiria o Brasil).

A situação socioeconômica do País à época não era favorável ao envio da FEB à Itália. A crise econômica e o desemprego se estendiam desde a década de 1930, o que dificultava o envio de soldados brasileiros para o front. O Brasil precisou adotar medidas administrativas importantes para superar tal condição desfavorável. Por exemplo, foram feitas reformas nas leis trabalhistas, no sistema tributário e no setor produtivo que minimizaram os impactos negativos na população e favoreceram, estrategicamente, a ida das tropas brasileiras para a Guerra.

Naquele contexto, os Estados Unidos observavam o aumento da influência alemã no Brasil com cautela e, de maneira tímida também, tomaram medidas que visavam a aumentar a presença da cultura e economia americana no Brasil e na América Latina. Essa política de aproximação dos Estados Unidos com a América Latina ficou conhecida como “política da boa vizinhança”, o que fortaleceu a visão americanista da política externa brasileira.

O pragmatismo passou a nortear essa relação, pode-se citar a esse respeito a barganha sobre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que foi criada em 9 de abril de 1941, com o decreto-lei que deu origem à maior siderúrgica do Brasil. Nesse momento, Getúlio Vargas encerrou uma longa etapa da história econômica brasileira, contribuindo para o desenvolvimento da indústria de base nacional.

Além disso, a economia mobilizada para o esforço de guerra também proporcionou o aumento sistemático da extração do látex na Amazônia. Ao mesmo tempo, aumentou-se o abate, processamento e envio de carne enlatada do sul do Brasil, diretamente para o Norte da África. Outro evento importante consistiu no fato de cidades brasileiras tiveram suas rotinas modificadas ao receberem bases aliadas no Nordeste do País.

Mais um aspecto da expressão econômica que antecedeu a participação da FEB na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, foi a diminuição das importações de máquinas, equipamentos e insumos, já que boa parte dos parques industriais europeus estavam sendo devastados pela guerra. Tal fato contribuiu para o início do processo de substituição das importações, fortalecendo a indústria nacional e, por conseguinte, a fabricação de materiais de emprego militar que seriam utilizados naquela guerra.

A economia brasileira teve de atender às encomendas dos países aliados para fomentar, com bens agrícolas e semimanufaturados, as economias europeias em esforço de guerra. Esse processo fortaleceu o setor produtivo interno e aqueceu a economia brasileira, aumentando a exportação de bens agrícolas e semimanufaturados e

criando melhores condições para o Brasil participar da II GM.

De maneira estratégica, antes da FEB ir para o TO italiano, houve um forte aumento da produção manufatureira, como forma de atender à demanda interna, que deixou de contar com a oferta externa, devido à interrupção do fluxo de importações. Ao mesmo tempo, o País atuava fornecendo insumos, sobretudo para os EUA e para a Inglaterra, e interessava aos aliados que os produtos chegassem no maior nível de processamento possível, como forma de poupar tempo de trabalho nas já sobrecarregadas estruturas produtivas internas, o que favoreceu a diversificação da estrutura produtiva brasileira durante e após a II GM.

Neste ponto, percebe-se que a guerra não foi um evento isolado de além-mar, mas acabou envolvendo, ainda que em uma escala inferior à dos países que abarcavam parte do Teatro de Operações (TO), todos os campos do poder brasileiros. Assim, verifica-se que tal redirecionamento econômico caracterizou-se em um acontecimento estratégico que antecedeu o envio da FEB ao TO italiano.

No que diz respeito à expressão militar do poder nacional, outro evento estratégico que ocorreu antes da FEB ir para a Itália foi o afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, que atendia à política de bloqueio/ofensiva submarina alemã, em 1942. Os torpedamentos afetaram a comunicação e o transporte de um país com grande litoral, pouca interiorização e carente de estradas. A resposta brasileira foi a declaração de guerra aos países do Eixo, contribuindo para o esforço de guerra Aliado em atitudes políticas, econômicas e militares.

O quadro de extrema fragilidade militar do Brasil contribuiu para a negociação com os americanos. O Brasil demandava créditos e assistência para a instalação de indústrias siderúrgicas e bélicas, enquanto os EUA intencionavam importar borracha e minerais. A questão de suprimento destes itens era tão estratégica para o esforço de guerra aliado que, em 1941, foi assinado um acordo de aquisição preferencial destes produtos. A questão de produtos militares foi facilitada posteriormente pela Lei de Empréstimo e Arrendamento do Congresso Americano, tendo em março de 1942 sido assinado o acordo Brasil-EUA sobre exportações de minério de ferro e borracha e cessão de armamento e material militar. Assim, constata-se que esse foi mais um evento de interesse estratégico que antecedeu a participação FEB na Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

A ideia de se criar uma força militar para participar do conflito surgiu em fevereiro de 1943, no encontro dos presidentes dos Estados Unidos e do Brasil, Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas, na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Na ocasião, Getúlio argumentou que o envio de tropas dependeria exclusivamente do reaparelhamento bélico das Forças Armadas Brasileiras, o que foi atendido de imediato pelo presidente norte-americano. Esse apoio tático minimizou as dificuldades da FEB para combater na II GM, tornando-se um fato estratégico para a participação brasileira no conflito mundial.

No campo militar, em 2 de março de 1942, a Base Aérea de Natal (BANT) foi criada pelo governo brasileiro, em plena Segunda Guerra Mundial. A ativação da BANT ocorreu no dia 7 de agosto do mesmo ano. Em novembro daquele ano, passaram a conviver no mesmo aeródromo, em “Parnamirim Field”, duas Bases Aéreas.

A brasileira, localizada no Setor Oeste do aeródromo, e a americana, no Setor Leste. Era o Trampolim da Vitória, assim chamado por ser ponto obrigatório de passagem das aeronaves aliadas que se destinavam ao Teatro de Operações da África, caracterizando-se como uma importante instalação estratégica construída antes do envio dos “pracinhas” à Segunda Guerra Mundial.

Outrossim, o bloqueio marítimo imposto pelos britânicos também foi um acontecimento estratégico antes da FEB partir para a Itália, pois impossibilitou os alemães de manterem relações comerciais com o Brasil, fortalecendo a posição dos Estados Unidos aqui, uma vez que novas possibilidades comerciais surgiam com esse cenário. Tal fato ocorreu no início da Segunda Guerra Mundial e foi essencial para a definição da política econômica externa do Brasil, facilitando o envio de tropas brasileiras, com o apoio americano, à II GM.

Ainda de acordo com a expressão militar, a estruturação da FEB propriamente dita teve início com o envio de oficiais brasileiros aos Estados Unidos, para treinamento. Esses oficiais permaneceram por três meses na Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth, com o objetivo de aprenderem os métodos e táticas militares empregadas pelas tropas norte-americanas, “substituindo a doutrina francesa” e replicando os novos conhecimentos adquiridos na FEB”. Cabe destacar que o Exército ainda não possuía um Estado-Maior nos moldes modernos, isto é, com a atribuição de preparar o emprego conjunto das Forças Armadas.

3. CONCLUSÃO

Face ao exposto, pode-se inferir que o envio da FEB aos campos italianos foi um acontecimento de extrema relevância nacional, proporcionando o amadurecimento do estado brasileiro como Nação. Nesse sentido, também ficou evidente que, em todos os campos do poder, com destaque para as áreas econômica, política e militar, as estratégias brasileiras que antecederam a ida dos “pracinhas” para o campo de batalha europeu foram fundamentais para o êxito da FEB naquele continente, projetando o Brasil como promissora potência sul-americana no cenário internacional. Houve também importantes reflexos na doutrina e no ensino das Forças Armadas.

Conclui-se que, a participação de militares brasileiros na II GM contribuiu para o desenvolvimento de novas mentalidades, pois “a convivência com oficiais de forças armadas superiores em organização e poder de combate incentivou, à época, nossos oficiais à elaboração de planos objetivando o progresso do País” (ESG, 2022, p. 5) Nesse sentido, seria fundamental o estabelecimento de um centro de estudos e reflexão sobre a conjuntura nacional compatível com o novo papel que o Brasil deveria desempenhar no concerto das nações.

Conclui-se ainda que com a participação da FEB no TO europeu percebeu-se que era necessário atualizar a doutrina militar brasileira. Um reflexo positivo foi a criação no governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, do Estado-Maior Geral (1º de abril de 1946 a 24 de dezembro de 1948, quando teve sua denominação alterada para Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA).

Por conseguinte, pode-se também apontar como reflexo o fato de que coube

ao Estado-Maior Geral coube, pelo Decreto no 25.705, de 22 de outubro de 1948 (BRASIL, 1948, Seção 1, p. 15479), coube a atribuição de criar a Escola Superior de Guerra (ESG).

Por fim, o Brasil de hoje é fruto do trabalho árduo das gerações que nos precederam e da visão de longo prazo (grande estratégia) dos líderes nacionais que, calcado nas raízes, valores e tradições de nossa Pátria, caminharam pela senda do progresso em contextos complexos.

REFERÊNCIAS

AGNELLI, Henrique Pons. Vestindo a Wehrmacht: as exportações brasileiras de algodão para a Alemanha, 1934-1940. XIV Congresso Brasileiro de História Econômica e 15ª Conferência Internacional de História de Empresas. MG, Varginha de 15 a 17 novembro de 2021.

BAYLIS, John & WIRTZ, James J. “Introduction”: in John Baylis, James Wirtz, Eliot Cohen & Colin Gray (org.), *Strategy in the Contemporary World*. New York: Oxford, 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica* (vol I, II e III). Rio de Janeiro, FGV, 2011.

BRASIL. *Fundamentos do Poder Nacional*. – Rio de Janeiro: ESG, 2019.

PROENÇA JR. Domicio. *Guia de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.



RESENHA DESCRITIVA

Fortins, Fortes, Fortalezas...

Por elas veremos o Brasil edificado

Elcio Rogerio Secomandi ¹

RESUMO

Esta resenha descritiva aborda o tema do livro *Fortins, Fortes, Fortalezas...* Por elas veremos o Brasil edificado, editado em 2022, ano do Bicentenário da Independência do Brasil. Após um giro pelo vasto perímetro do Brasil, visitando virtualmente as dezenove fortificações coloniais indicadas para o Patrimônio Mundial, relata o faro histórico que uniu duas fortificações quinhentistas com o mesmo nome santos: Forte de São João, Bertioga, SP, e Fortaleza de São João, Rio de Janeiro, RJ. Por fim, apresenta, como “história na prática”, a reconstrução, 450 anos depois, da viagem da esquadra de Estácio de Sá (1565), dando origem à cidade do Rio de Janeiro e posterior expulsão dos franceses que ocuparam a Baía de Guanabara entre 1555 e 1567.

ABSTRACT

This descriptive review addresses the theme of the book *Fortins, Fortes, Fortalezas...* Through them we will see Brazil built, published in 2022, the year of the Bicentennial of the Independence of Brazil. After a tour of the vast perimeter of Brazil, virtually visiting the nineteen colonial fortifications indicated for World Heritage, it reports the historical light that united two 16th century fortifications with the same name santos: Forte de São João, Bertioga, SP, and Fortaleza de São João, Rio de Janeiro, RJ. Finally, it presents, as “history in practice”, the reconstruction, 450 years later, of the voyage of Estácio de Sá’s squadron (1565), giving rise to the city of Rio de Janeiro and subsequent expulsion of the French who occupied Guanabara Bay between 1555 and 1567.

¹ Elcio Rogerio Secomandi, Professor Emérito da Universidade Católica de Santos é Coronel de Artilharia, Economista, Pós-Graduado em Administração de Empresas. Titular da Cadeira do Gen. Bda. José de Sá Affonseca, chefe da Comissão construtora da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB).

1. INTRODUÇÃO

Era apenas um tema para apresentação em quatro seminários internacionais, realizados no final do ano do Bicentenário da Independência do Brasil. Com enorme satisfação, fomos agraciados com uma versão impressa pela Navegar Editora, patrocinada por uma das maiores empresas de navegação, operando no Brasil e mundo afora. Será lançada na Academia Santista de Letras, com distribuição de exemplares para os convidados.

O livro impresso, no formato de um tablet de 8 polegadas, se aproxima de uma “revista de bordo”, talvez inspirado em “leituras passatempo”, pois fizemos diversas viagens, como membro efetivo do ICOMOS/Brasil (International Council of Monuments and Sites), do ICOFORT (International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage) e de outras instituições afins, para desenvolver temas relacionados com o lado belo da arquitetura militar colonial que permeia o vasto perímetro do Brasil.

2. Desenvolvimento

A versão digital encontra-se publicada em dez (10) pequenos arquivos, divididos por capítulos e descritos em linguagem destinada a “situar” o leitor numa busca aleatória e de acesso rápido, sem a necessidade de download ou de identificação do visitante. Basta acessar o projeto educacional de domínio público – www.secomandi.com.br, na aba “História Pública e Linha do Tempo”, ou clicar sobre o QRCode ao final desta resenha.

Por ser mais abrangente, a versão digital alcança os estudos sobre as dezenove (19) fortificações coloniais indicadas como “conjunto de bens seriados”, para o Patrimônio Mundial pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), dando acesso à plataforma www.fortalezas.org, administrada no Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O arquivo número 11, do link acima, dá acesso ao livro completo que se encontra na página do autor desta síntese, como pesquisador independente, na plataforma mundial, www.academia.edu, que tem por missão, “acelerar a pesquisa no mundo”:

O livro apresenta uma visão geral sobre as fortificações coloniais indicadas para o Patrimônio Mundial, por meio de quadros, óleo sobre tela, da artista plástica Cristiane Carbone, acompanhados por um breve texto explicativo para cada uma delas. Em seguida, aborda um exemplo histórico regional, unindo duas fortificações coloniais que deram origem à cidade do Rio de Janeiro, nos idos de 1565: Forte de São João, Bertioga, SP, e a Fortaleza de São João, Rio de Janeiro, RJ. O exemplo histórico refere-se às ações marítimas da esquadra de Estácio de Sá e se assemelha a um estudo de situação sobre as manobras militares de retomada da Baía de Guanabara, que se encontrava ocupada, desde 1555, por franceses na então chamada “França Antártica”. Destaca o prosseguimento das operações militares até dois anos depois do início da construção da Fortaleza de São João, no istmo que liga os morros Pão de Açúcar e Cara de Cão, pois somente em 1567 os franceses foram expulsos da Baía de Guanabara.

A última parte, que chamamos de “história na prática”, relata a reconstrução,

450 anos depois (2015 - 1565), do trajeto percorrido pela esquadra de Estácio de Sá, entre as duas fortificações indicadas acima, com “cinco caravelas dos nossos dias” (veleiros oceânicos modernos). A encenação marítima foi empreendida pela Associação Brasileira de Velejadores de Cruzeiro (ABVC), com apoio de diversas pessoas e instituições culturais e educacionais, tendo como comodoro o então presidente da ABVC, Prof. Dr. Volnys Bernal. A história na prática está ilustrada com cento e três (103) fotos em alta resolução, extraídas do “diário de bordo fotográfico” produzido pelo comodoro e outros velejadores que percorrem todo o trajeto marítimo realizado pela esquadra de Estácio de Sá.

3. CONCLUSÃO

O tema do livro foi abordado em quatro seminários internacionais, no final de 2022, ano do Bicentenário da Independência do Brasil:

Corrientes, Argentina, 26 out.; Chuy, Uruguai, Fuerte San Miguel, 18 nov.; 5º Simpósio Científico ICOMOS/BRASIL, UFMG; e 2º Simpósio Científico ICOMOS/LAC, Lima, Peru, 07 dez.

Com enorme satisfação e maior surpresa, o Diretor Presidente da MSC Brasil, mandou editar o livro, para distribuição gratuita, com a seguinte mensagem incentivadora:

“A iniciativa de publicar o livro “Fortins, Fortes, Fortalezas ... Por eles veremos o Brasil edificado” tem uma série de vieses importantes para nossa sociedade, em especial para a região da Baixada Santista”.

Sáimos, então, em busca de pessoas que pudessem ajudar na composição do livro e fomos surpreendidos com a quantidade de amigos, com notório saber em diversas áreas de conhecimento, aos quais, agradece, nominando-os no início da proposta educacional.

O livro digital encontra-se disponível na aba “História Pública e Linha do Tempo”, do projeto EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Fortes, fortalezas e integração nacional, dividido em capítulos no formato de arquivos sequenciais, acessados sem download: www.secomandi.com.br/linha-do-tempo.php

Pode ser acessado também, por meio do QRCode impresso na contracapa do livro e reproduzido ao lado.



REFERÊNCIAS

EME_ Estado-Maior do Exército. História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo. Brasília: IBGE, 1972.

MAGALHÃES, J. B. Compreensão da Unidade do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002.

MORI, Victor Hugo. Arquitetura Militar: Um panorama histórico a partir do Porto de Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.

SECOMANDI, Elcio Rogério. Circuito Turístico dos Fortes. Santos: Leopoldianum, 2005.

SECOMANDI, Elcio Rogério, PAUL, Clotilde. PORTO DE SANTOS: Armada no mar & Bandeiras na terra. São Paulo, Navegar Editora, 4ª Ed. 2014 e 5ª Ed.2021 (digital, website do autor): www.secomandi.com.br

Consultas recentes, realizadas em artigos e matérias de sites, durante a elaboração deste livro e na revisão final. Último acesso em 28 nov.2020:

BERNAL, Volnys, SECOMANDI, Elcio Rogério. Palestra, resumo disponível em:

<http://www.bertioga.sp.gov.br/forte-sao-joao-recebe-palestra-sobre-educacao-patrimonial-nesta-quinta-feira-12/>

PERES, Cesar Bargo, SOCOMANDI, Elcio Rogério

TURISMO_VIRTUAL_EM_FORTIFICACOES_COLONIAIS_DO_BRASIL. Disponível em <https://www.academia.edu/43598208/>

TENTATIVE LISTS, 5997. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5997/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. www.fortalezas.org

ROTEIRO DOS FORTES. LTDS/UFRJ.

Disponível em: <http://ltds.ufrj.br/projects/fortes/>
<https://www.facebook.com/roteirosdosfortes/>

BLOGSPOT, ABVC/Santos. Disponível em;

<http://abvc-santos.blogspot.com/2015/03/cruzeiro-forte-sao-joao-1-etapa.html?m=1>
<http://abvc-santos.blogspot.com/2015/03/cruzeiro-forte-sao-joao-2-etapa.html?m=1>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA. Disponível em: <http://www.bertioga.sp.gov.br/cruzeiro-forte-sao-joao-parte-de-bertioga-para-celebrar-os-450-anos-do-rio-de-janeiro/>

MARINHA DO BRASIL, Vídeo institucional. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dVH72CJVjT3XxwmC-II5aGIRzcHgW40y/view>

RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA AFP Band Rio 01/03/2015. Vídeo disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dVH72CJVjT3XxwmC-II5aGIRzcHgW40y/view>

RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA. Disponível em: <https://www.uol.com.br/carros/videos/assistir/?id=restituicao-historica-da-fundacao-do-rio-celebra-os-450-anos-da-cidade-04024E9C3064E4995326>



LANÇAMENTO DO LIVRO

AS BATALHAS DA REVOLTA DE 1924 NO PARANÁ E NO PARÁ

Cláudio Tavares Casali

A Revista da AHIMTB tem a satisfação de participar do lançamento do Livro “As batalhas da revolta de 1924 no Paraná e no Pará” de autoria do Coronel de Infantaria do Quadro de Estado Maior do Exército Veterano Cláudio Tavares Casali.

AS BATALHAS DA REVOLTA DE

1924

no Paraná e no Pará



Cláudio Casali

ISBN: 978-65-00-70560-7



9 786500 705607

CDL

Cláudio Tavares Casali

As batalhas da revolta de 1924 no Paraná e no Pará

1ª edição

Rio de Janeiro

2023

CIP Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Casali, Cláudio Tavares

C334a As batalhas da revolta de 1924 no Paraná e no
Pará/ Cláudio Casali. – 1ª Ed. - Rio de Janeiro: 2023.

168 p.

Bibliografia.

ISBN (livro) 978-65-00-70561-4

ISBN (e-book) 978-65-00-70560-7

1. Revolta de 1924 - Brasil. 2. Tenentismo. 3. Revolução
Esquécida. 4. Paraná (Brasil) - História. 5. Pará (Brasil) - História.
I. Título

CDD 981.05

Capa: segmento da obra “Batismo de Fogo do Treze” do artista plástico Saulo Pfeiffer exposta no museu do 13º Batalhão de Infantaria Blindado em Ponta Grossa/ PR.

CLÁUDIO TAVARES CASALI é coronel da reserva do Exército Brasileiro desde janeiro/2018. Doutor em ciências militares, comandou o 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista e o Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil. Foi Adido Militar do Exército e da Aeronáutica em Lisboa (Portugal) e oficial de operações na Minustah (Haiti). Serviu no 2º Batalhão de Infantaria de Selva, 62º Batalhão de Infantaria, Batalhão da Guarda Presidencial, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e no Comando de Operações Terrestres. Fez os cursos regulares da carreira e ainda o básico paraquedista, de mestre de saltos, operações na selva, motociclista militar, foto-informação e de operações psicológicas. É autor dos livros “Anos de Chumbo contra Chumbo” e “Araguaia: a guerrilha dia a dia”, coordenador da obra da “Célebre passagem FEB em Lisboa” e articulista de diversos artigos e prefácios. Foi conselheiro da Comissão de Anistia, de março a setembro de 2019, e diretor de operações da Casa da Moeda do Brasil, por 18 meses. É Acadêmico Titular da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	7
PREFÁCIO.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
A REVOLTA DE 1924 NO PARANÁ	14
A OCUPAÇÃO DO ALTO PARANÁ PELOS REVOLUCIONÁRIOS	17
A CONCENTRAÇÃO ESTRATÉGICA DOS LEGALISTAS.....	23
A PRIMEIRA BATALHA NA SERRA DOS MEDEIROS.....	31
O FUSTIGAMENTO EM ROCINHA-BELARMINO.....	40
A MUDANÇA DA LINHA DE CONTATO PARA CATANDUVAS.....	46
OS PRIMEIROS ATAQUES À CATANDUVAS.....	53
O ATAQUE A FORMIGAS.....	59
A GUERRA DE TRINCHEIRAS	67
A QUEBRA DA MONOTONIA	71
A NOVA ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS.....	74
A BATALHA DE CATANDUVAS	76
A RETIRADA REBELDE DE CATANDUVAS ATÉ FOZ DO IGUAÇU.....	89
A GUERRA DE MOVIMENTO	97
A ORGANIZAÇÃO DA COLUNA MIGUEL COSTA - PRESTES	100
AS BAIXAS DOS LEGALISTAS.....	102
O MEMORIAL DE CATANDUVAS.....	108
FIM DOS CONFLITOS NO PARANÁ.....	109
A REVOLTA DE 1924 NO PARÁ.....	113
O INÍCIO DA REVOLTA NA AMAZÔNIA	114
AS CONQUISTAS REBELDES DO AMAZONAS AO PARÁ.....	116
O COMBATE URBANO EM BELÉM	118
A AÇÃO GOVERNISTA NA CALHA DO AMAZONAS.....	135
AS BAIXAS NA REVOLTA DE 1924 (EM BELÉM).....	144
O MEMORIAL REVOLUCIONÁRIO NO PARÁ.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
ANEXO I - O MINISTÉRIO DA GUERRA EM 1931	155
ANEXO II - PERSONAGENS SIGNIFICATIVOS CITADOS.....	155
ANEXO III - A COLÔNIA PENAL DE CLEVELÂNDIA.....	160
REFERÊNCIAS.....	163



*Não nos pese sobre os ombros
a mochila e o fuzil
até que retorne a paz
ao nosso caro Brasil*

(Ernesto Baptista Tecchio - Sd/1924)

SIGLAS E ABREVIATURAS

BC – Batalhão de Caçadores
Bda – Brigada
BI – Batalhão de Infantaria
Bia -bateria
BP – Batalhão Patriótico
BFP – Batalhão da Força Pública
Btl – batalhão
Cb – cabo
Ch – chefe
ChEM – chefe de Estado-Maior
Cia – companhia
C Aux BMRS - Corpo Auxiliar da Brigada Militar
Cmt – comandante
CT – capitão-tenente
DN – Distrito Naval
Doc – documento
Dst – destacamento
EB – Exército Brasileiro
Elm – elemento
EM – estado-maior
EME – Estado-Maior do Exército
Esq – esquadrão
E1 – encarregado de pessoal
E2 – encarregado da inteligência militar
E3 – encarregado das operações
FM – fuzil metralhador
FO – Forças em Operações
FT – força tarefa
Fv – ferroviário, ferrovia
Fzo - fuzileiro
FP – Força Pública
GAC – grupo de artilharia a cavalo
GACos - grupo de artilharia de costa

GAM - grupo de artilharia montada
GAMth - grupo de artilharia de montanha
GC – grupo de combate
Gd – guarda
Gen – general
Gpt – grupamento
Inf – infantaria
LC – linha de contato
Mtr P – metralhadora pesada
Of - oficial
OM – organização militar
Op – operação, operações
PC –Posto de Comando
Pel – pelotão
QG – Quartel General
R – região
RAM – regimentos de artilharia montada
RC – regimento de cavalaria
RCD - regimento de cavalaria divisionária
RCI – regimento de cavalaria independente
RCP - regimento de cavalaria provisório
RI – regimento de infantaria
RM – Região Militar
Rv – rodovia, rodoviário
Sd – soldado
Sec - seção
Sgt – sargento
TC – tenente-coronel
Ten - tenente
Vtr - viatura
Z Reu – zona de reunião

PREFÁCIO

Motivado pela participação de familiares na Revolta de 1924, houve uma busca pela descrição das batalhas desse conflito.

Meu bisavô Alípio Dias veio encontrar a morte nas terras roxas do alto Paraná atuando na tropa federal. Ele havia saído de Rio Novo, em Minas Gerais, para incorporar-se na Companhia de Metralhadoras Pesadas do 10º RI.

Destaco que as pesquisas iniciais dos últimos passos de Alípio foram realizadas pelo meu pai Silvio Paulo Casali falecido em 1998.

O estudo no Pará surgiu quando da análise dos assentamentos militares do avô da minha esposa Hermógenes Alves Rodrigues. Lá constavam a sua prisão, a anistia e a reinclusão ao Exército por ter combatido ao lado dos reformistas.

A historiografia é mais rica na descrição da fase inicial do movimento no estado de São Paulo, durante o mês de julho de 1924, e da Coluna Miguel Costa-Prestes desenvolvida a partir de maio de 1925.

Assim, nos locais e no período estudados serão descritas operações urbanas, defensivas em meio a região de mata de pinheiros, guerra de trincheiras, ataque frontal, manobras ofensivas de desbordamento, operação de cerco, infiltrações, perseguição, batalhas fluviais, ataques aéreos, operações psicológicas, defesa territorial, enfim, uma boa descrição do teatro de operações com forte influência da 1ª Guerra Mundial e da Missão Francesa.

Vamos encontrar personagens remanescentes da guerra do Contestado e figuras que, após o conflito, tiveram papel relevante na História do Brasil.

A história é contada em ordem cronológica e por batalhas, mas por momentos houve a necessidade de se ter cruzamentos nessa linha do tempo para melhor compreensão de contextos.

Foram inseridos muitos nomes completos para que outros amantes da genealogia pudessem também resgatar as suas raízes.

Para caracterizar os **governistas**, indispensáveis na garantia da lei e da ordem, também serão utilizadas as palavras *legalistas* ou *federados*. De outra parte, iremos apontar os **reformistas** como *revoltosos*, *rebeldes*, *insurgentes* ou *revolucionários*. Em documentos do Ministério da Guerra da época, foram utilizados os termos *rebeldes* e *forças adversas*. Ao contrário, reformistas como Miguel Costa, Juarez Távora, João Cabanas etc. chamavam sempre os governistas de inimigo.

De antemão, gostaria de agradecer ao Arquivo Histórico de Exército, ao Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas e à Universidade de Campinas (UNICAMP); aos historiadores Cláudio Moreira Bento, Elonir José Savian, Edson Lopes, Carlo Romani, Luiz Fagundes e Rafael José Nogueira; ao artista plástico Saulo Pfeiffer; e a disponibilidade dos arquivos do 13^o BC na pessoa de Luiz Eduardo Santos Cerávolo e do 10^o RI com o interlocutor Guilherme Augusto de Felito Lopes.

INTRODUÇÃO

A Revolta de 1924 tinha como principal objetivo a retirada de Arthur Bernardes da presidência da república. O general de brigada reformado Isidoro Dias Lopes, um dos rostos da luta, assim resumia o pleito dos insurgentes:

1. Voto secreto.
2. Justiça gratuita e reforma radical no sistema de nomeação e recrutamento dos magistrados. Redução ao mínimo de nossa hierarquia burocrática.
3. A reforma, não dos programas, mas dos métodos de instrução pública, a que melhor chamaremos de educação pública.¹

Os revolucionários tomaram a capital de São Paulo em 5 de julho de 1924, exatos dois anos após a eclosão da revolução de 1922, e instalaram um governo provisório.

Conflitos semelhantes, mas de menores proporções, eram esperados em outros estados federativos: Rio de Janeiro, Amazonas e Rio Grande do Sul. Ocorreram levantes em Sergipe, a 13 de julho; no Amazonas, em 23 de julho; em Santo Ângelo e outras cidades gaúchas, a 24 de outubro e no encouraçado São Paulo, em 4 de novembro. A adesão do Pará veio na esteira do movimento de Manaus.

Após os combates contra as tropas leais ao governo federal, no dia 26 de julho, aviões legalistas inundaram a capital paulista com panfletos incitando a todos os habitantes para abandonarem a cidade e “deixar os rebeldes a própria sorte”.

No entanto, os rebeldes também resolvem se retirar de São Paulo e dirigiram-se para o interior, pressionados

¹ Publicado nos jornais de São Paulo em 24 de julho de 1924.

por tropas comandadas pelo general governista João Álvares de Azevedo Costa.

A capital paulista é bombardeada. Olvidaram-se dos preceitos da Convenção de Haia de 1907. No maior conflito urbano do Brasil, foram abandonados 503 mortos, 4.846 feridos (em sua maioria civis), 212 mil pessoas em fuga da cidade além da destruição de aproximadamente 2.000 edifícios.

A proteção da retaguarda rebelde ficou a cargo do general Isidoro Dias Lopes, tendo o coronel Miguel Alberto Crispim Rodrigo da Costa (Miguel Costa) e o tenente João Cabanas como subordinados.

Croqui da área de combate



Ao perceber esse movimento para oeste de São Paulo e do Paraná, houve uma mudança na estratégia

governamental para impedir o avanço dos rebeldes e, com essa finalidade, de imediato, em 27 de julho de 1924, foi enviado o Regimento de Cavalaria Provisório (RCP)² para Guaíra, a partir de Ponta Grossa, a comando do capitão, comissionado como coronel, Dilermando Cândido de Assis, aonde chega no dia 4 de agosto, para desencadear, se fosse o caso, uma ação retardadora dos revolucionários.

O governo também organiza um destacamento provisório e o despacha para o norte a fim de eliminar os conflitos que surgiram em Sergipe e no Amazonas.

Os revolucionários atravessaram a divisa de São Paulo e do Mato Grosso, em direção a Três Lagoas, em 7 de agosto de 1924. No entanto, o general Clodoaldo da Fonseca não rebelou a 1ª Circunscrição Militar do Mato Grosso, como planejado.

² Primeira unidade motorizada do Paraná, com 150 militares, segue o itinerário Ponta Grossa – Catanduvas – Depósito Central Barthe (atual Santa Tereza) – Santa Helena.

A REVOLTA DE 1924 NO PARANÁ

O insucesso de conquistas no Mato Grosso fez com que os revolucionários mudassem a direção de ataque para o sul, ao longo da calha do rio Paraná.

A vanguarda estava sob o comando do general João Francisco Pereira de Souza³ e era composta pelo 3º e 4º Batalhões de Caçadores (Juarez Távora e Nelson de Melo, respectivamente), reforçada por uma seção de artilharia montada (capitão Alcides Teixeira de Araújo) e um piquete de cavalaria (tenente Octávio Garcia Feijó). A vanguarda estava embarcada em três navios e um pontão, totalizando 1.200 homens.

Esse destacamento aprisiona, no dia 26 de agosto, a lancha Iguatemy que conduzia uma patrulha governista comandada pelo 2º tenente Romeu Felix Balster.

Os prisioneiros legalistas informam que mantinham 200 homens em Porto São José, na margem paranaense do rio Paraná e, na outra margem, em Porto São João, havia outra resistência. No interrogatório, também informaram o sistema defensivo montado na ilha do Pacu, próximo a Guaíra. Na ação, os rebeldes constataram que eram 92 os defensores de São José.

A força revolucionária dividiu-se – um destacamento continuou pela via fluvial para conquistar porto São José e outro, em uma infiltração terrestre de 40 km pelo Mato Grosso, com Nelson de Mello e Azaury de Sá Brito, para atacar os governistas entrincheirados em porto São João.

³ Conhecido por “Hiena do Cati”, em alcunha dada por Rui Barbosa.

Os governistas, sem poder de combate para resistir, fazem uma retirada.

O general João Francisco Pereira de Souza conquista Porto São João, em 30 de agosto, e Porto São José no dia seguinte. A seguir, transmite a ordem do dia nº 7 do “Exército Libertador”, ainda de forma manuscrita.

Em 13 de setembro, ao amanhecer, a vanguarda revolucionária se deparou com a posição retardadora da ilha do Pacu, nas alturas que dominavam o porto e a Estrada de Ferro Matte Laranjeiras.

A guarnição do 2º tenente Aristóteles Xavier, da Força Pública (FP) do PR, havia fortificado a defesa e instalado minas no estreito canal da ilha. No entanto, após o término da munição da guarnição, os revolucionários, a comando do tenente Octávio Garcia Feijó, conquistam a ilha, desmantelaram as armadilhas no rio e partiram, no dia seguinte, para Villa Guayra, um pequeno povoado com cerca de três mil habitantes onde só se usavam os idiomas espanhol e guarani.

A força retardadora governista, conforme planejado, fez seu retraimento para Porto Mendes, de trem, e depois de vapor até Foz do Iguaçu. No entanto, não foi possível executar a destruição de uma ponte ferroviária, pela iminente presença dos revolucionários, que iniciaram uma perseguição com uma outra composição ferroviária, mas foram bloqueados por vagões desatrelados por Dilermando de Assis⁴.

⁴ As ações de Dilermando de Assis foram questionadas em tribunal, pois julgavam que ele teria poder de combate suficiente para opor maior resistência.

A proteção de retaguarda rebelde só veio a abandonar sua posição em Rubião Júnior⁵ no dia 8 de setembro, quando seguiu pela Estrada de Ferro Sorocabana até porto Epitácio⁶ e embarcou em vapores para descer o rio Paraná.

A vanguarda legalista no teatro de operações paulista, composta pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul, segue pelos eixos ferroviário e rodoviário para o oeste. Utiliza caminhões e automóveis pelas estradas e picadas, ao mesmo tempo em que emprega a aviação na perseguição. A tropa governista sofre ataques constantes de jagunços, ultrapassa diversos obstáculos, mas é bloqueada na via férrea quando se depara com pontes dinamitadas.

Os combates ainda não haviam terminado e o senador pelo Pará Lauro Sodré já pleiteava a anistia para os rebelados.

⁵ Distrito de Botucatu onde tinha a estação ferroviária de Capão Bonito.

⁶ Também descrita como porto Tibiriça e porto Joaquim Távora, com a mesma localização.

A OCUPAÇÃO DO ALTO PARANÁ PELOS REVOLUCIONÁRIOS

A partir da conquista da Villa Guayra, a vanguarda do general João Francisco Pereira de Souza ocupou Porto Mendes. Na ausência do general Isidoro Dias Lopes, um conselho de generais composta pelo próprio João Francisco e mais Bernardo de Araújo Padilha e Olyntho Mesquita de Vasconcelos decide por promover o alargamento da cabeça-de-ponte não só em direção à Foz de Iguaçu, mas também para leste, na expectativa de conquistar Guarapuava e Ponta Grossa. Para isso, lança um pelotão de cavalaria pela estrada carroçável que ligava o porto São Francisco ao Depósito Central Barthe ⁷. Progredindo por essa picada, o pelotão ocupou a localidade de Lopeí.

Na retaguarda, na região de ilha Figueira, a montante de São José, onde o rio Paraná se estreita ⁸, o 7^o BC, a comando do major Arlindo d'Oliveira⁹, a bordo do vapor Conde de Frontin, sofreu um ataque da tropa governista a comando do coronel Péricles de Albuquerque com apoio dos civis Antônio Gomez e Quincas Nogueira¹⁰ e, assim, a embarcação se aproximou demasiado da margem e acabou por encalhar. Com forte pressão, o 7^o BC com 220 homens,

⁷ Depósito da Companhia Mercantil e de Transportes Domingo Barthe, de origem basca.

⁸ Passo do Jacaré, margem direita.

⁹ Era genro do coronel João Francisco.

¹⁰ Ou Guncas Nogueira, comandante do contingente a serviço do governo federal.

256 carabinas *Mauser* e farta quantidade de munição se rendeu aos governistas.

O 6º BC do major Coriolano d'Almeida Júnior chegou a organizar um contra-ataque no dia 24 de setembro, com apoio de um contingente da 1ª Brigada do general Bernardo de Araújo Padilha, mas o tempo de reação foi demasiado e favoreceu a uma retirada dos governistas.

Mais ao sul, a cidade de Foz do Iguaçu encontrava-se abandonada pelas autoridades e pela maioria da população favorecendo a sua tomada pela patrulha revolucionária do 3º BC, comandada pelo tenente¹¹ Juarez Fernandes Távora, no dia 26 de setembro. Mesmo assim, como represália, foram fuzilados o tabelião local Franklin Sá Ribas, o sargento Hartmann (do RCP) e seis empregados da Companhia Matte Laranjeiras sob acusação de simpatizantes à causa governista.

Os invasores, a partir desse momento, ficariam assim desdobrados: em Guaíra, a 1ª Brigada do general Padilha¹². Entre Porto Mendes e Santa Helena, a 3ª Brigada do coronel Miguel Costa¹³, com 3.800 revolucionários. A 2ª Brigada de João Francisco Pereira de Sousa¹⁴ em Catanduvás, com posição defensiva apoiada no rio Adelaide. O apoio de fogo geral era proporcionado por 8

¹¹ Major comissionado, mas era 1º tenente desertor do Exército.

¹² Composta pelo 1º BC do major Olyntho Tolentino de Freitas Marques e pelo 2º BC do capitão Luiz de França Albuquerque.

¹³ Era major da FP de São Paulo ao início da tomada de São Paulo. Sua Brigada era composta pelo 5º BC de João Cabanas, 6º BC de Coriolano d'Almeida Júnior e 7º BC de Arlindo de Oliveira.

¹⁴ Depois do general Olyntho Mesquita de Vasconcelos. A brigada era composta pelo 3º BC de Juarez Távora e 4º BC de Nelson de Mello.

canhões Krupp 75 roubados do 4º Regimento de Artilharia Montada (RAM), 4 obuses 105 retirados do 2º Grupo de Artilharia Pesada e 2 canhões Krupp 75 de Montanha expropriados do 2º Grupo de Artilharia de Montanha (GAMth)¹⁵. Ainda tinham o saldo de 6 milhões de cartuchos para os fuzis e as 45 metralhadoras. A segurança dos flancos de Catanduvás estava em destacamentos em Cajati e em Santa Cruz. Em Foz do Iguaçu foi instalado o Posto de Comando (PC) da Divisão São Paulo, a comando do general Isidoro Dias Lopes.

Em 5 de outubro, inicia-se nesse PC um encontro de três dias dos rebeldes paulistas com os emissários dos revolucionários gaúchos: o Dr. Anacleto Firpo, o major Alfredo Canabarro e os 1º tenentes Antônio de Siqueira Campos e Oswaldo Pereira de Carvalho. Juarez Távora participa da reunião e incorpora-se naquele contingente. A revolução Rio Grande do Sul acaba por ser eclodida a 29 de outubro.

O 4º BC, comandado pelo major Nelson de Mello, ultrapassa o pelotão de Lopeí, ocupa Catanduvás no dia 7 de outubro e estabelece o contato com as tropas legalistas na serra dos Medeiros, defronte à localidade de Belarmino, modificando o desdobramento no terreno.

Também estava na linha de contato de Belarmino o 3º BC, antiga unidade do major Juarez Fernandes Távora. O posto de comando da 2ª Brigada foi instalado em Isolina, na estrada Iguaçu-Cascavel. Também na mesma carroçável, em Depósito Central Barthe, estavam um regimento de cavalaria, duas seções de artilharia,

¹⁵ Disponham de 2.000 granadas de artilharia.

enfermaria, intendência e oficina mecânica. A linha de defesa estava a comando do tenente-coronel Newton Estillac Leal¹⁶.

A picada Aliica¹⁷, que descia em curva de Porto Mendes até Guarapuava, cruzando o rio Piquiry, deixava Catanduvás à sua direita e expunha o flanco revolucionário. A 20 de outubro, a 3ª Bda de Miguel Costa dá ordem para o batalhão de Cabanas para guarnecer Piquiri, ao passo que o PC da própria brigada avança para Santa Cruz.

Catanduvás era um arraial, com umas 20 casas, encravado no alto de uma serra, que dominava a única via de penetração direta do planalto para o cânion do médio Paraná. Estava situado sobre o caminho que ligava Guarapuava a Foz do Iguaçu e possuía um posto telegráfico¹⁸, importante e estratégico meio de comunicação.

A região sob domínio das forças revolucionárias no alto paranaense possuía boa capacidade de produção e a fronteira com o Paraguai e a Argentina tornava viável as possibilidades de abastecimento. Alguns trabalhadores rurais locais se incorporaram às forças de combate. Cabanas arregimentou mais de 200 em Piquiri.

¹⁶ Era capitão do exército ao início da tomada de São Paulo.

¹⁷ Levava o nome do latifundiário local, com terras desde Campo Mourão até o rio Paraná, o argentino Julio T. Aliica.

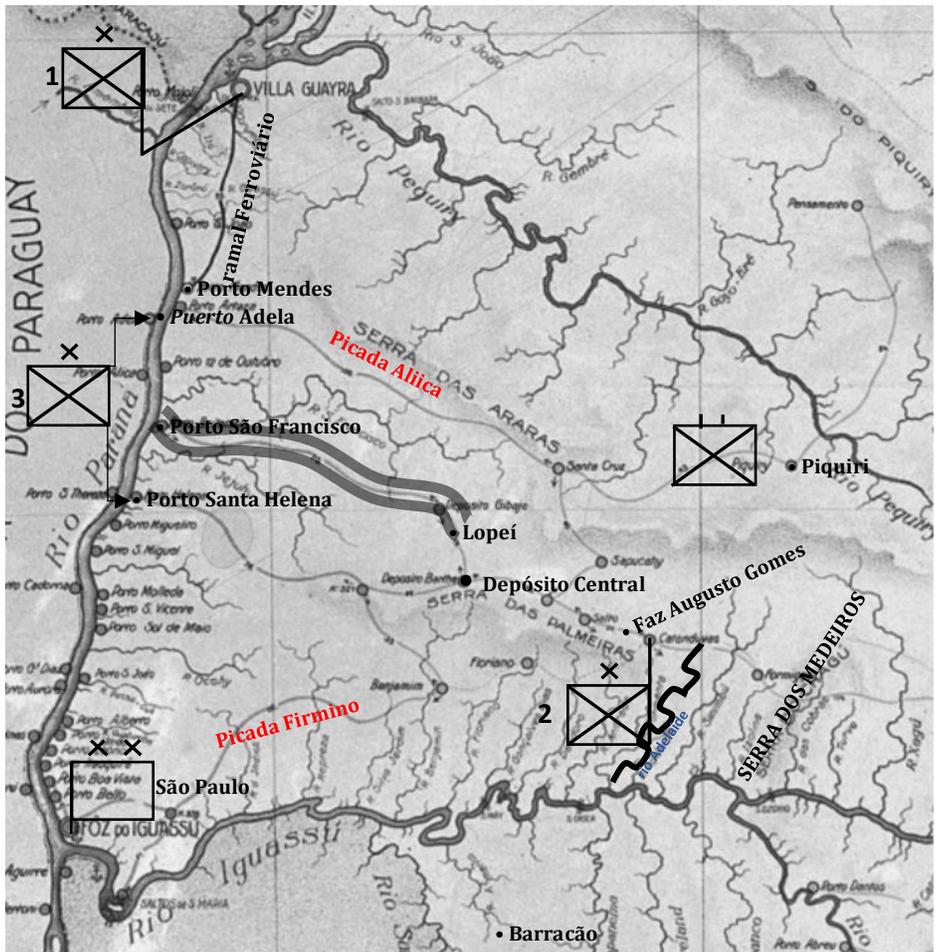
¹⁸ Posto destruído em 1956.

Assim se descrevia a vegetação do oeste paranaense na época:

uma região sobretudo agressiva, [...] além do terreno adverso, [...] possuía uma floresta soberba, densa e opulenta, [...] com áreas emolduradas por soberbos pinheiros seculares e outras árvores nobres de grande porte, cuja subfloresta compacta de emaranhados taquaraçusais de gomos ásperos e que possui na junção dos gomos espinhos dilacerantes que produzem ferimentos dolorosos. [...] Em determinadas áreas ostentava vegetais arbustivos carrasquentos, entre os quais cresciam urtigas, gravatás e um cipoal envolvente.

O poder de combate dos revolucionários havia ficado debilitado desde a retirada de São Paulo: a 1ª Bda havia sofrido pesadas baixas na invasão do Mato Grosso; a 2ª Bda estava com menos 80 praças, pois as operações psicológicas afetaram as tropas de Juarez Távora, em particular da companhia dos alemães do 3º BC que desertou em massa para o Paraguai tão logo chegou em porto Britânia, a 20 de setembro; e na 3ª Bda houve a rendição do 7º BC na ilha da Figueira, a 23 de setembro.

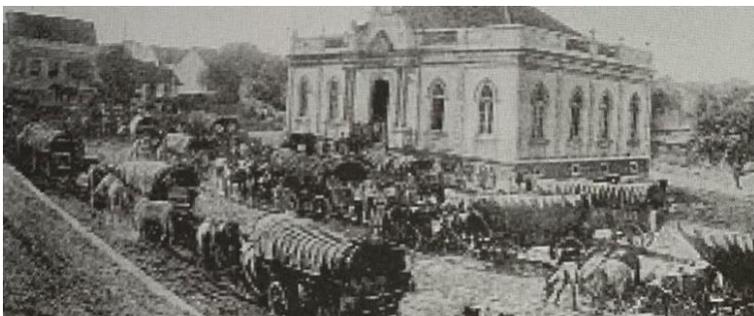
O desdobramento rebelde pode ser verificado no mapa a seguir. A 1ª e 2ª Bda eram formadas por tropas do Exército e voluntários civis, inclusive estrangeiros, ao passo que a 3ª, com tropas da Força Pública.



Desdobramento dos rebeldes

A CONCENTRAÇÃO ESTRATÉGICA DOS LEGALISTAS

Em 25 de setembro de 1924, o general de divisão Cândido Mariano da Silva Rondon é nomeado Comandante das Forças em Operações (FO) nos Estados Paraná e Santa Catarina¹⁹, com Quartel General (QG) em Ponta Grossa²⁰, e uma semana depois, em 1º de outubro, já está estabelecido em seu Posto de Comando (PC) e emite a Ordem Geral de Operações nº 1.



QG de Rondon em Ponta Grossa

Rondon coloca como objetivo das FO “alcançar a desorganização completa dos rebeldes, para fazer cair todas as suas resistências e subjugar todas as suas tentativas”.

Para a frente paranaense são deslocadas diversas organizações militares, algumas dessas compostas exclusivamente para aquele fim.

¹⁹ São nomeados 30 oficiais. O tenente-coronel Benedicto Olympio da Silveira foi seu chefe de Estado-Maior. A comitiva parte do Rio de Janeiro três dias após a nomeação, por via férrea.

²⁰ Posteriormente em Guarapuava.

No dia 7 de outubro, quando os revolucionários alcançam o corte do rio Adelaide, assim estava a organização do Destacamento Paraná das FO tendo à frente o coronel João Baptista Pires de Almada:

Composição de meios do Destacamento Paraná

Na linha de contato

- BP Geraldo Rocha²¹
- 2º Esq/ 4º RCD²²

Em Cantagalo

- 1 Cia/ 13º BC
- Sec/ Cia Mtr P/ 9º RI

Em Guarapuava

- 13º RI (-)²⁵
- 13º BC
- 1º BFPPR
- BP Mal Bormann²⁸
- 2º Esq/ 5º RCD
- 1º Esq/ 4º RCD
- Cia Mtr P/ 9º RI (-)³⁰
- Cia Mtr P/ 10º RI

(em 7/10/1924)

Em Prudentópolis

- 4ª Bia/ 5º RAM²³
- 2ª Bia/ 1º GAMth
- 3ª Bia/ 9º RAM²⁴

Na Proteção Sul

- Esquadrão Palmense
- BP Clevelândia²⁶
- 2º BFPPSC²⁷

Em Ponta Grossa

- BP Moreira Garcez²⁹

²¹ Da Bahia, organizado pelo engenheiro Antônio Geraldo Rocha Fº.

²² A comando do capitão Mário Xavier.

²³ A comando do capitão Osvino Alves.

²⁴ Com 4 oficiais, 106 praças, 128 solípedes e 4 viaturas.

²⁵ A comando do tenente-coronel João de Oliveira Freitas que deu parte de doente em novembro de 1924 e foi substituído.

²⁶ A comando do coronel Manoel Lopes.

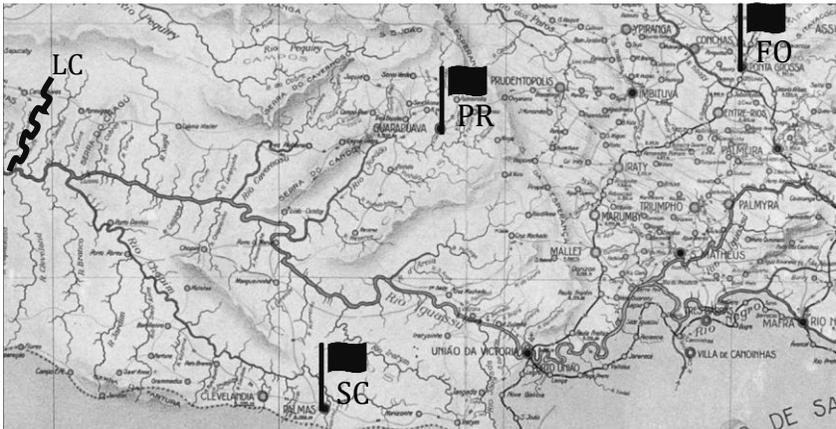
²⁷ A comando do major Pedro Lopes Vieira, com 420 militares. O Batalhão de intitulava 2º Batalhão de Infantaria Catarinense.

²⁸ De Chapecó, organizado pelo coronel Manoel dos Passos Maia.

²⁹ Ao comando do tenente-coronel João Henrique Domingues, com 23 oficiais, 295 praças e 132 animais de montaria e carga.

³⁰ A comando do capitão Antônio Thomé Rodrigues.

O Destacamento Santa Catarina operava ao sul do rio Iguçu e estava com PC em Palmas.



*Desdobramento dos PC das FO e Linha de Contato
Mapa base de 1923*

As árduas condições do terreno e a escassez de meios de transporte dificultaram a concentração e a logística de apoio correspondente.

A título de exemplo, vamos estudar a concentração de duas unidades: da Companhia de Metralhadoras Pesadas do 10º Regimento de Infantaria (Cia Mtr P/ 10º RI) e do 1º Batalhão da Força Pública do Paraná (1º BFPPR)³¹.

³¹ Era 1º BFPPR segundo anotação das FO do general Rondon. A instituição se autodenominava de 1º Btl Inf da Força Militar do PR.

Cia Mtr P/ 10º RI³²

No dia 1 de outubro de 1924, a Cia Mtr P, após participar dos combates em São Paulo, está em Irati, na estação ferroviária que pertencia a linha São Paulo – Rio Grande, a mais próxima da frente de combate. No dia seguinte parte, acantona em São Miguel e depois em São Pedro para finalmente alcançar Prudentópolis, onde permanece por 2 dias.

No mesmo dia da chegada do General Rondon em Prudentópolis, a 6 de outubro, a companhia parte para Guarapuava. Ela fica nesse lugar por duas semanas e, no dia 24, recebe a ordem de marcha para apenas uma seção seguir destino rumo a Colônia Mallet, já no dia seguinte, com início do deslocamento às 6h da manhã.

A seção do tenente Alípio Dias é designada e parte em uma coluna de marcha com o I Btl/ 13º RI, a comando do capitão Jocelyn Carlos Franco de Souza.



Itinerário da Cia Mtr P/ 10º RI

³² Pelo Dec nº 14.794, de 2 maio 1921, foi incorporada ao 10º RI, de Juiz de Fora.

O deslocamento a pé, pela rodovia, no trecho de 118 Km leva 7 dias. Em Mallet, os metralhadores ficam uma semana e seguem para a linha de contato (LC) em Medeiros. Partem no dia 9 de novembro, fazem 12 km no primeiro dia e ainda faltavam 28 km até a LC. No segundo dia estão em serra da União, no terceiro, em arroio Guarany para finalmente estarem em posição em Medeiros no dia 12 de novembro, junto com o I Btl/ 13º RI, 1º BFPPR, a 3ª Cia/ BP Moreira Garcez, com o apoio do fogo da 4ª/ 5º RAM.

A Cia Mtr P/ 10º RI faz o batismo de fogo nessa frente de combate no dia 15 de novembro.

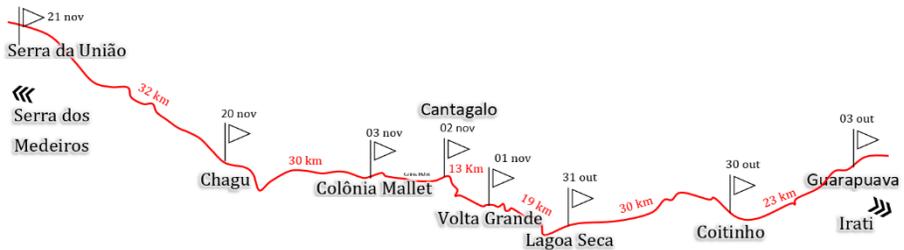
O comando da companhia sai de Guarapuava no dia 21 de novembro e só a 29 a fração fica totalmente reunida em Medeiros.

1º BFPPR

Após combater em São Paulo, o 1º BFPPR a comando do capitão Joaquim Antônio de Moraes Sarmiento³³ chega em Irati no dia 22 de setembro e fica em treinamento até o dia 25, quando então parte para Guarapuava. A unidade estava reforçada por uma 1 seção de metralhadoras pesadas e 2 esquadrões de cavalaria. A má qualidade do uniforme e dos calçados deixa ainda mais desgastante o deslocamento. O material pesado é transportado em carroças. O apoio logístico é precário.

³³ Comissionado como tenente-coronel. Futuro patrono da Polícia Militar do Paraná, conhecido por “caolho”, devido a perda de sua vista no combate de Irani, Paraná, em 1912.

O deslocamento a pé de 123 quilômetros dura uma semana. De Guarapuava, no dia 12 de outubro, o batalhão destaca a sua 3ª Companhia para o Colônia Mallet, onde essa ficará responsável pela defesa da área. A companhia faz o deslocamento em caminhões.



Itinerário do 1º BFPPR

No dia 13, o general Rondon está em Guarapuava e começa a cumprir um rol de visitas às suas unidades. A 20 de outubro inspeciona o batalhão do Paraná que passara por instruções de combate, abertura de trincheiras, guarda, patrulhas de vigilância etc. Ao se dirigir para a tropa em formatura, faz as mais elogiosas referências a atuação dos militares no estado de São Paulo.

O coronel João Baptista Pires de Almada, comandante do Destacamento Paraná, determina uma nova marcha a pé ao batalhão paranaense, de Guarapuava até a serra dos Medeiros, a começar no dia 30 de outubro. A tropa bivaca em Coitinho, Lagoa Seca, Volta Grande e finalmente acampa em Cantagalo por oito dias. Nesse local o Btl deixa um pelotão e prossegue para Colônia Mallet. A marcha acontece na mais perfeita ordem, apesar das grandes distâncias das etapas e da falta de água na zona percorrida, principalmente na parte dos campos.

O batalhão chega em Colônia Mallet em 10 de novembro e reincorpora a sua 3ª Cia, então sob o comando do 2º tenente Joaquim Ignácio Taborda Ribas³⁴. Essa subunidade, no dia 14, destaca um pelotão para a serra dos Medeiros para reforçar as forças defensoras do flanco direito dessa localidade, onde a bravura dos homens e a eficácia de seu fogo, obrigou a uma retirada dos revolucionários. A subunidade, como um todo, segue em caminhões para a mesma área, no dia 17.

Dois dias depois, o 1º BFPPR recebe nova ordem de deslocamento. O pelotão que havia ficado em Cantagalo é reincorporado e seguem em marcha a pé, bivacando sucessivamente na fazenda Chagú e na serra da União.

Dessa zona, parte uma companhia no dia 22 de novembro de 1924 para a linha de contato, no arroio Medeiros. São mais 8 horas de deslocamento. Logo depois de sua chegada, coordena as ações com o capitão Jocelyn Carlos Franco de Souza, do I Btl/ 13º RI, pernoitando em bivaque depois de iniciar a construção de tocas para o abrigo de seu pessoal, devido à proximidade do oponente. Durante a noite tiveram que correr à trincheira, por duas vezes, em ocasiões de alarmes dados pelos guardas avançados.

O restante do 1º BFPPR, fica encarregado de reabrir a picada dos Valérios utilizada pelos revolucionários de 1894, no trecho da serra da União até o ponto 24 de fevereiro, passando por Boa Vista de São Roque, Espigão Alto e Januário, ao mesmo tempo em que protegem o sul das operações das FO e buscam a retaguarda dos rebeldes.

³⁴ Tomba em combate em 11 jan. 1925.

Em uma saga de 40 dias com 400 homens, o batalhão com 3 companhias, uma 1 seção de metralhadoras pesadas, uma peça/ 2ª Bia/ 1º GAMth e 1 pelotão de cavalaria do BP Moreira Garcez cumpre sua tarefa no dia de Reis, a 6 de janeiro de 1925.

O 1º BFPPR, completo, vai entrar em combate no dia 11 de janeiro, no segundo ataque a Catanduvás.

Croqui da área de combate



Régua de distâncias:

Belarmino / 5 Km / serra dos Medeiros / 5 km / passo Bormann / 6 km / Valérios / 29 km / serra da União / 16 km / Faz Chagú / 22 km / Colônia Mallet

A PRIMEIRA BATALHA NA SERRA DOS MEDEIROS

Os revolucionários, ao chegarem em Catanduvás, encontram resistência do encarregado da estação telegráfica José Cabral em ceder as instalações e a tropa o degola³⁵ e fuzila seu auxiliar, Anysio Hipólito de Oliveira. O major Nelson de Mello estabeleceu ali um Posto de Comando (PC), iniciando os reconhecimentos na linha de contato na serra dos Medeiros.

As patrulhas constataram a presença de pouco mais de 200 homens na serra a comando do tenente-coronel comissionado³⁶ Antônio Bastos Paes Leme. Os moradores de Catanduvás também tinham dado essa estimativa. Tratava-se do Batalhão Patriótico (BP) Geraldo Rocha.



Posto telegráfico em imagem próxima e afastada

³⁵ A família recebeu uma indenização em 18 fev. 1926.

³⁶ Era capitão da 1ª classe da reserva da 1ª linha e foi comissionado a tenente-coronel em 25 out. 1924.

Os revolucionários, com nova organização, somavam aproximadamente 800 militares. Em Depósito Central Barthe estava a área de apoio logístico e a artilharia sob coordenação geral do capitão Aníbal Nunes. Distante 40 km a oeste estava o 6º BC do major Coriolano d’Almeida Júnior e um esquadrão de cavalaria a comando do tenente João Ayres.

Com isso, o tenente-coronel Newton Estillac Leal, com PC em Isolina, julgava que um ataque lhes seria favorável, além do que a conquista da região oferecia melhores condições de defesa.

Em 18 de outubro, o 1º sargento comissionado como 2º tenente Francisco de Paula Bôa-Nova é encarregado de levar uma correspondência do general João Francisco Pereira de Souza ao TC Paes Leme apelando para que o comandante entregasse a posição aos revolucionários. Ele foi preso e enviado à retaguarda governista, em direção a Guarapuava.

Os legalistas, tal qual os revolucionários, penavam com as baixas. Em 25 out. foi descoberto um plano de deserção de 1 Sgt e 16 praças do 6º RCI³⁷. Em 8 nov., 1 Of, 4 Sgt e 20 praças do BP Geraldo Rocha passaram-se para o oponente.

No dia 15 de novembro, às 2:30h da madrugada, sob um céu estrelado, Estillac Leal autorizou o avanço para o ataque. A liderança da ofensiva coube ao major Nelson de Mello. Outro batalhão estava com Olyntho Tolentino de

³⁷ A comando do major Setembrino Alves de Oliveira, com 10 oficiais, 168 praças e 276 solípedes.

Freitas Marques. O oponente seria atacado pelo flanco esquerdo e pela frente.

Para o flanco foi mandado o regimento do Cap Bonifácio, que procuraria envolver o adversário ou impedir o seu retorno, caso os legalistas batessem em retirada.

Pela frente, os revolucionários atacariam com as quatro companhias do batalhão Nelson de Mello. A artilharia do capitão Alcides Teixeira de Araújo/ Filinto Strubling Müller tomou posição para preparar o avanço e os outros dois Esquadrões do major Oswaldo Pereira de Carvalho ficaram como tropa reserva.

As companhias de infantaria marcharam escalonadas e em caminhos diferentes, embora convergentes na direção do alto da serra pela encosta íngreme. A companhia da vanguarda era a do tenente Mateus. Em segundo escalão estava a 1ª, comandada pelo tenente Benedicto Ribas D'Ávila e por uma picada a esquerda da estrada geral, estava a Cia Mtr Pesada do tenente Casimiro Dias Redal³⁸. Mais atrás, como reserva imediata a 2ª companhia do tenente Almeida e a subunidade do tenente Belisário Leite de Barros. Um dos esquadrões do regimento do major Oswaldo Pereira de Carvalho atuaria pelo flanco.

Pelas 3h da madrugada os revolucionários ouviram disparos curtos e cerrados. Era o esquadrão do capitão Bonifácio da Silva que entrava em contato com o 1 GC/ 1ª

³⁸ Acumulava funções no EM de Nelson de Mello. Também fazia parte do EM o jornalista Reis Perdigoão e o tenente Anízio Miranda.

Cia/ I Btl/ 13º RI que fazia a vigilância do flanco direito no arroio Bormann.

As tropas legais articulam uma intervenção no combate. Inicialmente, o 2º tenente José Baptista Pereira, Cmt 1ª Cia/ I Btl/ 13º RI, determina o reforço do flanco direito com um GC a comando do 2º sargento Álvaro de Almeida. O comandante do pelotão 2º tenente Carlos Agostini e o soldado Generoso Maurício da Luz acompanham a ação do GC, mas esses 13 caem prisioneiros.

A seguir, o Cmt 1ª Cia/ 13º RI ordena que o restante da SU avance em contra-ataque pela mata fechada. No entanto, com reduzido poder de combate de um pelotão com 25 homens, consegue apenas atuar pelo fogo. O GC do 1º Sgt Agripino de Souza, da 3ª Cia, aparece em reforço, mas ainda insuficiente para conter o avanço dos rebeldes que manobravam para atingir a esquerda da posição.

O Cmt 1ª Cia/ 13º RI comunica ao escalão superior, que intervém com fogos de artilharia e determina o avanço das tropas em reserva estacionadas em Colônia Mallet, com exceção da SU do 1º BFPPR.

Sem perda de tempo, o capitão Mário Xavier, comandante da posição defensiva legalista, determina o avanço de uma seção da Cia Mtr P/ 10º RI, comandada pelo 1º tenente Alípio Dias, para se posicionar a esquerda da 1ª Cia, no intervalo que havia com o 2º/ 4º RCD.

De acordo com o planejado, a tropa de infantaria rebelada só avançaria no quarto disparo de artilharia do tenente Edgard de Assis Pacheco, quando a alça de fogo seria alongada para a retaguarda dos legalistas.

Às 5h da manhã começou a clarear. O major Nelson de Mello mandou iniciar a concentração, que de Alto Polacos fez tiros com canhão 75 nas posições governistas de arroio Bormann.

A Cia vanguarda fez o percurso até a retaguarda das trincheiras legalistas, ficando sempre exposta aos fogos das metralhadoras, mesmo assim avançou o quanto pode, tentando alcançar uma posição que dominasse o terreno do oponente. Não foi possível.

Na serra dos Medeiros não havia só a força de 200 homens. Havia mais poder de combate com o tenente-coronel Antônio Bastos Paes Leme. Lá também estavam:

Em vigilância sobre o arroio Bormann

- 1 GC/ 1ª Cia/ I Btl/ 13º RI

Em vigilância afastada sobre a estrada de Guarany

- Pel/ 2º/4º RCD (tenente Francisco Simões de Britto)

Em trincheiras no contato na serra dos Medeiros:

- 2ª Cia/ I Btl/ 13º RI (capitão Francisco Clarindo Thomé)

- 1 Cia/ BP Geraldo Rocha

- Sec Cia Mtr P/ 9º RI (1º tenente Gaspar Peixoto da Costa)

Em Bormann

- Posto de Comando (PC)

Na serra da União

- 1 Pel/13º RI (proteção ao posto telefônico)

Em reserva (Colônia Mallet)

- I Btl/ 13º RI (-) (capitão Jocelyn Carlos Franco de Souza)

- 1 Cia/ 1º BFPPR (tenente Augusto de Almeida Garret)

- BP Geraldo Rocha (-) (TC Antônio Bastos Paes Leme)

- BP Moreira Garcez (capitão Adelino Ferreira)

- 2º/4º RCD (-) (capitão Mário Xavier)

- Sec/ Cia Mtr P/ 10º RI (tenente Alípio Dias)

- Sec/ 4ª Bia/ 5º RAM (tenente Geraldo da Camino)

Os legalistas intensificaram os fogos de artilharia, dos canhões 75mm e das metralhadoras.

Os quatro disparos dos revolucionários foram respondidos com dezenas de rajadas dos legalistas. Para cada metralhadora dos revolucionários, que eram seis, os legalistas dispunham de 3 vezes mais, e para cada companhia revolucionária havia um regimento legalista.

O combate durou o dia todo. O ataque rebelde da SU do tenente Mateus foi repellido e obrigado a recuar sob fogos. A Cia de Benedicto Ribas D'Ávila teve o mesmo destino. O esquadrão de Bonifácio atuou apeado, pois o terreno se mostrou impróprio para o combate montado.

Houve uma pequena trégua à tarde, quando o major Nelson de Mello reuniu seus oficiais e determinou que não abandonassem as trincheiras. O combate se estendeu por toda a noite e pela madrugada.

A reserva legalista que estava estacionada em Colônia Mallet levou o dia inteiro para cerrar a frente. Uma viatura transporta um pelotão do 1º BFPPR, a comando do 2º tenente Francisco Souza Ferreira, que ao entardecer chega no posto telefônico de serra da União e desembarca. O caminhão retorna. Ainda faltam 18 quilômetros até a linha de contato que devem ser cumpridos a pé. Chegam no passo do arroio Bormann próximo de 1h da madrugada. Recebem a primeira refeição do dia, arroz com charque e prosseguem.

Durante a noite de 15/16 nov., pelas 2h da madrugada, um capitão governista do Batalhão Geraldo Rocha se perde na escuridão da mata, conduzindo uma pequena tropa de reconhecimento. Os revoltosos fazem

um ataque no flanco direito nas posições de Bormann. Eles rompem com violenta fuzilaria que se generaliza com espantosa rapidez.

O capitão Mário Xavier intervém mais uma vez no combate com o pelotão do 1º BFPPR, recém-chegado de Colônia Mallet, reforçando a posição defensiva. Na noite escura, só é possível visualizar as bocas de fogos dos fuzis. A artilharia do 5º RAM a comando do tenente Geraldo da Camino faz fogo, mas as granadas falham e caem a pouco mais de 100 metros à frente.

No dia 16, pela manhã, os revolucionários retraem para Belarmino, mas com muita dificuldade para desengajar as companhias empenhadas, já que o fogo de metralhadoras oponente impedia qualquer deslocamento, mesmo para a retaguarda. Feito o desengajamento com apoio das SU de Almeida e Belisário Leite de Barros o combate foi encerrado e a tropa revolucionária permaneceu em Belarmino.

Belarmino, assim como Rocinha, Isolina, Pouso Alegre e Formigas, eram “simples clareiras abertas para pousada de tropeiros, acampamentos onde outrora estiveram estabelecidos os tarefeiros da erva-mate”.

Os legalistas encontraram no campo de batalha muito sangue, cartuchos deflagrados e peças de equipamentos espalhados pela mata.

No combate, da tropa federal, houve 2 feridos. O 2º tenente comissionado Carlos Agostini³⁹ e mais 15 praças estavam desaparecidas na condição de prisioneiros.

³⁹ Reaparece em 15 de abril de 1925 em Foz do Iguaçu.

Diante das circunstâncias, mais tropas de Destacamento Paraná cerram em direção a serra dos Medeiros.

O PC do Destacamento Paraná muda de Guarapuava para Mallet e o PC das FO, de Ponta Grossa para Guarapuava e já operam da nova posição no mesmo dia, em 21 de novembro. O 7º RI⁴⁰, com 485 homens, que desde 7 de outubro estava em Ponta Grossa com PC das FO, como Tropa do Comando, acompanha o deslocamento para Guarapuava.

Os revolucionários, surpreendidos com o arrojo dos legalistas, também resolveram reorganizar-se. O general João Francisco⁴¹ passa o comando de sua brigada para Olyntho Mesquita de Vasconcelos e vai ser o emissário da divisão São Paulo no Rio Grande do Sul, até maio, quando abandona a revolução em janeiro de 1925.

O major Oswaldo Pereira de Carvalho manda uma carta para o major Nelson de Mello, fazendo uma projeção das operações e uma análise do último combate:

Não abandonamos a ideia de atacá-los, agora pelo flanco direito, tão breve chegue o Tolentino, e tu [Nelson] pela frente e pelo flanco esquerdo conforme combinamos e, muito provavelmente o Cabanas pela retaguarda. Já ontem falei [...] nesse sentido. Recomendo-te, como amigo, que deve sempre pensar numa reserva e não empenhar logo tudo, pois bem sabes o que passou ontem no teu flanco esquerdo. Não fique zangado por te falar como

⁴⁰ Unidade de Santa Maria/RS com 20 oficiais, 599 praças, 132 solípedes e 27 viaturas. Estava, inicialmente, a comando do tenente-coronel Henrique Roberto Burle. Em 19 out. 1924 passa o comando para Álvaro Guilherme Mariante e vai para o 26º BC em Belém.

⁴¹ Acompanharam-no ao sul o capitão Ítalo Landucci e o tenente Emídio da Costa Miranda.

companheiro mais velho e amigo. Ficou um posto de correspondência em Isolina e deve mandar fazer reconhecimentos de cavalaria para frente e flancos e ver se consegue salvar aquele posto que ficou no roçado na picada da esquerda.

Do lado governista, pelo modo como conduziu a Sec/ Cia Mtr P/ 10º RI, o 1º tenente da reserva Alípio Dias, era referenciado pelo capitão Mário Xavier como “a personificação do oficial metralhador” e tal destaque anotado na parte do combate redigida pelo comandante do Destacamento Paraná.



Tenente Alípio Dias

O FUSTIGAMENTO EM ROCINHA-BELARMINO

Em 22 de novembro, os comandantes das unidades federais transmitem uma ordem de ataque, com base na ordem geral de operações nº 9, assinada pelo coronel João Baptista Pires de Almada. Cerca de 100 praças do 13º RI, ao tomaram conhecimento da instrução preparatória, desertam. O coronel Almada sofre um acidente de automóvel e é substituído pelo coronel Álvaro Guilherme Mariante, comandante do 7º RI.

O próprio dia 22 é reservado a reconhecimentos dos observadores de artilharia e das patrulhas lançadas pelo BP Geraldo Rocha que deveriam avançar e ficar em posição.

No primeiro minuto do dia 23 de novembro, parte a Cia do BP Geraldo Rocha com a missão de proteção do flanco norte e realiza seu deslocamento pelo eixo da picada Palmeirinha. As ligações entre as tropas do ataque, flancoguardas e reserva ficam ao encargo do 2º/ 4º RCD.

Passadas duas horas, depois de uma ligeira refeição de café, parte de arroio Medeiros a força de ataque às posições defensivas dos rebeldes em Belarmino/ Rocinha. Na vanguarda estão o 13º RI, 1 Pel/2º/ 4º RCD e 1 Sec/ 3ª Bia/ 9º RAM todos ao comando do Cap Jocelyn Carlos Franco de Souza, que avançam pelo eixo da picada telegráfica (estrada Colônia Mallet-Formigas). Às 10h, a força atacante para. Os fogos de preparação são desencadeados sobre os revolucionários pelo 9º RAM, com duas peças colocadas no local do ponto de partida.

Composição de meios

No ataque principal

- 13º RI (- 1 Pel em serra da União)
- 1 Pel/2º Esq/ 4º RCD
- 1 Sec/ 3ª Bia/ 9º RAM

Proteção do flanco norte

- 1 Cia/ BP Geraldo Rocha

Proteção do flanco sul

- 1º BFPPR (com uma SU em Valérios)
- 1 Pel BP Moreira Garcez
- 1 peça/ 2ª Bia/ 1º GAMth

Apoio de Fogo (no arroio Medeiros)

- 1 Sec/4ª Bia/ 5º RAM

Reserva imediata (no arroio Medeiros)

- 13º BC
- Cia Mtr P/ 9º RI

Reserva (no arroio Bormann)

- BP Geraldo Rocha (- 1 Cia)
- 1 peça/Sec/Cia Mtr P/ 10º RI

Patrulha de ligação entre o 13º, flancos e reserva

- 2º Esq/ 4º RCD (-)

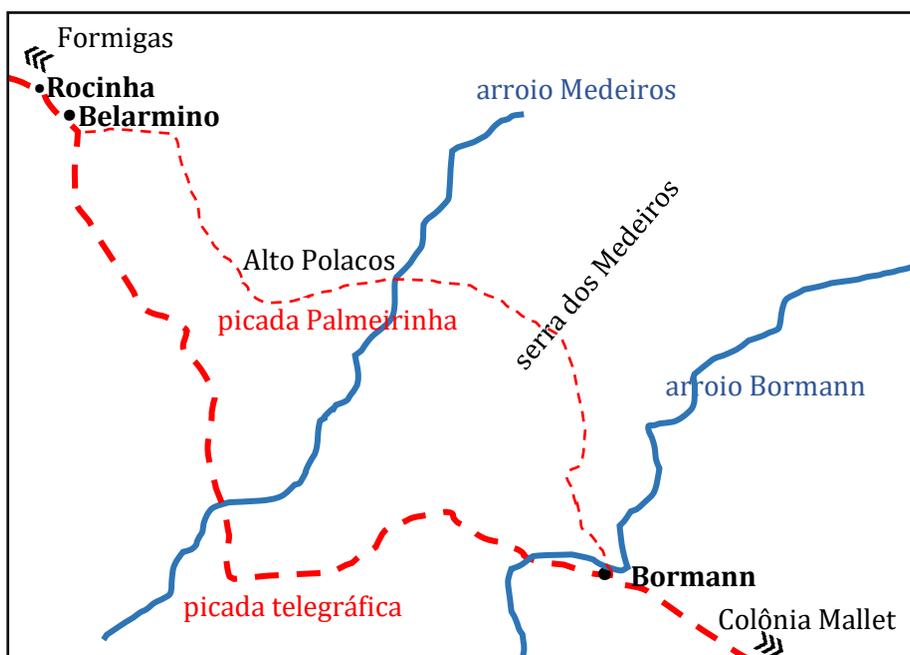
Destacamento Norte⁴² (em Anna Couto)

- 1º Esq/ 4º RCD
- BP Marechal Bormann
- BP Moreira Garcez (-1 Cia, - 1Pel)

⁴² A comando do capitão João Theodoro Pereira de Mello Netto.

Algumas outras unidades cerram para o arroio Bormann, entre elas o 1º/ 5º RCD, a 3ª/ 9º RAM (-), a 4ª Bia/ 5º RAM (-) e a 2ª Bia/ 1º GAMth (-), mas não entram na composição de meios prevista para a ação ofensiva.

Croqui da área de combate



Dez minutos depois de retomar a marcha ofensiva contra o reduto rebelde, a vanguarda estabeleceu contato com as guardas avançadas oponentes, travando-se ligeiro tiroteio.

A partir desse ponto a execução não ocorre exatamente como estava prescrito na ordem de operações. É desdobrada a formação e às 12:45h reinicia o ataque, com um Pel do 13º RI no flanco direito em plena mata; uma Cia do 1º BFPPR ao centro e, no flanco esquerdo, pelo leito

da picada telegráfica (estrada de rodagem), uma Cia do 13º BC.

Sob cerrado fogo, o destacamento avançou até uma distância de 500 m das trincheiras rebeldes, aí mantendo-se mais ou menos uma hora. Continuando o avanço com apoio de fogo do RAM, mas debaixo de fortes rajadas de metralhadora e de fuzilaria oponente, conseguiu chegar até uma distância de 100 m das posições rebeldes, aí se conservando até às 15h, quando recebeu ordem para retrair.

A Cia do 1º BFPPR estava comandada pelo Ten Augusto de Almeida Garret até às 14h, quando esse oficial, tendo sido vítima de um acidente, foi evacuado e assume o comando da subunidade o 1º Sgt Benedito Evangelista dos Santos. Todo o pessoal dessa Cia portou-se com bravura e sangue frio, destacando-se o sargento Evangelista que, no dia seguinte, foi promovido ao posto de 2º Ten.

A força de ataque secundário, após ter penetrado no acampamento dos rebeldes, atinge uma reunião do EM de Nelson de Melo e mata os tenentes Lázaro da Costa Tanque e Belisário Leite de Barros.

Essa força é contra-atacada por forças superiores e obrigada a recuar. Em contrapartida, o BP Geraldo Rocha aprisiona 1 oficial, 10 praças, 7 cavalos, 7 mosquetões, 2 fuzis, 1 revolver, 1 espada e 4.200 cartuchos. Apenas um soldado governnista foi ferido nessa frente. À noite, se mantêm as posições conquistadas.

No dia seguinte, pelas 8h, o capitão Antônio Thomé Rodrigues⁴³ informa ao comando legalista a determinação

⁴³ Respondeu interinamente como ChEM do Dst Mariante.

do início de novo ataque. A situação foi favorável durante o dia, mas no fim da jornada a tropa teve que regressar à posição inicial. O mesmo ocorreu na frente de Alto Polacos, aonde os governistas foram obrigados a recuar diante de contra-ataques.

Constatou-se que os revolucionários contavam com um efetivo de 600 a 800 homens, bem armados e posicionados em excelentes situações defensivas e assim descrita:

Estavam numa [...] elevação por onde passa a estrada [...] coberta de pinheiras densas e altas. Os seus flancos são protegidos de enormes mattas desprovidas por completo de caminhos [e] [...] só se poderia tomar a posição por uma audaciosa manobra [...]. O assalto frontal a baioneta era, sem discussão, uma loucura; pois os rebeldes [...], haviam construído suas trincheiras por entre os pinheiros, obedientes a um systema [...] em que muito pesou, para a galharda resistencia que offereceu o admirável traçado que lhe déra.

Contribuiu grandemente para o insucesso a recusa do comandante do pelotão do 13º RI, o 1º tenente Ignácio Ribeiro, em avançar novamente, que foi recolhido preso e levado a responder a Conselho de Guerra.

Nesse segundo ataque houve 19 baixas, sendo 4 mortos, 15 feridos e um desaparecido. A Cia do 1º BFPPR esteve a lamentar a morte do Cb Felix Alves da Conceição.

As ambulâncias passaram conduzindo os feridos para o Hospital de Sangue de Emergência, de onde, mais tarde, seriam transferidos para o Hospital de Sangue da Coluna, na cidade de Guarapuava.



*Fluxo de ambulâncias na picada telegráfica
Acervo: Adelar Paganini*

A seção de Mtr P do 10º RI perdeu o seu bravo comandante o 1º tenente do Exército de 2ª linha Alípio Dias. O coronel João Baptista Pires de Almada, em sua parte de combate, assim escreve:

“pagou com a vida, tombando heroicamente na luta junto as suas metralhadoras, a sua bravura de oficial digno da máxima admiração de seus superiores como seus subordinados”.

Na SU do 13º BC faleceram 3 praças e um oficial. No 13º RI faleceu o 3º sargento João André de Mello.

Alípio e João André foram promovidos por “ato de bravura em combate”, em 18 de dezembro de 1924, sendo o tenente elevado ao posto de capitão e o sargento a 2º tenente. As cartas patentes foram assinadas pelo Presidente da República no mesmo dia.

Assim ficou registrado no boletim das operações das Forças em Operações:

“Curvamo-nos ante os que caíram no campo da honra, se destaca entre eles o 1º tenente Alípio Dias. Esse oficial fazia estágio de instrução na 10ª C.M.P. quando rebentou a revolução em São Paulo, simplesmente, sem alarmes, pediu para marchar com a Cia e desde então a seguir por toda a parte até que aí no sertão do Paraná veio encontrar a morte dos heróis. Que o seu exemplo inspire a todos”.

A MUDANÇA DA LINHA DE CONTATO PARA CATANDUVAS

No dia 6 de dezembro, às 7h, os legalistas voltaram a atacar Belarmino, simultaneamente pelas picadas telegráfica e Palmerinha, sob o comando do capitão Nereu Gilberto de Moraes Guerra (13º BC), com 803 homens, 16 FM, 11 Mtr P e 4 peças de 75mm.

Esperava-se contar com surtidas de apoio aéreo dos *Breguet* e dos *Spad* em Belarmino, Formigas e Catanduvras nos 15 primeiros minutos após o início do ataque, porém apenas uma, do *Breguet*, foi desencadeada.

Pelas 16h, a tropa estava a cerca de 60 m das trincheiras fortificadas dos revolucionários. Enquanto um grupo fazia base de fogos outro, cavava posições descontínuas e, assim, os governistas conseguiram manter o terreno conquistado.

Houve 11 baixas, sendo morto o 2º tenente Olympio Ribeiro, da 1ª Cia/13º BC.

Foram desencadeadas incursões diárias na linha de contato enquanto as posições eram convertidas em trincheiras fortificadas e construía-se espaldões para as Mtr *Hotchkiss* e para os canhões 75, o que resultou em frequentes escaramuças:

data	resultado
07 dez	1 morto (Sd João Rodrigues da Costa do 13º RI) e 6 feridos.
08 dez	1 morto (Sd João Jega do 13º BC) e 4 feridos (um deles o tenente Mozart Noronha de Siqueira do 7º RI).

- 1 cabo da 3ª/ 13º BC matou um oficial rebelde.
- 09 dez 15 feridos (6 do 7º RI, 7 do 13º BC, 1 do 13º RI).
- 10 dez Os rebeldes atacaram com muita infantaria, duas peças de artilharia e fogos de metralhadoras e conseguiram penetrar na posição defensiva na região das trincheiras em arroio Medeiros. Dois mortos rebeldes, 1 morto governista (Sd Pedro Fritzen do 13º BC) e três feridos legalistas.
- 11 dez Um ferido legalista.
- 14 dez 4 mortos (1º Sgt Antônio Rosa, Sd Joaquim Felinto e João Barbosa da Rocha - todos do 2º BFPSP⁴⁴; e Cb Alcebíades Alexandre Rosário do BP Geraldo Rocha. Também há um ferido do 13º BC.
- 15 dez Um ferido legalista.
- 16 dez Ataque a Belarmino na direita seguiu um Dst do capitão Alpheu Rodrigues de Barcellos (do 13º BC) e na esquerda, outro do 13º BC com o capitão Nereu Gilberto de Moraes Guerra. Na flancoguarda, pela picada dos Valérios, o 1º BFPSC. A ação resultou em 2 mortos e 1 ferido.

Nesse interim, o coronel rebelado Fidêncio Mello parte de Catanduvás para preparar uma picada de 144 km entre Barracão/ PR e Foz do Iguaçu e acelerar a junção da tropa paranaense com a riograndense. Leva 78 homens⁴⁵ para essa empreitada que dura 50 dias.

Rondon julga que com a composição de tropas existente naquela frente apenas conseguiria manter a

⁴⁴ A comando do tenente-coronel Afro Marcondes de Rezende com 22 oficiais e 375 praças.

⁴⁵ Tales Marcondes e o major Oswaldo Pereira de Carvalho estão nesse contingente.

posição. Assim, traz unidades do Destacamento Santa Catarina para prosseguir em ações ofensivas desbordantes.

O comandante do Destacamento Paraná passou a compor os seus meios da seguinte maneira:

Arroio Medeiros

- 2º/ 5º RCD
- 1 Pel/ 2º Esq/ 4º RCD
- 1 Sec/4ª Bia/ 5º RAM
- 1 Sec/3ª Bia/ 9º RAM
- Cia Mtr P/ 9º RI
- Cia Mtr P/ 10º RI (-1 Sec)
- BP Geraldo Rocha (- 2 SU)
- 1 peça/2ª Bia/ 1º GAMth

Proteção a N Z Ac

- 1 Pel/13º RI
- 1 Pel/ 2ºEsq/ 4º RCD
- 1 Cia/ BP Geraldo Rocha
- Sec/ Cia Mtr P/ 9º RI

Colônia Mallet

- PC Dst Paraná
- 3ª Bia/ 9º RAM (-1 Sec)

Arroio Bormann

- 13º BC
- 1 Cia/ BP Geraldo Rocha
- 1 Pel/13º RI
- 2ºEsq/ 4º RCD (-2 Pel)
- 4ª Bia/ 5º RAM (-1 Sec)
- 2ª Bia/ 1º GAMth (-2 peças)
- 1 Sec/ Cia Mtr P/ 10º RI

Serra da União

- 1 Cia/ 2º BFPSP

Picada dos Valérios

- 1ºBFPSP
- 1 peça/2ª Bia/ 1º GAMth

Fazenda Chagú

- 7º RI
- 2º BFPSC

No começo do mês, o general Rondon tinha desencadeado uma campanha de operações psicológicas e mandado lançar panfletos sobre os revolucionários pelas aeronaves *Breguet*⁴⁶ do Exército que apoiavam a operação, a partir de Três Pinheiros, incitando-os à rendição, dando notícias de muitas deserções de comandantes e praças, e

⁴⁶ A base alternou entre Laranjeiras do Sul e Três Pinheiros e estava a comando do capitão Alzir Mendes Rodrigues Lima.

informando do desenrolar das operações desfavoráveis aos revolucionários. No entanto, a campanha é interrompida com a queda das duas aeronaves disponíveis, uma no dia 4 e a outra a 8 de dezembro.

Na antevéspera do Natal, Rondon determina que o 2º BFPSC acompanhe as atividades do 1º BFPPR na picada dos Valérios⁴⁷, com o real intuito de surpreender os rebeldes pela retaguarda. No mesmo dia, os federados atacam para fixar as posições de Belarmino em três frentes, depois de intenso bombardeio de artilharia. O 2º BFPSP do tenente-coronel Afro Marcondes de Rezende faz um envolvimento de Belarmino, com uma progressão lenta pela dificuldade do terreno, e para quando cai a noite.

No dia 24, sob chuva, o 2º BFPSP recomeça o movimento para o ataque à Rocinha, onde estava uma companhia com 60 homens. A cerca de 1 quilômetro para leste estava o PC de Estillac Leal. O objetivo geral era cortar as comunicações dos rebeldes que defendiam arduamente a posição.

Por já ter atuado nessa área, o 13º BC passa a disposição dos paulistas o 2º tenente Apparicio Archanjo Corrêa, que atua como guia, auxiliar de reconhecimento e outras tarefas operacionais.

A ação se dá na hora do almoço, quando os rebeldes estavam fora das trincheiras. O número de baixas foi elevado. Os revolucionários contra-atacam. A tropa

⁴⁷ Inicialmente, Rondon havia selecionado o batalhão patriótico de José Fabrício das Neves, o que foi prontamente rechaçado pelo Cmt BFPPR, pois ele lhe era o algoz que no combate de Irani havia lhe tirado a vista e a vida de João Gualberto Gomes de Sá Filho.

governista volta a posição inicial e contabiliza 8 mortos, 19 feridos e 10 desaparecidos.

Entre os mortos estão dois irmãos: o 3º Sgt Olmiro e o cabo Aldomiro Xavier, ambos do 7º RI. O audaz Olmiro virou alvo preferencial dos rebeldes pela intrepidez de sua metralhadora. Vendo a morte do irmão, Aldomiro parte para a vingança e não consegue ir muito além do parapeito do espaldão.

A luta continua, por dois dias, sob chuva torrencial. A força de fixação conseguiu se entrincheirar a uns 60 metros das forças oponentes. Nesse movimento, pelas 21h, um oficial e 42 praças rebeldes se apresentam aos legalistas como desertores, com uma Mtr P e um fuzil metralhador. Trazem a informação de que os rebeldes se retiraram de Belarmino.

Os revolucionários haviam preparado outras trincheiras em profundidade, em Isolina, mas abandonam Belarmino e Rocinha por julgarem inadequadas as condições de aproveitamento do terreno para estabelecer uma defesa e fazem um retraimento maior, até Catanduvás, onde ocupam uma nova posição, em 27 de dezembro, no corte do rio Adelaide, não sem antes queimarem a ponte sobre esse rio, detendo o avanço das tropas legalistas, mas permitindo a ocupação de Pouso Alegre e Formigas.

Além dos prisioneiros, as forças legais apreenderam 2 caminhões, gasolina e cerca de 23 mil cartuchos de fuzil.

Os revolucionários abandonaram 50 feridos no campo de batalha de Formigas, que foram aprisionados e mandados para tratamento em hospitais governistas.

Dois contra-ataques foram articulados pelos rebeldes. Um, do capitão Bonifácio da Silva, deixou de ser executado quando ele foi morto pela sua própria tropa⁴⁸, em sua maioria de paraguaios, tendo esses desertados para o Paraguai. O de Cabanas, em 27 de dezembro, foi interrompido quando teve que reposicionar seu batalhão frente a um possível ataque do 5º RCD do capitão João Theodoro Pereira de Mello Netto, que ia na direção Campo Mourão-Piquiri, sua área de responsabilidade.

A nova posição revolucionária, com munição quase esgotada, continua a comando geral de Estillac Leal com a infantaria sob comando do major Olyntho Tolentino, integrado pelos batalhões do major Nelson de Mello, do capitão Luís Cordeiro de Castro Afilhado e do tenente José da Silva Garcia, reforçados por cavalaria e artilharia. O apoio de fogo contava com 8 metralhadoras pesadas, 1 canhão de campanha 75, 1 canhão de montanha 75 e 2 obuses 105.

Com a presença do próprio Rondon, as FO ocupam as posições abandonadas de Belarmino e Rocinha e lançam tropas para reconhecimentos e manutenção do contato. O 2º Esq/ 5º RCD vai para o corte do rio Adelaide; um Pel/ 2º Esq/ 4º RCD e a 2ª Cia/ 2º BFPSP são mandados na direção de Formigas. Um Pel/ 2º Esq/ 4º RCD vai para Piquiri. O 13º BC e a Cia Mtr P/10º RI ficam em rio Isolina.

Todo o contingente das FO se concentra na região. O novo posto de Comando do Destacamento Paraná passa a ser em Rocinha e o das FO é instalado em Colônia Mallet.

⁴⁸ Bonifácio interveio e mandou cessar o abuso da sua tropa nas mulheres e no espancamento dos homens no povoado de Espigão Alto.

Rondon determina o retraimento do 2º BFPSC que estava na picada dos Valérios.

O Maj Beltrão Castello Branco⁴⁹ e o Cap Francisco Clarindo Thomé Cordeiro (ambos do 13º RI) são encaminhados⁵⁰ ao Rio de Janeiro, pois se revelaram incapazes e responsáveis pela indisciplina e pouca eficiência do seu Regimento. Deixou de seguir o TC João de Oliveira Freitas, por estar em gozo de licença de saúde. O Cap Jocelyn e outros 4 oficiais reorganizam a OM.

Também como consequência dessa batalha, o major Armando Gusmão, do 5º RCD, foi nomeado para proceder um inquérito sobre as atrocidades praticadas pelos rebeldes na região de que foram expulsos.

Os governistas estavam com excelente estado moral para prosseguir no encalço dos rebeldes, mas ainda lhes faltavam suprimento, transporte, estradas em razoáveis condições e poder de combate.

Perseguir é batalha volante, de episódios soberbos, que, ao longo da estrada, vae encadeando, com elos de sangue e fogo uma serie monstruosa de feitos épicos e incontáveis morticínios.

⁴⁹ Comandou o 13º RI entre set. e nov. de 1923. Já havia respondido a conselho de guerra em virtude das ocorrências havidas nas extintas escolas militares do Ceará e do RJ entre 1897 e 1898.

⁵⁰ Telegrama n. 1.440, de 27 dez. 1924, do Ministério da Guerra.

OS PRIMEIROS ATAQUES À CATANDUVAS

Em 10 de janeiro de 1925, há a emissão de ordem de operações n. 7 de ataque à Catanduvás com a seguinte concepção de manobra:

- O Dst PR operaria pela estrada de rodagem, com o objetivo de atacar, testa a testa, Catanduvás, sentido do Salto, objectivo ulterior.
- O Dst SC, entrando a picada hervateira da Colonia Paraguaya-Centenário, endireitaria para Salto, ao mesmo tempo que deixaria a 4ª Cia montada do 2ºBFPSC em Sítio, afim de se acorbetar pelo flanco esquerdo.
- O Dst N investiria rumo a Piquiry.

Assim, o 7º RI (- 1 Pel), do Dst PR, apoiado por artilharia, atacou as trincheiras dos rebeldes em Catanduvás, embaixo de muita chuva, enquanto o 2º/ 5º RCD (-1 Pel)⁵¹ e mais 1 Pel/ 2º/ 4º RCD fixavam os rebeldes na linha de contato. O ataque foi precedido de minucioso reconhecimento, realizado no dia anterior, onde foram assinaladas as posições de inúmeras trincheiras.

Em arroio Roncador, onde estava general Rondon a acompanhar o ataque, estavam 1 Pel/ 2º/ 5º RCD, 1 Sec/ Cia Mtr/ 10º RI, 1 Cia BP Geraldo Rocha. O 2º BFPSP, o 2º/ 5º RCD, 1 Pel/ 2º/ 4º RCD, 1 Cia/ 13º RI, 1 peça/ 2ª/ 1º GAMth também por chegar na região desse arroio. O 2º/ 4º RCD (-) ficaria em Formigas.

⁵¹ A comando do major Armando Gusmão.

Antes da operação, são lançados panfletos pelo vetor aéreo com o seguinte teor:

PROCLAMAÇÃO – Rebeldes do Paraná: aqui estamos no cumprimento do dever, dispostos a luta custe o que custar. Será em vão continuardes ainda a resistência que pretendeis nos oppor. Sustentáculos do Governo legalmente constituído, não trepidaremos em reduzir as resistências injustificadas que lhe são opostas. Guardai o vosso sacrifício para a defesa de outros ideais que ennaltecem e dignificam. Bem sabemos que fostes iludidos; por isso mesmo, combatendo-vos sem tréguas enquanto empunhardes armas, saberemos ser magnânimos quando ellas depuzerdes. Abandonai os vossos Chefes que vos iludiram com promessas falazes e que exigem de vós sacrifícios que eles nunca poderão recompensar. Abdicai dessa lueta inglória, entregai-vos porque não só vos garantimos as vidas, como também affirmamos não sereis maltrados. General Rondon.

Às 5 da manhã do dia 11 de janeiro o 1º BFPPR, que vinha da reabertura da picada dos Valérios juntamente com 2ª/ 1º GAMth, já está em coluna de marcha para fustigar a posição defensiva que protege Catanduvas. Depois de um rápido café com bolachas iniciam o deslocamento até Roncador. Após 7 horas de marcha, se posicionam na estrada, a retaguarda do 7º RI. Também foi incluído no poder de combate 1 Cia/ 2º BFPSP.

Nada de almoço. Novamente é servido café com bolachas. Ouve-se o som dos fogos de preparação conduzidos pelo tenente Ramiro Correia Júnior da 2ª Bia/ 1º GAMth e dos motores de uma aeronave que faz voos de reconhecimento. A aeronave é atingida, mas consegue pousar na fazenda Chagú.

Às 12:20h todas as unidades das forças legais estão prontas nas encostas que dominam o arroio Medeiros por leste. Na outra, já é possível ver os rebeldes. A força atacante se desdobra e são as metralhadoras que indicam o início da manobra. Uma das peças da 2ª Bia/ 1º GAMth não aguenta a saturação e fica indisponível.

A fuzilaria dura o dia todo. Chove à tarde. Não há muito movimento, só o capitão Sarmento que a cavalo percorre as posições até o seu próprio solípede ser alvejado.

Muita troca de tiros ao longo do dia e a noite veio a ordem para recuar. Nesse primeiro dia, foram contabilizados 3 mortos e 9 feridos. O tenente Joaquim Ignácio Tabora Ribas do 1º BFPPR está entre os mortos e o 1º tenente João Masteck, da mesma unidade, abandona o combate e pede demissão, não antes de ser recolhido preso no PC.

No dia 12 de janeiro, o poder de combate do ataque a Catanduvás é reforçado mais uma vez, onde inclui-se a 5ª Cia/ 13º RI e o BP Geraldo Rocha. O 1º BFPPR volta para a mesma frente de combate. No entanto, antes de iniciar os fogos, cavam abrigos com ferramentas de sapa. Essa proteção traz resultados, mesmo com artilharia rebelde tendo sido mais atuante que nos dias anteriores, pois houve 2 mortos e o número de feridos caiu para 4. À noite a força atacante retrai.

A fuzilaria não cessa. A ida ao rancho ou a latrina começa a ficar arriscada, pois os fogos rasgaram a vegetação e deixaram as posições mais expostas. No Hospital de Sangue há mais movimento. Anotaram duas baixas mortais nesse dia e dezenas de feridos.

Após mais uma noite chuvosa, a força atacante volta para as encharcadas posições descontínuas ao amanhecer do dia 13. Um reconhecimento comandado pelo tenente Irineu Ferreira de Castro, do 7º RCI, verificou que os rebeldes ocupavam Centenário, tendo trincheiras que dominam a via de acesso.

O 13º BC (-), a comando do capitão Alpheu Rodrigues de Barcellos, cerra à frente e ocupa posição no corte do rio Adelaide, juntamente com a Cia Mtr/ 9º RI.

No dia 14 são registrados mais 4 mortos nessa frente. No dia seguinte, os rebeldes fizeram fogo intenso de fuzis, durante pouco tempo, e somente quatro disparos de artilharia. Retirou-se o 1º BFPPR, deixando à retaguarda um GC sob o comando do 2º Sargento Euzébio de Carvalho, para o serviço de ligação, ficando todo o setor guarnecido pela 5ª Cia/ 13º RI.

Em outra frente de combate, o 9º BC⁵², reforçado com uma Sec/ Cia Mtr P/ 8º RI engaja-se no dia 16 de janeiro, depois de ter partido de Colônia Paraguaia a 13. O objetivo dessa manobra era interceptar, a partir de Centenário, as comunicações rebeldes entre Catanduvas e Santa Cruz. Na reserva do 9º BC, em deslocamento no itinerário Formigas - Colônia Paraguaia, estavam o 2º BFPSC⁵³, a Cia Mtr P/ 8º RI (-)⁵⁴, 1 Pel/ 3º/ 7º RCI e a 2ª/ 1º GAMth(-).

⁵² Unidade de Caxias/RS a comando do tenente-coronel Arthur Américo Cantalice. Também é anotado como sendo o major Protásio.

⁵³ A comando do major Pedro Lopes Vieira. A unidade vinha se deslocando na esteira do 1º BFPPR na picada dos Valérios.

⁵⁴ A comando do tenente Edson de Novaes Magalhães.

Em seguida ao ataque, o 9º BC prepara posições descontínuas, na mata, com visibilidade limitada a uns 15 metros, sob uma chuva torrencial e um frio intenso.

A tropa que vinha na reserva do 9º BC acampa no passo do Boi Perdido no dia 15 e, a 16, no rio Iguá, de onde escuta o engajamento em combate do 9º.

O general Rondon telefona para o coronel Álvaro Guilherme Mariante e determina “o avanço das forças de ataque” ao “raiar do dia 17”. Algumas unidades recebem a ordem de ataque e para tanto, devem retrair para a preparação. O 9º BC seria substituído pelo 2º BFPSC.

A partir dia 17, na frente Centenário, as unidades governistas são inquietadas com fogos de artilharia e metralhadoras e uma sequência violenta de ataques e contra-ataques, desde o momento em que o 2º BFPSC assume a zona de ação, ao meio-dia, até o dia 20, às 8:30h, quando novamente o 9º BC volta para aquela área e os catarinenses passam a ocupar uma Zona de Reunião (Z Reu) no rio Iguá⁵⁵. Os catarinenses, contentes com o desempenho nesse duro entrave, cantam a canção do seu batalhão:

Salve! Salve! Tais soldados
Salve! Salve! Por se porte
O batalhão que não teme a morte

Na frente Catanduvás, os governistas recebem alerta que os fogos dos revoltosos estavam por encobrir um abandono das posições daquele setor e, nesse caso, deveriam ter em mente a perseguição. A aviação deveria bombardear a picada telegráfica entre Salto e Catanduvás.

⁵⁵ As fontes citam rio Iguá, mas a cartografia atual nomeia de Iguá.

O 2º BFPSP apenas mantém o contato em Catanduvas. Uma Cia/ 13º BC (reforçado com 1 Pel/ 2º/ 5º RCD e 1 Sec/ Cia Mtr P/ 10º RI) ataca a esquerda do dispositivo de Catanduvas.

O 13º BC (-) levanta acampamento às 16:20h do dia 18 e marcha em serviço de exploração, a cavaleiro da estrada principal, com destino a Ozorio Freitas, onde chega às 20h e acampa.

O general Rondon julga que o 2º BFPSP e o 13º BC fizeram um ataque sem ímpeto no dia 17. Assim, telefona ao coronel Álvaro Guilherme Mariante para admoestá-lo e recomenda “ataques de verdade, custe o que custar” na linha de contato.

No dia 20, pelas 21:30h, o Dst SC faz um prisioneiro na área de retaguarda do PC. No interrogatório, diz fazer parte de uma força que vinha de Piquiri, com 500 homens, por uma picada e que deveria sair 3 km à retaguarda do PC e que essa força estava a 7 km. Acharam que era uma troça.

Às 5h do dia 21 de janeiro o BP Geraldo Rocha e o 2º BFPSP partiram de suas bases para atacar na frente Centenário, assim como o 7º RI partira para a frente de Catanduvas, quando chega a notícia que as FO estão sendo atacadas em Formigas. Os ataques foram suspensos e a conduta passou a ser a da fixação do oponente.

O ATAQUE A FORMIGAS

No dia 6 de janeiro, o coronel revolucionário Miguel Costa apresentou um plano de ataque a Formigas, atrás da linha de contato, com o intuito de conquistar a posição para desorganizar as forças governistas, cortar a ligação com Catanduvás e, se possível, fazer um ataque pela retaguarda na posição defensiva e/ ou capturar o general Rondon.

Formigas estava a cerca de 20 km de Catanduvás, era um grande posto de abastecimento de víveres e munição, por ela passava a Estrada Guarapuava/Foz do Iguaçu e se iniciava a trilha para Centenário.

No ataque, o efeito surpresa seria essencial e, segundo Cabanas, “quanto maior a surpresa, mais mortandade, mais alegria”.

Foi planejada uma infiltração na mata, de 30 km, partindo de Sapucaí, nas proximidades de Santa Cruz, até a zona de reunião dos legalistas e designado o 6º BC, do major Cabanas, para a missão. Estillac Leal deveria fazer um ataque para fixar a tropa em Catanduvás.

Em 11 de janeiro, inicia a infiltração dos rebeldes com duas companhias e uma terceira subunidade na esteira com defasagem de dois dias. Eram ao todo 280 homens. O restante do 6º BC continuaria a guarnecer a antiga posição, no rio Piquiry. No dia 18, haviam percorrido 25 km na mata e construído cinco pontes, uma das quais com 16 metros, sobre o rio Ano Novo.

Em meio ao deslocamento, os governistas retomam a ofensiva com o coronel Vasco da Silva Varela atacando

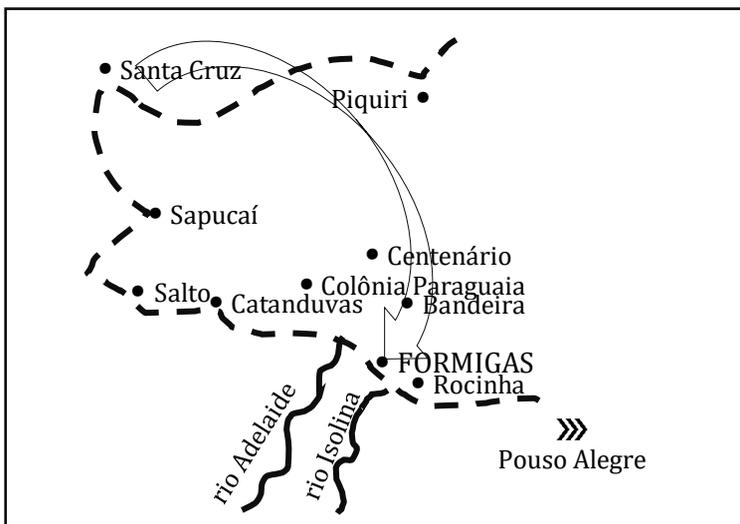
Centenário, flanco norte de Catanduvas, o que obriga a um contra-ataque das tropas do coronel Newton Estillac Leal, a comando do major Virgílio Ribeiro dos Santos, fixando essa tropa e impedindo o apoio à manobra de Cabanas.

Formigas era conhecida dos revolucionários, pois já a tinham ocupado. Era uma pequena povoação localizada em uma área de campo envolta por mata.

Ao amanhecer de 21 de janeiro, o 6º BC rebelde encontra o reduto guarnecido com postos de sentinela na picada telegráfica, na picada que conduzia à Centenário e no meio do acampamento.

Convencionaram que ao sinal das detonações da metralhadora de Cabanas “todos deveriam romper fogo a um tempo e na mesma direção, visando a maior casa do povoado, onde, segundo informações, podia estar o general Rondon”. O 6º BC ataca às 5 da manhã.

Croqui da área de combate



O capitão governista Amaro Soares Bittencourt consegue passar a informação ao escalão superior, por telefone. Em seguida, as ligações telefônica e telegráfica da zona de reunião com Guarapuava e com Catanduvas são cortadas.

O informe do dia anterior, de que 500 rebeldes estavam a caminho começara a fazer sentido.

Os governistas foram surpreendidos, mas Rondon não estava na zona de reunião onde estacionavam os serviços de saúde e de reabastecimento das tropas. O efetivo estava o superior ao estimado pelos rebeldes.

O capitão legalista Clementino Olegário Vieira, Cmt Cia Mtr/ 8º RI, levanta-se rapidamente, monta uma Mtr e inicia uma reação, mas é morto com um tiro de revólver no coração.

O 1º tenente Edgard Alvares Lopes, mais dois subalternos e 15 praças do 2º GAC guarnecem de pronto uma peça, apontam e conseguem fazer 20 tiros. Matam o municionador e o remunicionador da metralhadora que Cabanas operava, além de outros mortos e feridos.

O capitão Antônio Baptista Leite, chefe do serviço de saúde não consegue escapar, é morto e tem seu dedo amputado para lhe roubarem o anel de grau universitário. Próximo dele estava o 1º Sgt de saúde Achyles Villar, que também é eliminado.

Cabanas planejara o bloqueio de reforços que poderiam vir de Centenário, Catanduvas ou Pouso Alegre, dispondo forças de bloqueios com os capitães Ribeiro,

Philogonio Antônio Theodoro⁵⁶ e Bispo, respectivamente, em cada eixo. O capitão Mário Barbosa de Oliveira comporia uma força de proteção.

O 2º BC⁵⁷ governista do coronel Francisco Severiano Ribeiro, com cerca de 291 homens, vinha em deslocamento de Pouso Alegre para Formigas e se depara com elementos em fuga e pede permissão para atacar.

O general Rondon expede uma série de ordens. Cerca 1.200 militares do coronel Vasco da Silva Varella de noroeste, o 1º BFPPR no eixo da picada telegráfica e reservas do destacamento, que não foram fixadas, deveriam convergir sobre a força atacante. O 10º BC também colaboraria no esforço e sairia de Colônia Mallet, em marcha motorizada, até Formigas. Também partiram para a área atacada 1 Sec/3ª Bia/ 9ª RAM que estava em Bormann, a comando do 1º Ten Punaro Bley e o 3º/ 5º RCD estacionado em fazenda Chagú.

Assim, o ChEM do Dst PR de Mariante, o capitão Alcides Mendonça Lima Filho, autoriza a montar uma força de reação e retirar da frente de Catanduvás ao comando do capitão Mário Xavier a guarda do QG (1 pelotão a comando do tenente comissionado Petronio Brilhante de Albuquerque), 1 pelotão do 2º/4º RCD com o tenente Accacio Benevides Falcão e uma Sec/ Cia Mtr P/ 10º RI com o 1º tenente Almeida, que já às 7h parte para Formigas.

⁵⁶ Conhecido pela alcunha de Filó. Era Capitão comissionado, originalmente sargento da PMSP, morreu na continuidade das operações em 28/12/1926.

⁵⁷ Com 13 oficiais, 263 praças e 36 solípedes e 9 viaturas.

O 1º BFPPR, também do Dst PR, sai da região do corte do arroio Medeiros, passa por Roncador e 24 de fevereiro, com 120 homens para, a partir de posições entrincheiradas na orla da mata, manter fogo cerrado e ininterrupto sobre o bloqueio do capitão Philogonio Antônio Theodoro. Os paranaenses fazem um prisioneiro que relata ser de uma tropa de Cabanas com o efetivo aproximado de 300 homens. O Cmt Sarmento informa que não tem poder de combate para esse ataque, mas recebe ordem para prosseguir com a proteção de uma Cia/ 2º BFPSP que cobriria uma trilha que saía de Formigas e alcançava 24.

O ChEM do Dst SC, major Benedicto Marques da Silva Acauan, aciona por telefone o 2º BFPSC e determina o deslocamento imediato da OM. Os catarinenses deixam a 1ª Cia do tenente João Baptista Paiva guarnecendo a Z Reu no rio Iguá. A 3ª Cia do capitão Pedro Manoel Pinheiro e 4ª Cia ficam entre Corrêa (PC do Dst) e Boi Perdido e reforçam o BP Clevelândia (guarda do PC). A 2ª Cia e mais a Cia Mtr P/ 8º RI continuam a marcha até a bifurcação das picadas Pensamento e Bandeira, a fim de protegerem os acessos que por norte chegavam a Formigas.

Durante toda a tarde, o batalhão de Cabanas resistiu e, à noite, sob intensa chuva, pelas 23 h, retrai para a mata.

A 2ª Cia/ 2º BFPSC, do tenente Rodolpho Félix do Carmo, consegue emboscar cargueiros com cunhetes de munição, fuzis e víveres destinados aos rebeldes. Uma fração dessa SU sofre um contra-ataque, morre o soldado Antônio Correia Lima e ficam dois feridos. A 4ª Cia Montada/ 2º BFPSC, próximo a Bandeira, faz um ataque na retaguarda de uma das colunas em fuga de Cabanas.

A região fica infestada de patrulhas de suprimento, de combate e de reconhecimento. Uma patrulha de suprimento da força pública catarinense é emboscada e morre o soldado Pedro Balles, de apenas 14 anos.

Às 5h da manhã do dia 22, uma patrulha de reconhecimento do 1º BFPPR constatou que os rebeldes haviam retraído. Às 8h, o 2º BC chegou em Formigas

O 1º BFPPR recebe a missão de perseguir os rebeldes e restabelecer o contato com o Dst SC, em Colônia Paraguaia e partem às 15:30h. Pelas 19h, fizeram alto para que no dia seguinte fizessem a junção em um posto do Serviço de Saúde (Grupo de Padioleiros Divisionários - GPD) a comando do major Justiniano da Rocha Marinho. No entanto, pelas 5h da manhã, a 4ª Cia Montada/ 2º BFPSC julga sofrer um ataque de uma fração de Cabanas e, de forma trágica, ocorre um fratricídio diante da patrulha de reconhecimento do 1º BFPPR a comando do 2º tenente Benedito Evangelista dos Santos, que resultou em 5 mortes e refletido nas mais de 30 deserções ocorridas no dia 24 de janeiro nesse batalhão paranaense.

Uma patrulha da 4ª Cia Montada/ 2º BFPSC, a comando capitão patriótico Alexandre Nogueira Mimoso Ruiz, parte para retomar Formigas com a abertura de uma nova trilha entre Pensamento e o caminho entre Pouso Alegre e Rocinha. No itinerário, faz um fustigamento em cerca de 25 rebeldes em fuga do 6º BC de Cabanas, que abandona grande quantidade de material de guerra. A SU não tinha a informação que todo o 6º BC já tinha se evadido de Formigas.

Croqui da área de combate



Quando do ataque de Cabanas, estavam na Z Reu de Formigas em todo ou parte, as seguintes unidades: 2º Esq/4º RCD, 1ª Bia/ 2º GAC, 1 Pel/ 7º RI, BP Clevelândia, 3ª Cia Adm, Serviço de Intendência entre outras.

Em 1º de fevereiro a força rebelde infiltrante chega de volta à Santa Cruz, sem ter cumprido o objetivo estratégico planejado, mas fazendo 39 prisioneiros e 9 baixas entre os federados; inutilizados canhões; apropriando-se de mapas, boletins, documentos, munições, fuzis, duas metralhadoras e 70 solípedes. Cabanas perdeu 25 homens que caíram prisioneiros. Realizou um grande feito, mas que poderia ter tido melhores resultados operacionais se

a intenção não fosse simplesmente o massacre de quem estava na zona de reunião.

Cabanas, com dificuldade para transportar seus feridos, os deixa em Formigas com um bilhete:

Aos amigos legalistas. Deixo-lhes, com pesar, mais estes feridos. São meus, são dos vossos. A minha tropa cansada, noites sem dormir, sem comer etc., não é possível carregar todos. Entretanto já levo 16. Cabanas.

O general Azeredo Coutinho em uma análise crítica da ação de Cabanas, julgou que retardou a vitória dos governistas, porque isolou dois destacamentos das FO; forçou o Dst SC a recuar da frente que operava, além de obrigar o Dst PR a mobilizar uma parte de suas forças para acudir a área atacada, com prejuízo das demais ações planejadas.



Movimento logístico

A GUERRA DE TRINCHEIRAS

Após a mudança da linha de contato, em dezembro de 1924, iniciou-se uma guerra de trincheiras que seguia o modelo da 1ª Guerra Mundial e havia sido preconizada pela Missão Militar Francesa que estava a atuar no Brasil⁵⁸, onde a distância das trincheiras, escoradas com troncos, gravetos e tábuas, era de cerca de 300 metros, o que permitia que as tropas se observassem.

Ao fim de janeiro de 1925, o coronel Almada⁵⁹ reassume o comando do Dst PR.

Por efeito do ataque em Formigas, parte do dispositivo centro-norte das forças legais é reajustado e recuado, abandonando Corrêa. A 30 de janeiro encontra-se na seguinte situação: o 9º BC em Bandeira, o 2º BC em Formigas, o 2º BFPSC em Colônia Paraguaia e a 4ª Cia Montada/2º BFPSC na região de Sítio. Pouco tempo depois, a posição é reforçada com a 3ª Cia/ 13º BC, a comando do tenente Irapuan Elyseu Xavier Leal.

Fortes chuvas cobrem a região e alagam as posições. As tropas sofrem com o tifo, a sarna e a disenteria bacilar.

Nesse meio tempo, há notícias do progresso dos levantes do Rio Grande do Sul e do deslocamento de uma coluna de marcha em direção ao Paraná. Assim, para proteção sul, o general Rondon recria um Destacamento,

⁵⁸ Tanto a Força Pública de São Paulo quanto o Exército receberam instrução da Missão Francesa: São Paulo a partir de 1906 e o Exército após 1918.

⁵⁹ Octávio Saldanha Mazza era do Estado-Maior.

em Palmas, a comando do coronel Francisco Severiano Ribeiro.

Os revolucionários da LC, estimados em 600, aos poucos, iam perdendo o ímpeto. As linhas de comunicação e abastecimento estavam restritas. Há cerca de dois meses que não recebiam víveres, uniformes, remédios e munição de Foz do Iguaçu. Alimentavam-se apenas de milho, palmito, frutas e da caça existente na região. A única água que bebiam era a da chuva. Dispunham de poucos medicamentos e estavam quase sem assistência médica, mas aguardavam a chegada do apoio riograndense, que em 25 de janeiro atravessara o rio Uruguai, não sem antes perder quase mil desertores, com armas e animais.

Em 7 de fevereiro, a coluna do coronel revolucionário Luís Carlos Prestes⁶⁰ alcançava o Paraná, em Barracão. Ficam estacionados por quase um mês. Uma nova crise institucional aflige a coluna, quando o tenente João Pedro Gay subleva o 3º RCI (originário de São Luís Gonzaga) para desertarem. Descoberta a conspiração, o tenente é condenado à morte por fuzilamento, mas foge antes da aplicação da pena.

Nessa mesma época, Juarez Távora regressa ao front paranaense, vindo pelo Paraguai.

Os rebeldes da coluna gaúcha fazem ataques a Clevelândia e Palmas com João Alberto e Siqueira Campos e, só depois, no dia 24 de fevereiro, começam o deslocamento para Foz do Iguaçu, na picada de 144 Km preparada pelo coronel Fidêncio Mello, ao invés de seguirem para apoio à linha de contato em Catanduvás.

⁶⁰ Capitão, desertor do Exército.

Dias depois, o capitão Ítalo Landucci, emissário do general Padilha, faz contato com Prestes e ratifica a necessidade de apoio na frente Catanduvas. Ele ignora e continua a marcha para Foz do Iguaçu. O destacamento, depois das deserções, dispunha de 800 homens, quase 500 fuzis, 10 metralhadoras e 10 mil cartuchos, muito aquém dos 1.500 voluntários que iniciaram a marcha. “Catanduvas foi sacrifício feito em nome de Luís Carlos Prestes”.

A 8 de fevereiro, o coronel Vasco da Silva Varella pede exoneração do Dst SC⁶¹ e o coronel Mariante, sai de Cmt Dst PR e vai para a função de Cmt daquele destacamento, tendo como ChEM o capitão Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

Diante das circunstâncias que exigiam providências em várias frentes, o general Rondon solicita dois generais de brigada para comandarem os destacamentos à norte e ao sul do rio Iguaçu.

O coronel revolucionário Miguel Costa, procurava soerguer o ânimo dos companheiros de luta. O marechal⁶² Isidoro Dias Lopes permitiu que enfermos e feridos abandonassem a coluna e se dirigissem para o Paraguai.

Em 13 de fevereiro, o QG dos revolucionários em Foz do Iguaçu recebe a visita do deputado João Batista Luzardo, simpático a causa revolucionária, que propõe ao marechal Isidoro Dias Lopes um encontro de paz a ser realizado no próximo mês em *Paso de los Libres*, Argentina.

⁶¹ O ChEM do Dst SC era o major Benedicto Marques da Silva Acauan.

⁶² Promovido a marechal por aclamação dos revolucionários em 17 de novembro de 1924.

O deputado recebe parte dos documentos apreendidos em Formigas, sai dessa posição e vai até a tropa legalista em Catanduvas.

Na área do 2º BFPSC um desertor da própria OM é capturado. O comandante determina que se forme a unidade e que cada militar o cuspa no rosto como sinal de desprezo àquele que não soube honrar a farda.

A artilharia legalista continua a martelar as posições de Catanduvas. Às 09:20h do dia 15 de fevereiro, um domingo, o 13º BC parte para um reconhecimento em força da linha de contato com duas companhias em primeiro escalão. A 1ª Cia, a comando do 2º tenente comissionado Orlando Martins Neves e a 2ª Cia a comando do tenente Antônio Prudente dos Santos. A reserva foi composta com 1 Pel/ 3ª Cia, mais um GC de cada SU do primeiro escalão. Cada companhia foi reforçada com uma seção do 2º BFPSP. Estabelecido o contato, “travou-se renhido combate, fortemente apoiado pelas metralhadoras em posição” da Cia Mtr comandada pelo 2º tenente Apparicio Archanjo Corrêa e “pela artilharia de apoio direto”. Às 14h, tendo o primeiro escalão atingido o rio Liso, o ChEM capitão Alcides Mendonça Lima Filho deu ordem de retraimento, pois considerou a missão cumprida.

No dia 22 de fevereiro o 13º RI perde mais um integrante por indisciplina, que é enviado para o Rio de Janeiro: Tullio Paes Leme.

A QUEBRA DA MONOTONIA

Na manhã do dia 25 de fevereiro de 1925, toma posse o primeiro oficial general requerido por Rondon, o general de brigada Octávio de Azeredo Coutinho. Corre rapidamente o boato que tal oficial estava convocado para negociar a deposição das armas com anistia geral.

No mesmo dia, os rebeldes desfraldam diversas bandeiras brancas. Os 300 metros que separam as trincheiras oponentes são atravessados por soldados desarmados, de ambos os lados, que imaginam ser uma renúncia a luta, dando início a uma grande confraternização que se prolonga por mais de quatorze horas.

É articulada uma conferência no PC do 13º BC, na qual participam, do lado rebelde o tenente-coronel Mendes Teixeira e o major Olyntho Tolentino de Freitas Marques e do lado governista o ChEM capitão Alcides Mendonça Lima Filho e o capitão Cmt 13º BC Nereu Gilberto de Moraes Guerra ⁶³. Não há consenso sobre a liberação dos prisioneiros feitos e, com dificuldade, os lados trazem seus comandados de volta às trincheiras.

Ciente dos acontecimentos, o general manda a seguinte mensagem:

embora lamentando aprisionamento oficial e praças nossos, não é possível haver negociação troca prisioneiros, nem hasteamento bandeira branca nossas posições. Irei ahi amanhã.

⁶³ Do 14º BC, à disposição do 13º BC para o combate.

No dia 26 de fevereiro, às 5 da manhã os revoltosos, a comando de Estillac Leal, iniciaram um movimento para atacar toda a frente de Catanduvas. À tarde, a cavalaria do tenente Deusdedit Augusto de Loyola⁶⁴, ataca no flanco sul governista e as trincheiras são conquistadas onde estavam a 5ª Cia/ 13º RI, uma seção da FPSP, uma peça da 2ª/1º GAMth, todos ao comando do 1º tenente Alberto Lopes, do 13º RI. Com a munição quase esgotada o tenente manda “calar as baionetas” para retomar a trincheira e repelir os rebeldes, com o base de fogos de um Pel, ao comando do 2º sargento Manoel Vicente do 13º RI. Um Pel/ 2ª/ 7º RI, enviado como reforço, tomou posição à esquerda. Esse pelotão foi substituído pela 2ª Cia/ 2ºBFPSP, sob o comando do capitão Higino Borges, que buscava ímpeto aos gritos de “viva o Brasil, viva a República e viva a Legalidade”. A tropa fez três baixas fatais e forçou a debandada dos revoltosos.

No flanco direito dos governistas a Cia insurgente do capitão Philogonio Antônio Theodoro não conseguiu avançar no terreno sem cobertas ou abrigos. No eixo da picada centenário a subunidade do major Virgílio Ribeiro dos Santos foi emboscada e retraiu. Pela picada aberta por Cabanas no ataque a Formigas, atuava o tenente Hermínio, que mesmo tendo avançado 14 km sem resistência, retornou a zona de reunião.

Em outra parte do campo de batalha, na região de Sítio⁶⁵, na posição do 1º BFPPR, um cachorro adotado nas trincheiras anuncia que há algo anormal e uma ação de incursão de Cabanas é plotada e prontamente rechaçada.

⁶⁴ Civil comissionado oficial.

⁶⁵ Uma clareira com duas casas.

O alerta permaneceu por dois dias e a posição legalista foi reforçada pela Cia Mtr P/ 9º RI.

Terminado esse embate, o batalhão paranaense recebe a visita do ChEM capitão Pedro Aurélio de Góes Monteiro para avisar da substituição da unidade e tentar persuadir o capitão Sarmento a permanecer no front. Também aproveita a oportunidade para cumprimentá-lo pela promoção a major por “actos de bravura”.

No deslocamento dos militares do 1º BFPPR até Colônia Mallet para serem substituídos “desaparecem como por encanto os costumes estropiados” e ao passarem por Pouso Alegre, são homenageados por outros “soldados que em fila dupla ao longo da estrada” se despediam com “uma prolongada salva de palmas”. São rendidos pelo 2º BFPPR, que estava sendo mobilizado desde janeiro.

Nesse meio tempo, em passo do arroio Bormann se apresentam 21 desertores dos revoltosos, sendo um tenente do Batalhão Alemão, 3 praças do Batalhão Ferroviário, 1 do 3º RCI e 16 civis.

A NOVA ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS

Com a chegada do primeiro oficial general requerido por Rondon, em 23 de fevereiro, é publicada a nova organização das tropas federais no terreno:

- Grupo de destacamentos do Paraná a comando do general de brigada Octávio de Azeredo Coutinho, com os Dst Almada e Mariante, oriundos dos Dst PR e SC, respectivamente.
- Destacamento Francisco Severiano Ribeiro, originalmente Dst Palmas.
- Flancoguarda Norte, originalmente Dst Norte, a comando do capitão João Theodoro Pereira de Mello Netto, do 5º RCD.

O general Octávio de Azeredo Coutinho expede sua Ordem de Operações nº 1, em 4 mar. 1925, com a orientação de seguirem um princípio de guerra da situação defensiva que preconiza que se mantenham ao máximo as ações ofensivas:

Até a chegada das novas unidades de reforço, os Destacamentos Almada e Mariante manter-se-ão em suas actuaes posições, conservando-as a todo custo. Continuarão a effectuar reconhecimentos e golpes de mão afim de conservar o contacto e fazer prisioneiros, e aproveitarão todas as ocasiões favoráveis para a execução de ataques locais.

No dia 6 de março, houve uma negociação para selar a paz, em *Passo de los Libres*. O deputado João Simplício de Carvalho em conferência com o marechal Isidoro Dias Lopes apresenta a proposta que recebera diretamente do presidente da República: os revolucionários deveriam depor as armas e o Congresso Nacional formularia uma lei de anistia. Os revolucionários consideraram

inconsistentes as garantias oferecidas. Firmam posição de que não baixariam as armas enquanto não fosse revogada a Lei de Imprensa e adotados o voto secreto e o ensino público obrigatório. Os negociadores solicitam tempo para novas consultas, porém não voltariam mais a reunir-se.

Em 9 de março foi a vez dos governistas promoverem um ataque, acompanhado de intensa concentração de artilharia, de mais de três dias. Houve muita falha na munição e pelo menos 400 granadas foram recolhidas pelos revolucionários.

Três dias antes, reapareceram os 6 oficiais capturados em 25 de fevereiro e as informações repassadas foram essenciais para esse ataque legalista. Também reaparecem, em 14 de março, mais 2 oficiais⁶⁶, 2 sargentos e 2 soldados em Roncador fugidos de Depósito Central, onde estavam prisioneiros e ratificam as informações. No mesmo dia, 5 famílias fugidas de Catanduvás, aparecem em Roncador.

O segundo general requisitado por Rondon se apresenta em 14 de março e é designado comandante do 2º Destacamento. Trata-se do general de brigada Nestor Sezefredo dos Passos ⁶⁷ que recebe o Destacamento Severiano e outras peças de manobra. O destacamento do general Azeredo Coutinho passa a se chamar 1º Destacamento e estabelece o PC em Roncador.

Sem conhecer os planos dos revolucionários e antes que houvesse a junção com o reforço da divisão riograndense, os legalistas resolvem atacar Catanduvás.

⁶⁶ Entre eles o 2º Ten comissionado Hermógenes Thomas de Aquino.

⁶⁷ Seu ChEM era o major Bernardo Fragosó.

A BATALHA DE CATANDUVAS

O presidente da república Arthur Bernardes estava sob forte pressão, pois além do levante no Rio Grande do Sul ocorreram outros movimentos de apoio aos revolucionários, em particular a sublevação de parte da tripulação do encouraçado São Paulo e do torpedeiro Goiás sob a liderança de Herculino Cascardo, em 4 nov. 1924 e o incitamento de apoio liderado pelo capitão de mar e guerra Protógenes Pereira Guimarães (Conspiração Protógenes), o que pressionava para um desfecho operacional por parte do general Rondon.

Ao fim de fevereiro, é decidida a manobra para o cerco Catanduvás a ser executada em 30 dias. Um mês inteiro acumulando-se tropas, mantimentos e munição em Roncador e Formigas.

A Aviação Militar havia sido dispensada, pois muitos aviões ⁶⁸ tiveram panes e estava no período de chuvas torrenciais.



Aviação militar

⁶⁸ Faziam parte da esquadrilha de aviação as aeronaves *Caxias*, *Guarapuava*, *Pelotas*, *Cruz Alta* e *Bagé*. Também havia um avião escola.

No entanto, novos meios almejados pelo general Azeredo Coutinho passam à disposição:

- II Batalhão do 11º RI⁶⁹ (reforçado com elementos do 2ºBFP de Sergipe, que foi dissolvido por conta da disciplina⁷⁰)

- 2º Batalhão de Caçadores (600 homens)⁷¹

- 10º Batalhão de Caçadores (379)⁷² – a comando do coronel João Manoel de Souza Castro

- 2º Batalhão da Força Pública da Bahia – 2º BFPBA (600)⁷³, a comando do tenente-coronel Alberto Lopes

- 6º Corpo Auxiliar da Brigada Militar /RS – 6º C Aux BMRS (400)⁷⁴, a comando do coronel Edmundo de Oliveira

- 2º Batalhão da Força Pública do PR – 2º BFPPR (200), em substituição ao 1º BFPPR a comando do capitão Deocleciano Gomes de Miranda

- 2ª Bateria/ 3º Grupo Independente de Artilharia Pesada
– 2ª Bia/ 3º GIAP⁷⁵ (178)

Na frente Catanduvas, o poder de combate dos atacantes inclui 346 oficiais, 5.634 praças e 1.970 animais. O dos defensores com aproximadamente 1.100 homens.

⁶⁹ A comando do major Polydoro Rodrigues Coelho, com 16 oficiais, 223 praças, 42 solípedes e 9 viaturas.

⁷⁰ A comando do major Francisco de Araújo Caldas Xexéo, a polícia saiu de Sergipe com 600 homens e, após inúmeras deserções, chegou no teatro de operações com 18 oficiais, 314 praças, 3 solípedes e algumas viaturas.

⁷¹ Havia integrado o Destacamento do Norte, que liquidou com a revolta na calha do Amazonas.

⁷² De Ouro Preto/MG, com 12 Of, 367 praças e 28 solípedes e 3 Vtr.

⁷³ Com 21 oficiais e 570 praças.

⁷⁴ Com 25 oficiais, 370 praças, 370 solípedes e 10 Vtr.

⁷⁵ Com 5 oficiais, 93 praças, 113 cavalos, 3 mueres e 32 bois.

Organização do 1º Grupo de Destacamentos⁷⁶

Destacamento Almada⁷⁷

- 7º RI (-)
- 13º BC
- II Btl/ 13º RI
- BP Geraldo Rocha
- 2º BFPSP
- 6º C Aux RS
- Cia Mtr P/ 7º RI
- Cia Mtr P/ 9º RI
- Cia Mtr P/ 10º RI
- 2º Esq/ 4º RCD (-1 Pel)
- 2º Esq/ 5º RCD
- 4ª Bia/ 5º RAM
- 2ª Bia/ 3º GIAP (-1 Sec)
- 1ª Bia/ 2º GAC
- Sec/ 2ª Bia/ 1º GAMth
- Sec/ 3ª Bia/ 9º RAM

Ligação

- 3º/ 5º RCD⁸⁰

Destacamento Mariante⁷⁸

- 2º BC
- 9º BC
- 2º BFPBA
- 2º BFPSC
- Cia Mtr P/ 8º RI
- 1 Pel/ 2º Esq/ 4º RCD
- 1 Pel/ 3º Esq/ 7º RCI
- Sec/ 2ª Bia/ 1º GAMth (-)

Reserva

- 10º BC (- 1 Cia)
- II/11º RI
- 2º BFPPR

Tropas do Comando

- 3º BC⁷⁹
- Btl Clevelândia
- 3º/ 7º RCI (-)
- 2ª Bia/ 1º GAMth (-)
- 3ª Bia/ 9º RAM (-1 Sec)

A ordem geral de operações nº 2, datada de 20 de março, previa um duplo envolvimento e assim estavam as missões dos destacamentos:

⁷⁶ Ch EM capitão José Meira de Vasconcellos.

⁷⁷ ChEM capitão Alcides Mendonça Lima Filho.

⁷⁸ ChEM capitão Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

⁷⁹ Com 13 oficiais, 290 praças e 19 animais.

⁸⁰ Com 4 oficiais, 67 praças, 88 cavalos e 10 muares a comando do Cap João Propício Menna Barreto.

a) Destacamento Almada

- Fixar os rebeldes sobre toda a frente de Catanduvás, e manobrar pelo sul tendo por objetivo o flanco direito e a retaguarda das posições adversas.

- Em caso de retirada dos rebeldes exercerá a perseguição para oeste, seguindo o eixo da picada do Telegrapho, e pela estrada de Salto até o arroio Tormentinha.

- De posse de Catanduvás, o destacamento manter-se-á prompto para cooperar no ataque a Salto, ou para auxiliar o Destacamento Mariante na hypothese deste não ter podido atingir a estrada Catanduvás-Salto.

b) Destacamento Mariante

1) Exercerá esforço principal na direção Sítio-Faz. Augusto gomes, com o objectivo de atingir a estrada Real, afim de interceptar as comunicações entre Catanduvás e Salto.

- Atingido esse objetivo, cobrir-se-á o lado direito de Salto, e cooperará, pelo norte, na tomada de Catanduvás, se esta ainda resistir.

- Após a queda desta localidade, as tropas do Destacamento deverão aproximar-se de Salto, cujas posições serão atacadas ulteriormente.

2) Simultaneamente com as operações previstas no item anterior, deve ser levada a efeito uma investida contra Corrêa, donde se ameaçará Centenário.

O general deixa a reserva a comando do coronel João Manoel de Souza Castro (do 10º BC). O 3º/ 5º RCD recebeu o encargo de ligação entre os destacamentos.

Os revolucionários estavam com a brigada de Miguel Costa na frente Piquiri-Salto e o TC Estillac Leal no trecho Salto-Catanduvás. No reduto de Catanduvás, além de

Estillac Leal estavam o capitão Filinto Müller⁸¹ como Ch EM, e na posição defensiva os majores Olynth Tolentino de Freitas Marques (ao centro), Nelson de Mello (a sul), Luís Cordeiro de Castro Afilhado (ao norte). No flanco sul estava a proteção do esquadrão do tenente Deusdedit Augusto de Loyola (em Cajati). No flanco norte, barrando as duas vias penetrantes estava em Fazenda da Floresta a tropa de Cabanas, a comando, inicialmente do capitão Mário Barbosa de Oliveira, em seguida de Juarez Távora e, em Centenário, o major Virgílio Ribeiro dos Santos.

Em 23 de março, a ofensiva do general Azeredo Coutinho inicia com intensa concentração de artilharia, disparando uma granada por minuto sobre as trincheiras revolucionárias, das 7 às 14h, por 4 dias. São disparadas cerca de 1.200 granadas.

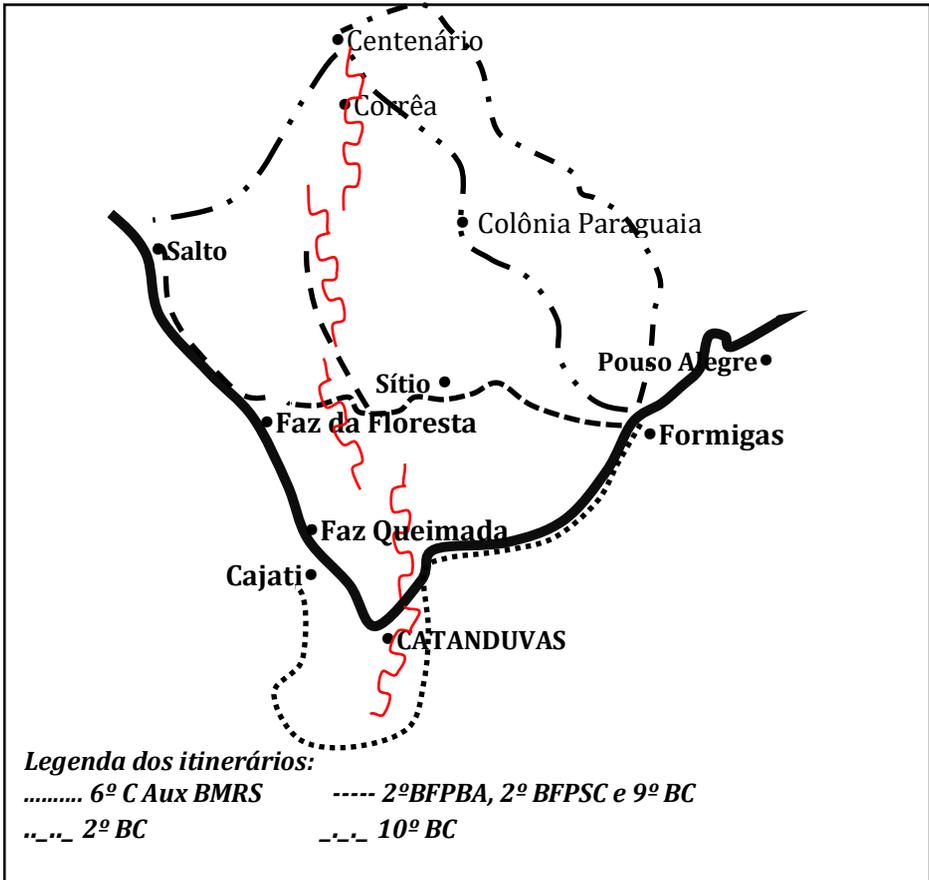
Começa o dia 27 de março e chove torrencialmente. Às 4h inicia o deslocamento do Destacamento Almada ao sul da zona de ação. Às 6h, há uma intensificação de fogos de artilharia. Às 7h, o destacamento exerce uma pressão frontal com o 13º BC e a Cia Mtr P/ 10º RI ao norte. Ao centro atua o Subdestacamento da Esquerda (II Btl/13º RI, 1 Btl/ 7º RI, 1 Cia/ 2º BFPSP, 1 Sec/ Cia Mtr P/ 7º RI e 1 peça/2ª Bia/ 1º GAMth), a comando do capitão Jocelyn Carlos Franco de Souza. O BP Geraldo Rocha, também ao sul da Z Aç, na região de Paiol, embora encontre certa resistência, consegue fixar os revolucionários. Pelo flanco sul, um pelotão de cavalaria guarnecia a posição defensiva e o 6º C Aux BMRS ⁸² infiltra-se, por quase 29 km,

⁸¹ Foi promovido a major, por bravura, em 14 abr. 1925, mas expulso em maio, por desonra, por ter incitado a tropa à deserção.

⁸² Ou Regimento Provisório do Rio Grande do Sul.

desbordando a linha das trincheiras e ataca para conquistar Fazenda Queimada.

Croqui da área de combate



Às 7:30h a artilharia rebelde responde com 3 disparos que atingem as trincheiras legalistas. Às 10h o 13º BC atinge o rio Liso e recebe ordem para esperar a progressão das demais unidades e para anunciar aos rebeldes que “aquelles que quisessem se apresentar seriam recebidos com as garantias da lei” e prossegue no ataque pelas 16h.

O BP Geraldo Rocha também segue em seu avanço. O comando fica sem informações do 6º C Aux BMRS e lança estafetas que trazem a informação somente às 20:15h que às 13h aos gaúchos haviam alcançado Cajati, após aprisionar uma patrulha e ter escaramuças com a cavalaria rebelde⁸³. A FT faz um ataque que é fortemente rechaçado, sendo obrigada a retrair.

O Destacamento Almada havia preparado uma reserva, a comando do tenente-coronel Primo Pereira de Paula Dias com o 7º RI e uma Cia/ II/ 11º RI. O destacamento praticamente mantém suas posições no dia 28, aguardando o Destacamento Mariante.

O coronel Almada faz um agrupamento de baterias em Roncador com a 4ª Bia/ 5º RAM, e 1ªBia/ 2º GAC e uma peça/ 3ª Bia/ 9º RAM.

O Destacamento Mariante, pelo norte da Z Aç, se infiltra pela mata a partir das 6h, com o 2º BFPBA (Ref 2 Sec Mtr P e 1 Pel/ 2º Esq/ 4º RCD), com o objetivo de alcançar a estrada para Foz do Iguaçu, a 2,5 km a retaguarda de Catanduvás, e cortar as comunicações com Salto, onde estava o PC do coronel Miguel Costa. O 2º BFPSC (Ref com Cia Mtr P/ 8º RI (-)) e o 9º BC (reserva do Dst Mariante) deslocam-se na esteira dos baianos, em uma picada lamacenta. Os catarinenses partem de Sítio. O 2º BC deverá manter Colônia Paraguaia e atacar para conquistar Corrêa e o 10º BC, Iguá. O 10º BC também deveria fazer a proteção do flanco norte, com atuações em Pensamento e

⁸³ Nos combates em Cajati o 6º C Aux BMRS teve 2 mortos e 3 feridos. Apreendeu 50 armas, revolveres e outros objetos. Os revolucionários anotaram 19 mortes e grande número de feridos.

José Roque. O 2º deveria coordenar ações com o 10º em Centenário e com o 2º BFPBA em Salto.

O Cmt 2º BC, major Francisco Mello, deixa de cumprir ordens do Cmt Dst e é substituído pelo major Pedro Ângelo Correa.

O comando só recebe notícias, por meio de estafetas, às 10:15h e estava tudo como planejado com os baianos e catarinenses.

O revolucionário Virgílio Ribeiro dos Santos esboça um contra-ataque, mas teve que recuar pois os governistas estavam desdobrados em ponte do Hermínio e Piquiri.

Às 6h da manhã de 28 de março a tropa está de pé e às 12:30h o Dst Mariante alcança as proximidades da Fazenda da Floresta (Augusto Gomes), onde estava o batalhão de Cabanas, com cerca de 150 homens, a comando do major Juarez Fernandes Távora. A 4ª Cia/ 2º BFPBA achando-se com seu flanco batido por intenso fogo é reforçada com 2 Pel/ 1ª Cia/ 2º BFPSC, sendo um a comando do tenente João Ferreira de Resende e outro, de Frederico Ewald com apoio de fogo de 1 Sec/ 1º GAMth. A 2ª Cia/ 2º BFPBA reforçada com 1 Pel/ 2ª Cia/ 2º BFPSC a comando do tenente João Sales tem a missão de bater, na retaguarda, uma picada onde o inimigo estava a se infiltrar.

O 1 Pel/ 3ª Cia/ 2º BFPSC passa a integrar a 3ª Cia/ 2º BFPBA que tem a missão de cortar as ligações telefônicas⁸⁴ e as vias de suprimento.

⁸⁴ Ao 2º Sgt Severino Alvim de Moura (do 3º RI e adido ao 9º BC) é dado o crédito da missão de corte da ligação telefônica rebelde. Como recompensa, foi comissionado como 2º tenente.

Os rebeldes enviam patrulhas para atacar na retaguarda da força ofensiva e a 2ª Cia/ 2º BFPSC a comando do tenente Rodolfo Feliz do Carmo faz a proteção dessa força.

Às 16h os rebeldes informam aos superiores que as posições estavam insustentáveis.

Ao final da jornada, o restante do 2º BFPSC, a Cia Mtr P/ 8º RI, 1 Pel/ 2º Esq/ 4º RCD, que vinham na esteira dos baianos, alcançam a estrada Catanduvas-Salto ao passo que o 9º BC se desloca para Sítio.

Não havia comunicações telefônicas, sendo usados mensageiros. Os rebeldes, por todos os meios ao seu alcance, procuram restabelecer as comunicações, pois agora já era questão de vida ou morte.

O general Azeredo Coutinho julga conveniente que o Destacamento Mariante apoie a continuidade das ações e assim, ordena ao seu ChEM capitão Pedro Aurélio de Góes Monteiro que fosse, pessoalmente, transmitir as ordens para as quatro unidades voltarem a atacar a posição de Catanduvas pela retaguarda.

Góes Monteiro segue por uma picada por 18 Km e, ao chegar na zona de reunião, repassa as ordens: o 2º BFPSC deveria atacar Catanduvas pela retaguarda e bloquear os revolucionários em Fazenda Queimada, em apoio de um novo destacamento temporário, a comando do tenente-coronel Primo Pereira da Paula Dias formado pelo 6º C Aux BMRS (que havia conquistado Cajati) e pelo 7º RI.

E assim findou mais um dia das operações, sem que se tivesse qualquer notícia do resultado dos ataques. Porém,

ao cair da noite, recomeçaram os tiros de fuzil, de metralhadora e alguns tiros de canhão.

No dia 29 de março, o 2º BFPBA, reforçado com a 1ª Cia/ 2º BFPSC, a comando do 1º tenente João Baptista Paiva, apoiada por 1 Pel/ 3ª Cia/ 2º BFPSC a comando do tenente Otaviano Rômulo Colônia, e com 3 Sec/ Cia Mtr P/ 8ª RI marcham sobre Fazenda Queimada e cerca de três horas depois fazem contato com rebeldes no corte do rio Tormentinha. Travam combate durante 20 minutos. Pelas 10h, os legalistas operam uma brilhante carga de baionetas, pondo o oponente a correr na seguinte situação:

Deixou em sua fuga desastrada, além da refeição do almoço já preparada, importantes e valiosos despojos, entre os quais armas automáticas, munições, muares, ferramentas etc.

Consta que, em outra parte de combate, os revolucionários também deixam 6 carroças.

Os catarinenses ocupam temporariamente as trincheiras abandonadas e tem a missão de atacar Catanduvás, sendo reforçados com mais um pelotão do 2º BFPBA.

O 2º BFPBA que havia bloqueado as saídas da Fazenda da Floresta (Augusto Gomes), sofre uma série de tiros de artilharia de arrebentamento alto, mas às 13h conquista em definitivo a posição.

O 9ºBC havia partido de Sítio para Salto em busca dos elementos avançados dos rebeldes, mas com ordem para não se engajar em combate. A unidade encontrou os rebeldes entrincheirados pouco além de Fazenda da Floresta (Augusto Gomes).

O 2º BFPSP tentou um desbordamento pela mata, porém se deparou com trincheiras e prosseguiu em outro itinerário, abrindo uma picada para alcançar a estrada e fazer contato com o 2º BFPSC que estava na região do rio Tormentinha.

Na noite de 29 de março, Catanduvás estava cercada e é enviado um ultimado de rendição: “o comandante da tropa do governo os intima a depor as armas no prazo de duas horas, sob a pena de tomar ofensiva com oito mil baionetas vitoriosas”. Os revolucionários fazem circular um mensageiro a cavalo para cobrir os 90 km de frente, com vistas a executar a Ordem de Retirada nº 3.

Miguel Costa e seu Ch EM Juarez Fernandes Távora escrevem um ofício resposta da rendição: “enquanto ao meu lado palpitar o coração de um brasileiro livre e me sobrar um cartucho, não deporei as armas da revolução” e que os legalistas “poderiam tomar a ofensiva”.

Às 23:30h de 29 de março, os legalistas dão sinal para mais uma de carga de infantaria, mas na trincheira principal da frente revolucionária, agita-se uma bandeira branca.

O general Azeredo Coutinho dá ordem que para aqueles que quisessem se render lhes seriam dadas as garantias legais e deveriam se apresentar em grupos de três, desarmados, na picada dos telégrafos, em um local balizado com uma lamparina, próximo às posições do 13º BC.

Trezentos e vinte e três combatentes abandonam as trincheiras de mão levantadas. Entre os militares, há o civil Dr. Victor Pacheco Leão. O 6º C Aux RS fica encarregado da

apreensão dos materiais e encontra 385 fuzis, 6 metralhadoras pesadas, 2 metralhadoras leves, um obus Krupp 105 C-14, 2 canhões Krupp 75 C-28 entre outros itens.

O general Rondon, na mesma noite de 29, expede mensagens telegráficas ao ministro da guerra Fernando Setembrino de Carvalho, com o relato da vitória, que já no dia 30 estampam as primeiras páginas dos jornais brasileiros. Também cumprimenta os responsáveis pelo extraordinário feito militar, chamando cada batalhão de “bravo” e dizendo simplesmente “os meus parabéns”.

Às 2h da madrugada, em uma noite fria de lua crescente de 31 de março, o último defensor da posição de Catanduvás cai prisioneiro. Se apresentam o capitão Olyntho Tolentino e os tenentes Nelson de Mello e Castro Afilhado. No dia seguinte, mais 40 rebeldes se apresentam no II Btl/13º RI e outros 4 para as tropas de Roncador.

O comandante legalista, por todos os meios, manda avisar da rendição de Catanduvás e sustar o ataque programado para a manhã do dia 30 de março. Envia um emissário até o PC de Miguel Costa dando o prazo de uma hora para rendição das outras frentes, caso contrário seriam desencadeados outros ataques nas demais frentes.

Ao amanhecer, “Catanduvás agasalhava os novos senhores, não se lhe hasteou bandeira de espécie alguma. Nem estrugiram fanfarras. Sem festas, acolheu-se a vitória”.

Rendidos, os 71 insurgentes que podiam caminhar foram conduzidos em fila indiana, por 15 dias, com a

escolta do 13º BC⁸⁵, sob comando do seu Cmt, o capitão Nereu Gilberto de Moraes Guerra, até a cidade de Irati, aonde chegam no dia 23 de abril e são embarcados na composição ferroviária com destino ao porto de Paranaguá. Foram transportados no cargueiro Cuiabá para o Rio de Janeiro, onde ficaram no calabouço da Polícia Central e no navio-prisão Campos até serem transferidos para o “inferno verde” de Clevelândia, no Amapá, nos navios Comandante Vasconcellos e Caxambu.

O capitão Olyntho Tolentino, os tenentes Nelson de Mello e Castro Afilhado, assim como os demais oficiais, foram conduzidos de trem até a Guanabara para depoimentos. No julgamento, em 1927 ⁸⁶, foram sentenciados a dois anos de reclusão com cumprimento da pena no presídio da ilha Grande.

O tenente-coronel Estillac Leal e o capitão Filinto Müller foram postos a salvo pelos revolucionários e com mais a SU do capitão Philogonio Antônio Theodoro, com 80 homens, saíram pelo sul, inicialmente, em uma nova picada preparada de véspera e, a seguir, tomando a picada do telégrafo na direção de Boi Preto – Foz do Iguaçu. Estillac e Filinto passam no PC de Miguel Costa antes de seguirem para o oeste.

⁸⁵ A escolta conta com 12 oficiais e 374 praças.

⁸⁶ Dos 282 acusados de tomar parte na revolta de 1924, 115 foram condenados.

A RETIRADA REBELDE DE CATANDUVAS ATÉ FOZ DO IGUAÇU

Em 30 de março de 1925, unidades do Destacamento Mariante sofrem um ataque na picada entre Sitio e Fazenda Queimada (Augusto Gomes). Elas são reforçadas com tropas do comando, nomeadamente uma 1 Cia/ II/ 11º RI e o 3º/5º RCD.

Também vai para Sitio o BP Geraldo Rocha e a 4ª/ 5º RAM. O 2º BFPSC retrai para Augusto Gomes e se junta ao 2º BFPBA.

O 2º BC, agora reforçado por uma 1 Cia/ 10º BC, atinge Centenário e segue para Salto. No local encontra os poucos casebres existentes ainda em chamas.

O 9º BC, além do rio Tormenta, é a unidade mais à frente em busca do contato com os revolucionários.

Cerca de 800 remanescentes da defesa de Catanduvás iniciam o movimento retrógrado para Foz do Iguaçu, em ação retardadora no eixo Salto – Cascavel – Depósito Central Barthe – Dois Irmãos – Porto Santa Helena, a fim de permitir a junção com a coluna gaúcha que, tendo transposto o rio Iguaçu, marchava para o entroncamento de Benjamin.

A jornada de 31 dos governistas é destinada a consolidação e a reorganização. No dia seguinte, o general Rondon percorre as posições ocupadas em Catanduvás e Fazenda Queimada.

O general de brigada Octávio de Azeredo Coutinho é designado para realizar a perseguição dos rebeldes e dá

início ao planejamento. O tenente-coronel ChEM das FO Benedicto Olympio da Silveira da ordem que o Destacamento de Perseguição use uma fita branca no boné ou chapéu.

O general Azeredo Coutinho opta por não iniciar a perseguição imediata, com toda a tropa disponível. Julga que as dificuldades de aprovisionamento, a fadiga da tropa e a falta de espírito militar exigiam prudência. Resolve, então, constituir um Destacamento de Perseguição a comando do major Corbiniano Cardoso, do 10º BC, com a seguinte composição:

- 2º e 3º/ 5º RCD
- Batalhão constituído (1 Cia/ 3º BC, 1 Cia/ 10º BC, 1 Cia/ II/11º RI, Cia Mtr P/ 11º RI)
- Sec/2ª Bia/ 1º GAMth.

Esse destacamento passa a atuar a partir de Salto. Um morador da área informa que o efetivo rebelde era de cerca de 600 homens.

Por parte dos rebeldes, o capitão Djalma Soares Dutra é destacado para a vanguarda da tropa em retraimento e para fazer contato com a coluna de Luís Carlos Prestes. No dia 3 de abril, o coronel Miguel Costa passa o comando da força de retraimento para Juarez Távara e parte para Benjamim, pela picada Firmino, para um encontro com Prestes, conforme acertado por Djalma Dutra. Feito o contato, vão juntos ao encontro do marechal Isidoro Dias Lopes, recém-chegado da conferência de paz com o deputado João Simplício de Carvalho. Prestes e Miguel Costa tinham recebido uma carta de Isidoro, escrito logo após a queda de Catanduvas, que dizia “nada mais posso e nem devo exigir de vós, a quem dou completa liberdade de

ação, acatando a deliberação que a situação atual vos obrigue a tomar” e precisavam definir os rumos da revolta.

Juarez Távora, comandando o 6º BC de Cabanas, monta a primeira posição retardadora a poucos quilômetros ao sul de Salto com a finalidade de dar segurança à retirada. A segunda, a nordeste de Salto, para evitar um envolvimento pela retaguarda.

Em 5 de abril, os revolucionários estão em Cascavel e Cabanas reassume seu batalhão. Juarez Távora determina a organização de uma terceira posição, com o batalhão de Cabanas, mais uma companhia do major Virgílio Ribeiro dos Santos de um pelotão de cavalaria. Essa linha seria apoiada com uma seção de artilharia para proteger os deslocamentos.

Dois dias depois, os revolucionários chegam em Depósito Central Barthe. A maior enfermaria dos revolucionários estava nesse lugar e abrigava mais de 100 feridos.

Na calha do rio Paraná, o major Paulo Kruger da Cunha Cruz, agora apoiado com elementos de Cabanas comandados pelo major Alves de Lira, melhora as trilhas entre porto Santa Helena - Dois Irmãos – porto Britânia – porto Artaza – porto Mendes, para economizar meios fluviais nos deslocamentos pelo rio Paraná.

Em 9 de abril, o marechal Isidoro Dias Lopes, já muito idoso, por limitação física, comunica que não conseguiria dar continuidade à “guerra de movimento”, passa o comando do Destacamento São Paulo para o general Bernardo de Araújo Padilha e o comando das Forças

Revolucionárias ao agora general Miguel Costa e se exila na Argentina.

Neste mesmo dia 9 de abril, a tropa legalista do general Tourinho, vinda do Mato Grosso, a comando do coronel Toscano de Britto secundado pelo capitão João Guilherme Leal Ferreira, com 48 militares, conquistou Guaíra até então guarnecida pelo major rebelde Asdrúbal Gwyer de Azevedo.

A 12, ocorre a junção de parte dos contingentes gaúchos e paulistas em Benjamim. A 15, em Foz do Iguaçu, fazem uma conferência para definir os rumos revolucionários.

Aos revoltosos, prensados contra o rio Paraná só resta a fuga para o Paraguai, pois estavam cercados. Antes de partir, inutilizam 19 km do ramal ferroviário entre porto Mendes e Guaíra.

O Destacamento de Perseguição legalista tinha iniciado a marcha em 4 de abril, partindo de Salto, e percorrido os primeiros 10 Km. A 6, chega em Cascavel e localiza 84 fuzis sem ferrolho. A 8, alcança o Depósito Central Barthe e ali encontra três obuses 105, um canhão de campanha 75, muitas armas e 15 carros de munições inutilizados e outros objetos abandonados na retirada. A oficina de reparações e o hospital de evacuação estavam queimados.

A partir de Depósito Central Barthe, Rondon conta com 3 grupamentos de Força: 1º Grupo de Destacamentos, a norte do Iguaçu, 2º Grupo de Destacamentos ao sul e

destacamento do general Mário Alves Monteiro Tourinho⁸⁷ procedente do Mato Grosso,

O 1º Grupo de Destacamentos adota outro esquema de manobra, com nova composição, na qual constitui mais 4 destacamentos de perseguição:

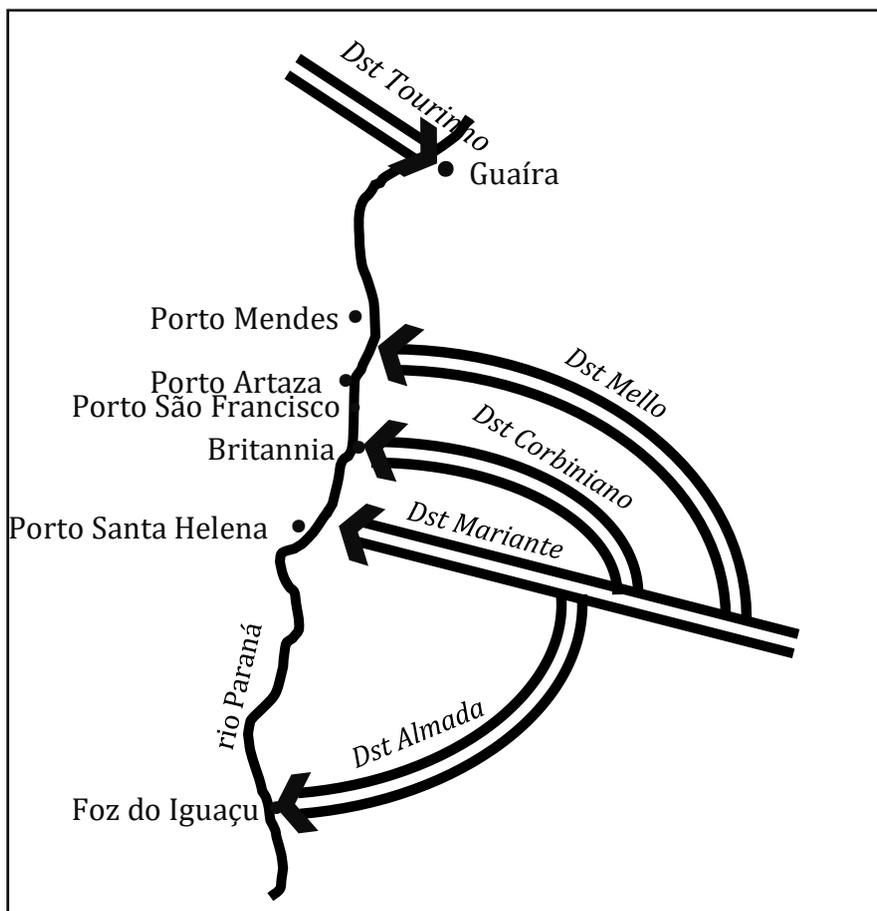
- Destacamento Almada
- Destacamento Mello
- Destacamento Corbiniano
- Destacamento Mariante

O destacamento do capitão João Theodoro Pereira de Mello Netto, anteriormente designado como flancoguarda norte, segue pela picada Aliica. Participa que não pode ser mais eficaz pois lhes faltava munição, sendo ressuprido só em 27 de abril.

O Destacamento Almada, pela picada Firmino, vai retomando Boi Preto, Benjamim e finalmente Foz do Iguaçu. Em Benjamim encontrou cerca de 200 armas queimadas. Já o Destacamento Mariante segue pela Estrada Geral e o Corbiniano pela picada do Telégrafo.

⁸⁷ O seu ChEM é tenente-coronel Epaminondas de Lima e Silva, que havia servido nas FO de Rondon.

Croqui da área de combate



Organização da Perseguição

Destacamento Almada

- 7º RI
- 2º BFPSP
- 6º C Aux RS
- BP Geraldo Rocha
- 1 Pel BP Moreira Garcez
- 2º Esq/ 4º RCD
- Cia Mtr P/ 9º RI
- Cia Mtr P/ 10º RI
- 2ª Bia/ 3º GIAP (-)
- 1ª Bia/2º GAC

Destacamento Mariante

- 2º BC (+1Cia/ 3º BC)
- 9º BC
- 2º BFPSC
- 1 Cia/ II/ 11º RI
- 2º e 3º Esq/ 5º RCD
- Cia Mtr P/ II/ 11º RI
- Cia Mtr P/ 8º RI
- 1 Pel/3º/ 7º RCI
- 2ª Bia/ 1º GAMth (-)
- 4ª Bia/ 5º RAM
- 1 peça/2ª Bia/ 1º GAMth

Destacamento Mello

- 1º Esq/ 4º RCD⁸⁸
- 1º Esq/ 5º RCD
- Elm 6º BC
- 3ª Cia/ 19º BC⁸⁹
- 1 Cia BP Mal Bormann
- 1 Cia BP Moreira Garcez
- 2 Sec Mtr P

Destacamento Corbiniano

- 10º BC
- 2º BFPBA (-)

O Dst Almada estará em Foz do Iguaçu a 20 de abril com quase todo o seu efetivo. O Dst Mariante chega em Santa Helena em 23 de abril com 2º/ 5º RCD e o 9º BC. O Dst Mello ocupa portos Artaza e Mendes a 29, e o Dst Corbiniano alcança os seus objetivos a 30 de abril.

⁸⁸ A comando do capitão Romulo Pacheco d'Ávila.

⁸⁹ O 19º BC tinha 20 oficiais, 390 praças, 44 animais e 15 viaturas. E estava a comando (interino) do capitão José Bento Thomaz Gonçalves.

O general Azeredo Coutinho, ao alcançar o rio Paraná, em 20 de abril, acrescenta um elemento na organização, ao que ele nomeia destacamento de ocupação a comando do coronel Cantalice desdobrado em Depósito Central, Catanduvas e Guarapuava.

General Rondon dá ordens para garantir a livre navegação do rio Paraná e planeja a saída de algumas unidades do teatro de operações por esse rio. Também determina o retrainamento do Destacamento Tourinho a fim de apoiar as futuras operações no Mato Grosso e, por fim, assina a Proclamação da Vitória, em 3 de maio.

A GUERRA DE MOVIMENTO

Em 14 de abril, o general Miguel Costa publica o primeiro boletim da 1ª Divisão Revolucionária e a 26, no 7º boletim, depois de várias considerações decide por “entrar em território estrangeiro armado e prosseguir, com toda energia e decisão, por ahi, a sua marcha em direção ao estado do Mato Grosso.” Decide por ter tropas mais leves e montadas para empreender em uma **guerra de movimento**.

Os sobreviventes das colunas rebeldes (Divisão São Paulo e Divisão Rio Grande), com cerca de 1.500 homens, se uniram em Porto Santa Helena para embarcar no porto local no vapor *Bell* e nos portos de Mendes e Artaza, no vapor Assis Brasil, com cavalos, armamento pesado e munições, e desembarcar no *puerto* Adela, na margem paraguaia.

O vapor *Bell* tinha sido aprisionado, em 27 abr., pelos revolucionários comandados por Siqueira Campos ao chegar de uma viagem entre Assunção e *puerto* Adela.

A tomada de *puerto* Adela foi executada pelo tenente-coronel João Alberto de Lins e Barros a bordo da lancha à vapor Assis Brasil, construída pelos revoltosos em Foz do Iguaçu. Ele conquistou o porto paraguaio apoiado por grupos de combate em lanchas. Os 400 m que separavam as margens do rio Paraná estavam com forte correnteza. João Alberto temia as altas barrancas do lado paraguaio.

Houve protesto, mas não resistência do contingente estrangeiro que com cerca de 50 militares, guarnecia o local, a comando do *Capitan* Ortiz.

Os revoltosos articulam com o Ortiz, que entregarão as armas tão logo atinjam 5 km para o interior do território paraguaio, pois precisam garantir a transposição do rio. Atestam, também, que será apenas uma passagem pelo estado estrangeiro. Dão como garantia uma carta redigida por Juarez Távora e assinada por 14 oficiais.

Para realizarem a travessia, organizada pelo major Paulo Kruger da Cunha Cruz, de 27 a 29 de abril de 1925, os revolucionários haviam ordenado que um esquadrão, comandado pelo 1º tenente Deusdedit Augusto de Loyola, atraísse o grosso da tropa legalista para Foz do Iguaçu e o major Luiz de França Albuquerque conquistasse Guaíra, enquanto a coluna se evadia. No entanto, os legalistas já se encontravam próximos a Porto Mendes e essa manobra não surtiu efeito, sendo necessária a intervenção de um contra-ataque para desaferrar a tropa revolucionária de norte.

Através de *puerto* Adela, deslocaram-se pelo Paraguai por 150 km, até o retorno ao Brasil por Porto Lindo, no estado do Mato Grosso, com a transposição do rio Iguatemi. Tal manobra ficou assim descrita no 9º Boletim da Divisão Revolucionária:

“acompanhado de meu E. Maior, marchei de Porto Adela (R. do Paraguai) às 13 horas do dia 29 de abril último, fazendo as seguintes etapas de marcha, através do território paraguaio: ainda a 29, fazenda Crós-Cús, 30 à margem de um arroio de nome desconhecido; a 1º à margem do Rio Piratini e às 13 horas do dia 2, tudo do corrente, na fazenda Jacareí, na fronteira brasileira, onde acampeí”.

A tropa, então, reorganizada, com as duas colunas unidas resultaram na “1ª Divisão Revolucionária” ou “Coluna Miguel Costa - Prestes”.

A ORGANIZAÇÃO DA COLUNA MIGUEL COSTA - PRESTES

O general Bernardo de Araújo Padilha, o tenente-coronel Newton Estillac Leal e o capitão Filinto Müller⁹⁰ pedem exoneração de suas funções e se refugiam na Argentina.

Com essas importantes baixas, a coluna Miguel Costa – Prestes foi, inicialmente, assim organizada:

Comandante: general Miguel Costa.

Estado-Maior: major Coriolano d’Almeida Júnior,
capitão Djalma Soares Dutra,
capitão Lourenço Moreira Lima e
capitão Alberto Costa.

Brigada São Paulo, com 700 homens, a comando do tenente-coronel Juarez Távora com o major Mário Geri no seu Estado-Maior.

2º BC: major Manuel Alves Lira

3º BC: major Virgílio Ribeiro dos Santos

Bateria de Artilharia de Montada: capitão Henrique Ricardo Holl

2º Esquadrão de Cavalaria Independente (50 homens):
capitão Georges Danton da Silva

⁹⁰ Existe a versão que Filinto Muller teria sido expulso, por ter incitado a tropa a deserção. Também há a versão de haver “abandonado covardemente a defesa de Foz do Iguaçu, então sob seu comando, passando para o território argentino com seus soldados, levando armas e munições”.

Brigada Rio Grande, com 800 homens, a comando do coronel Luís Carlos Prestes com o major Paulo Kruger da Cunha Cruz e o capitão Ítalo Landucci no seu Estado-Maior.

1º B Fv: tenente-coronel Oswaldo Cordeiro de Farias

2º RCI: tenente-coronel João Alberto de Lins e Barros

3º RCI: tenente-coronel Antônio de Siqueira Campos

1º Esquadrão de Cavalaria Independente (50 homens): capitão Ari Salgado Freire.

A 10 de junho, a coluna que originalmente estava composta por duas brigadas, recebe nova organização, com quatro destacamentos, com 400 homens cada, para evitar os confrontos de origem regional:

1º - a comando do TC Oswaldo Cordeiro de Farias (1º BFv e a maioria dos elementos do 3º BC de Virgílio Ribeiro dos Santos, que passou a ser o SCmt);

2º - TC João Alberto de Lins e Barros (2º RCI e a maioria dos elementos do 2º BC, de Manuel Alves Lira, que passou a ser o SCmt);

3 - TC Antônio de Siqueira Campos (3º RCI e elementos do 2º BC). De SCmt ficou o major Trifino Correia); e

4º -TC Djalma Soares Dutra (1º e 2º esquadrões de cavalaria independente) do capitão Georges Danton da Silva e do major Ari Salgado Freire, sendo esse seu SCmt).

Como ChEM ficou com Luís Carlos Prestes e como SChEM Juarez Távora, que tinham o major Paulo Kruger e os capitães Geri Aldo e Lourenço Moreira Lima como ajudantes.

AS BAIXAS DOS LEGALISTAS NA REVOLTA DE 1924 NO PARANÁ

Pela leitura dos relatórios das unidades e das FO, pelas publicações oficiais do Ministério da Guerra, pelos registros cartoriais e livros históricos, foi possível montar uma relação com 113 combatentes mortos na revolta do Paraná.

Para facilitar a montagem da tabela, utilizou-se a seguinte legenda.

LEGENDA DA COLUNA "A" - local do enterro

- 1 Cemitério Público de Arroio Bormann
- * Transladado para o Memorial do 62ºBI
- 2 Cemitério Militar do Roncador
- 3 Cemitério do 13º RI
- 4 Cemitério Público de Colônia Mallet
- 5 Cemitério Público de Pouso Alegre
- 6 Cemitério em Iguá
- 7 Cemitério de Formigas
- 8 Cemitério entre Faz. da Floresta e Sítio
- 9 Cemitério entre Faz. da Floresta e Faz. Queimados
- 10 Cemitério Militar de Cascavel

LEGENDA DA COLUNA "B" - registro

Está registrado seu de óbito no cartório de
LS Laranjeiras do Sul

LEGENDA DA COLUNA "C" - motivo

- C Em combate
- D Por doença
- R Em atividade de reconhecimento



Data	Cidade	OM	P/G	Nome	A	B	C
1924							
26/09	F. do Iguaçu	RCP	Sgt	Hartmann			C
22/10	Guarapuava	1º BFPPR	2ºSgt	Otávio Bueno da Rocha			
14/11		1º BFPPR	Sd	Jayme Vianna	1		
19/11		BP GR	Sd	Pedro Pontes		LS	
23/12	Valérios	1º BFPPR	2ºSgt	Pedro Higino dos Santos			R
24/11	Belarmino	Cia Mtr/10º	1ºTen	Alípio Dias	1	LS	C
24/11	Belarmino	13º BC	3ºSgt	Antonio Baptista Netto	1*	LS	C
24/11	Belarmino	13º BC	Mus	Dionísio Custódio da Silva	1*	LS	C
24/11	Belarmino	13º BC	2ºTen	Olympio Ribeiro	1*	LS	C
24/11	Belarmino	13º BC	2ºSgt	Estefano Biancheski	1		C
24/11	Belarmino	13º BC	Sd	Virgilio Manoel da Rosa	1*		C
24/11	Belarmino	13º BC	Sd	Sezefredo Pauleto	1*		
24/11	Belarmino	13º RI	2ºTen	João André de Melo	1	LS	C
24/11	Belarmino	14º BC	Cb	Diogo Jeremias Vieira		LS	
24/11	Belarmino	BP GR	3ºSgt	Felix Alves Conceição	1	LS	C
24/11	Belarmino	4º RCD	Sd	Carmelino Rodrigues Paiva	2		
24/11	Catanduvás	13º RI	Sd	Paulo Farias	3		R
24/11	Catanduvás	13º RI	Sd	Paulo Augusto Buhner	3		R
07/12		13º RI	Sd	João Rodrigues da Costa	1	LS	C
08/12	Belarmino	13º BC	Sd	João Jega	1	LS	C
10/12	Belarmino	13º BC	Sd	Pedro Fritzen	4	LS	C
14/12	Catanduvás	2º BFPSP	1ºSgt	Antonio Rosa			
14/12	Catanduvás	2º BFPSP	Sd	Joaquim Felinto			
14/12	Catanduvás	2º BFPSP	Sd	João Barbosa da Rocha			
14/12	Catanduvás	BP GR	Sd	Alcebíades Alexandre Rosário			
16/12		13º BC	2ºTen	Estefano Biancheski	1		C
24/12	Catanduvás	7º RI	3ºSgt	Olmiro Xavier			
24/12	Belarmino	7º RI	Cb	Aldomiro Xavier	1		C
1925							
02/01	Guaira	1º BFPPR	Cb	Vicente Américo de Moraes			R
08/01	P. Alegre	1º GAMth	Sd	Sebastião Teixeira da Silva	5		D
11/01	Catanduvás	1º BFPPR	2ºTen	Joaquim I. Taborda Ribas	3		R
11/01	Catanduvás	1º BFPPR	Cb	Alfredo Schmidt	3		R

Data	Cidade	OM	P/G	Nome	A	B	C
11/01	Catanduvras	1º BFPPR	Sd	Olympio Nunes Nascimento	3		R
12/01	Catanduvras	13º BC	2ºSgt	Fernando Frederico Schultz	3		R
12/01	Catanduvras	7º RI	Sd	Christiano Alves da Rosa	2		C
13/01	Catanduvras	1º BFPPR		Nicácio Gomes Ferreira	5		C
14/01	Catanduvras	1º BFPPR	Cb	Alcides Rodrigues da Silva			
14/01	Catanduvras	1º BFPPR	Sd	José Alves Pequeno			
14/01	Catanduvras	1º BFPPR	Sgt	João Neves			
13/01	Catanduvras	1º BFPPR	Sd	Júlio Vicente dos Santos			
14/01	Catanduvras	1º BFPPR	Sd	Antonio Valentim da Silva			
14/01	Catanduvras	2º BFPSP	Sd	João Domingos da Silva			
16/01	Centenário	9º BC	Sd	Luciano Telles	6		C
17/01	Catanduvras	BP GR	Cb	Francisco Martins Machado	2		
20/01	Centenário	9º BC	Cb	José Maria de Pinho	6		C
20/01	Centenário	9º BC	Sd	Cesário Antonio Scaglione	6		C
21/01	Formigas	13º RI	1ºSgt	Milton Figueiredo Martins	7		LS
21/01	Formigas	2º BFPSC	Sd	Pedro Balles			
21/01	Formigas	2º BFPSP	Praça	Joaquim Miguel	7		LS
21/01	Formigas	2º GA Cavalo	Cb	Cesário de Lima França	7		LS
21/01	Formigas	3ª Cia Adm	2ºSgt	Leonel Brígido Vieira	7		LS
21/01	Formigas	3ª Cia Adm	2ºSgt	José Norberto da Costa	7		LS
21/01	Formigas	3ª Cia Art	3ºSgt	Feliciano Alves Ferreira	7		LS
21/01	Formigas	4º RCD	Sd	Agenor da Silva Ribeiro			LS
21/01	Formigas	4º RCD	Sd	Pedro N. de Assis Vasconcellos	7		LS
21/01	Formigas	4º RCD	Sd	Benedito Rodrigues Teixeira	7		LS
21/01	Formigas	Cia Mtr/8º	1ºTen	Clementino Olegário Vieira	7		LS C
21/01	Formigas	BP Clevelân					
21/01	Formigas	Saúde	Cap	Antônio Baptista Leite	7		LS C
22/01	C. Paraguaia	Saúde	1ºSgt	Achylles Villar	7		LS
22/01	C. Paraguaia	2º BFPSC	Sd	Antônio Correia Lima			R
22/01	Centenário	9º BC	Cb	Claudio Francisco Bandeira	5		LS
23/01	C. Paraguaia	1º BFPPR	3ºSgt	Francisco da Costa e Souza			R
23/01	C. Paraguaia	2º BFPSC	Sd	Modesto			R
23/01	C. Paraguaia	2º BFPSC	Sd	Veloso			R
24/01	Belarmino	2º BFPSP	1ºTen	Joaquim Theotonio Cavalcante	1		LS D
24/01	Catanduvras	7º RI	Cb	João Francisco Garcia	2		C
24/01		Cia Mtr/8º	Sd	Avelino Pereira dos Santos	5		D

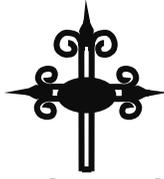
Data	Cidade	OM	P/G	Nome	A	B	C
25/01	Belarmino	14º BC	3ºSgt	Diego Jeremias Ferreira	4		C
25/01	P. Alegre	10º BC	Cap	Leônidas Marques dos Santos	5		
28/01	Formigas	1º Btl Eng	Sgt	Aloysio Gonçalves Lopes	4	LS	C
31/01	Adelaide	7º RI	Sd	Dorival João da Roza	2	LS	D
01/02		5º RAM	Sd	João Joaquim dos Santos	4	LS	D
06/02		7º RI	Sd	Francisco Ávila Cardoso	4	LS	D
26/02	Sítio	1º BFPPR	Cb	Raimundo Cardoso dos Santos			C
27/02	Adelaide	13º RI	Sd	Miguel Zacotenski	2	LS	C
04/03	C. Mallet	14º BC	2ºSgt	Manoel Vieira da Silva	4	LS	D
07/03	Adelaide	13º RI	2ºTen	Manoel Domingos de Freitas	2	LS	C
07/03		7º RI	Sd	Lydio Gonçalves Medeiros	5		D
09/03	Roncador	7ºRI	Cap	João Pio Pereira	2	LS	D
10/03	Adelaide	13º RI	Cb	Osvaldo dos Santos	2	LS	C
15/03	Adelaide	2º BFPSP	Sd	Paulo Francisco Vicente	2	LS	C
23/03		7º RI	Sd	Willy Piralski	1	LS	
24/03		2º BFPSP	Sd	Laudelino de Souza Bueno	2		D
25/03	C. Mallet	1º BI	Sd	Leopoldo Bispo de Campos	4	LS	D
25/03		BP GR	Sd	João Claudino Mello	4	LS	D
26/03	C. Mallet	7º RI	Sd	Victorio Pivetto	4	LS	D
27/03	Catanduvas	13º RI	2ºTen	Manoel Vicente de Oliveira	3	LS	C
27/03	Catanduvas	13º RI	Cb	Honório Ramos	3		C
27/03	C. Mallet	9º BC	Cb	Caramuru Pereira de Souza	4	LS	D
30/03	Faz Floresta	1º Btl Eng	Sd	Eugênio Bittencourt	8		C
30/03	Faz Floresta	1º Btl Eng	Sd	Eduardo Mendes Magalhães	9		C
01/04		9º RAM	Sd	João Fonseca	4	LS	D
06/04		2º BFPBA	Cb	Arlindo Braga de Amorim	2		D
13/04	Formigas	11º RI	3ºSgt	Benedicto Abilio do Sacramento	7	LS	
24/04		10º BC	Cb	Emyidio Passos	7	LS	D
25/04		14º BC	Sd	Raul Antonio de Mello	4	LS	D
26/04	Formigas	2º BC	3ºSgt	Antonio Lourenço do Amaral	7	LS	D
06/05	Formigas	10º BC	Sd	José Evangelista Pereira	7	LS	D
14/05		7º RI	Sd	João Marcos da Silva	4	LS	
16/05	Cascavel	11º RI	Mus	Jovelino Ferreira dos Santos	10	LS	D
16/05	Cascavel	6ºCAuxBMRS	Cb	Felipe Meira de Barcellos	10		D
22/05	Pensamento	1º BFPPR	Sd	Abílio Cândido de Azevedo			C
23/05	Cascavel	6ºCAuxBMRS	Cb	João Luges Ky	10		D

Data	Cidade	OM	P/G	Nome	A	B	C
24/05	C. Mallet	7º RI	Sd	Oscar Martins Xavier	4	LS	D
27/05	C. Mallet	1º GAM	3ºSgt	Severiano Gomes de Barros	4	LS	D
01/06		13º RI	Sd	Geraldo Rocha	3		
01/06		13º RI	Sd	Alderico Duarte	3		
06	Guaíra	1ºBFPPR	Sd	José de Oliveira Dias			
08/07	Curitiba	13º RI	Cb	João Francisco da Silva	3		
01/09	F. do Iguaçú	13º RI	3º Sgt	José Fischer	3		
?	Adelaide	7º RI	Sd	Argemiro Bernardo Nunes	2	LS	D
?		2º BFPSP		Paulo Inocêncio de Freitas	2		
?		7º RI	Sd	Floresmundio Rosa Leite	5		D

A lista relaciona 113 nomes, mas o número oficial de mortos, feridos e desaparecidos é o que consta no quadro a seguir:

Perdas das FO durante a campanha		
Mortos	Oficiais	15
	Praças	164
	Total	179
Feridos	Oficiais	12
	Praças	289
	Total	301
Desaparecidos	Oficiais	4
	Praças	56
	Total	60

Foram utilizados diversos cemitérios locais e alguns outros foram construídos para dar um fim nobre aos combatentes que padeceram no campo de batalha. Em comum, em todos os cemitérios foi a cruz cravada em cada sepultura que identificava os militares.



Cruz das sepulturas

Muitos já foram trasladados, como o tenente Alípio Dias, que acabou por ser enterrado no Rio de Janeiro, por sua família.

Algumas organizações militares participantes do conflito construíram mausoléus, como o 13º RI (atual 13º BIB), que o fez no cemitério municipal de Ponta Grossa, em 1942, e o 13º BC (atual 62º BI), no cemitério municipal de Joinville.

Entre as baixas registradas está a do capitão legalista Clementino Olegário Vieira, da Cia Mtr/ 8º RI, morto no dia 21 de fevereiro de 1925, no ataque de Cabanas a Formigas. Na imagem, está uma fração da sua Companhia de metralhadoras *Hotchkiss*, em Catanduvas.



Fração do capitão Clementino Olegário Vieira

O MEMORIAL DE CATANDUVAS

Inaugurado no dia 25 de julho de 2013, o Memorial de Catanduvás tem como finalidade resgatar, proteger e divulgar a história da Revolta de 1924 em solo paranaense.

No museu, é possível ver objetos, imagens e outros suportes de memória dentro de uma linha do tempo que começa a se delinear a partir da República Velha até a promulgação da Constituição de 1988.



Memorial de Catanduvás

FIM DOS CONFLITOS NO PARANÁ

O general Rondon comunica ao ministro da guerra e ao presidente do estado do Paraná Caetano Munhoz da Rocha, em 4 de maio, “ter voltado o regime de ordem na região do alto Paraná”. Também manda publicar no Boletim das FO a ordem do dia intitulada “a Vitória da Lei: está terminada a luta com a derrota completa dos rebeldes”.

As Forças em Operações nos Estados do Paraná e Santa Catarina são extintas a 12 de junho.

Assim, começam as medidas administrativas de desmobilização. Algumas unidades retraem pelo rio Paraná e outras, fazem uma longa marcha até alcançar a estação ferroviária de Irati que pertencia a linha São Paulo – Rio Grande ou diretamente para seus aquartelamentos.

Cada unidade recebe calorosa recepção na chegada as suas cidades de origem. O 2º BFPSC, por exemplo, chega em Florianópolis no paquete Ana em 13 de junho de 1925:

desembarca no trapiche Rita Maria, sob intensa vibração acolhedora por parte das autoridades, povo oficialidade da Força Pública, representantes das Forças Armadas e da Banda de Música da Corporação que executava músicas patriotas.

Já o grosso da tropa da Força Pública paranaense só chega em Curitiba em 8 de novembro. Quando o batalhão chega na capital, o general João Nepomuceno da Costa, Cmt 5ª RM assim se expressa na cerimônia cívico-militar:

os agradecimentos pela proveitosa cooperação do Governo do Estado, que muito contribuiu para a

manutenção da paz e da ordem de que tanto precisava o País.

Rondon e seu Estado-Maior chegam no Rio de Janeiro, por via férrea, em 20 de junho, e a maioria dos militares volta a servir no mesmo órgão de direção setorial.

No alto Paraná, permaneceram tropas desdobradas até o final do mês de out. 1925 com a missão de guardar os portos do rio Paraná e fazer policiamento da Z Op:

- a) **Ao norte do rio Iguaçu:** Cmt João Batista Pires Almada (QG em Catanduvas).
 - II Btl/ 13º RI- Foz do Iguaçu:
 - 2º BFPPR – Porto Mendes
 - 2º BFPSP – Guaíra:
 - 5º RCD – Fazenda Augusto Lemes
 - 10º BC – Guarapuava:
- b) **Ao sul do rio Iguaçu:** Cmt 29º BC
 - 29º BC
 - 2º Esq/ 6º RCI – Palmas
 - BP Mal Bormann – Barracão

Em nov. 1925 é criado um Destacamento de Fronteira, com sede em Guaíra, e designado comandante o 2º Ten Abílio Gomes Chacon, do 13º RI. Reforça esse contingente, até fev. 1926, 1 Pel/ FPPR a comando do 2º Ten Laurindo Olegário Dias.

Com o término da missão, o II Btl/13º RI faz uma marcha a pé de 600 km, de Foz do Iguaçu até Ponta Grossa, aonde chega no dia 20 nov. 1925.

O comandante do 13º RI coronel Martim Francisco Cruz saúda os combatentes e assim destaca:

“Assim, pois, conquistastes a gratidão da pátria e os vossos feitos não de figurar na história de nossas lutas

como dignos de merecer os aplausos de nossos compatriotas.

Viva o Brasil, a República, o Exército e o II Batalhão do 13º Regimento de Infantaria. “

O feito épico é destacado na obra do artista plástico Saulo Pfeiffer, intitulado “a Grande Marcha”, que ornamenta o acervo do museu do 13º RI.

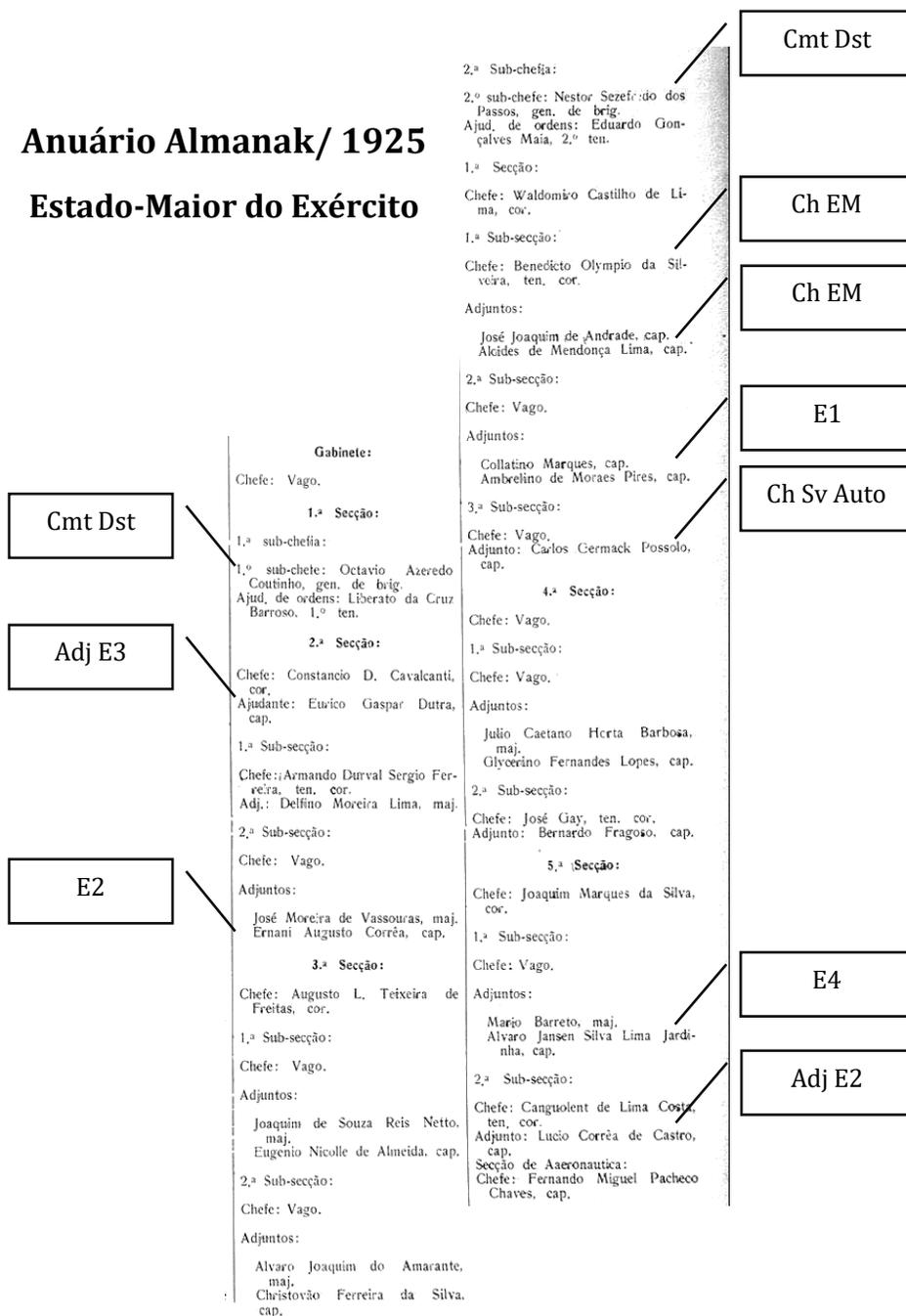


*“A Grande Marcha”
Autor Saulo Pfeiffer*

Após as seguidas nomeações para integrar as FO, verifica-se que Rondon compôs sua assessoria operacional com base no Estado-Maior do Exército do Ministério da Guerra. O anuário Almanak de 1925 mostra a organização de 1924. No mesmo documento foram destacadas às seções a que foram designados os componentes das FO:

Anuário Almanak/ 1925

Estado-Maior do Exército



A REVOLTA DE 1924 NO PARÁ

A revolta no Estado do Pará foi um reflexo do pivô amazonense, iniciada por jovens tenentes que serviam no 27º BC de Manaus em 23 de julho de 1924.

A revolta em Belém teve causas e efeitos próprios.

O INÍCIO DA REVOLTA NA AMAZÔNIA

Na capital amazonense serviam militares com espírito revolucionário e entre eles estavam os 1º tenentes do Exército Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e Sebastião Mendes de Hollanda e na Flotilha Amazonas o 1º tenente da armada José Backer Azamor.

Magalhães Barata, no Natal de 1923, havia recebido a missão de dirigir-se ao Paraná e prender o ministro da guerra Fernando Setembrino de Carvalho, no dia 28 de dezembro. O ato seria o sinal convencionado para desencadear levantes no Paraná e no Rio de Janeiro. Entretanto, o plano foi denunciado e Magalhães Barata preso no deslocamento, sendo transferido para o 27º BC.

Sebastião Mendes de Hollanda também estava no rol dos acusados do levante do Forte de 1922. Foi processado pela Justiça Militar e transferido para o 27º BC.

Azamor havia sido preso em 28 abr. 1922, sob a acusação de ter participado de um atentado contra o presidente Epitácio Pessôa, que naquele dia regressava de Petrópolis. Foi processado pela Justiça Militar e poucos meses depois foi absolvido e transferido para Manaus.

No início da noite de 23 de julho, os oficiais do 27º BC ⁹¹ reuniram-se no quartel, com seu comandante interino, o capitão do Exército José Carlos Dubois⁹², que ordena que se prendessem todos os oficiais, sargentos e praças da Polícia Militar do Estado que se encontrassem

⁹¹ Incluso o 2º tenente farmacêutico Antônio Mendes da Silva.

⁹² Entusiasmado participante da campanha presidencial de Nilo Peçanha.

pelas ruas e que o 1º tenente Magalhães Barata e 2º tenente intendente Euclides Joaquim Lins prendessem tanto o comandante da Flotilha do Amazonas⁹³ quanto o Capitão dos Portos, missões essas que foram cumpridas sem qualquer dificuldade.

Logo depois, o 27º BC toma os quartéis da Polícia Militar, sem encontrar resistências significativas e conquista o Palácio Rio Negro, sede do governo, obrigando o Dr. Turiano Chaves Meira, presidente da Assembleia, em exercício de funções do governo, a fugir.

No dia seguinte, os revoltosos dominaram completamente a cidade e comunicaram à população, por meio de um aviso, que havia perfeito entendimento entre as tropas do Exército e da Marinha ali sediados. O documento foi firmado pelo capitão José Carlos Dubois e pelo tenente da Armada José de Lemos Cunha, que havia assumido o comando da marinha no Amazonas.

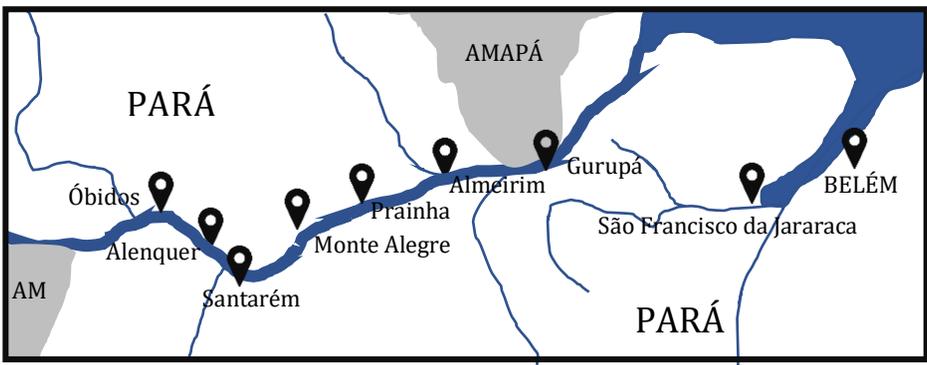
A conquista de Manaus recebe o apoio da população. O 1º tenente do Exército Alfredo Augusto Ribeiro Júnior foi investido como chefe de uma junta governativa.

As forças desse novo governo foram avançando em direção ao Pará e ocupando as populações ribeirinhas.

⁹³ Composta por quatro pequenos navios: o aviso **Ajuricaba**, comandado pelo capitão de corveta Leopoldo Gomensoro; o aviso **Teffé**, comandado pelo 1º tenente Aurélio Linhares, e a canhoneira **Missões**, sob o comando do 1º tenente José de Lemos Cunha. A canhoneira **Amapá** era o quarto navio da Flotilha.

AS CONQUISTAS REBELDES DO AMAZONAS AO PARÁ

Os revolucionários pretendiam bloquear o acesso a Manaus e incitar a Belém. O primeiro e melhor ponto a ser conquistado seria Óbidos e, a seguir, o plano previa avançar pelo Pará e ocupar as cidades de Alenquer, Santarém, Monte Alegre, Prainha e Almeirim.



Para isso, apoderaram-se do navio da Companhia Lloyd Brasileiro Bahia e nele fizeram embarcar cerca de 700 homens, quatro canhões pesados, metralhadoras e a munição que dispunham. Esse navio transformado em transporte de guerra, apoiados pela canhoneira Missões e pelos navios-aviso Ajuricaba⁹⁴ e Teffé, da Flotilha do Amazonas, dirigiu-se para Óbidos.

Em Óbidos, ocuparam a cidade e a fortaleza do 4º Grupo de Artilharia de Costa (4º GACos⁹⁵), sem resistência,

⁹⁴ O 1º tenente da Armada José Backer Azamor assumiu o comando do aviso Ajuricaba.

⁹⁵ A abreviatura da OM, na época, era 4º GAC.

ao amanhecer do dia 26 de julho de 1924, dia de Nossa Senhora de Santana, padroeira da cidade. O comandante da fortaleza de Óbidos, capitão Oscar Bastos Nunes, entregou a praça e acabou por aderir ao movimento sedicioso. O administrador municipal intendente Dr. Corrêa Pinto foi feito prisioneiro. A invasão causou grande apreensão nos moradores e o esvaziamento da cidade.

Seguiram então para Santarém, onde prenderam o intendente Dr. Manoel Waldomiro Rodrigues dos Santos e apoderaram-se da estação telegráfica. O intendente foi levado a bordo do Ajuricaba e solto em São Francisco de Jararaca, de onde partiu para Muaná e depois para Belém.

Em São Francisco de Jararaca, o navio Bahia abasteceu-se de lenha e se preparava para ir para Belém, junto com a canhoneira Missões e o aviso Ajuricaba. No entanto, os oficiais leram nos jornais da capital paraense notícias da vitória das tropas legais contra os revoltosos do 26º BC. Ante esse fato, resolveram voltar para Óbidos, com a maioria do efetivo, mas dois navios armados seguem até Belém.

Em todo esse avanço para o leste, desde Manaus, aprisionaram as embarcações Jary⁹⁶, União, Andirá, Simão e Bittar e inutilizaram os telégrafos. Os habitantes locais, apavorados, refugiavam-se no interior da selva. Não atacaram nem Alenquer e nem Monte Alegre, pois não visualizaram qualquer vantagem tática naquelas cidades.

⁹⁶ Confiscada em Gurupá, no dia 5 de agosto.

O COMBATE URBANO EM BELÉM

Na noite de 26 de julho de 1924, um sábado, o 26º BC estava aquartelado. A organização militar localizava-se em frente da praça Justo Chermont, ao lado da basílica de Nossa Senhora de Nazaré⁹⁷. Um contingente de 50 homens do batalhão deveria seguir para Óbidos, conforme ordens recebidas a 24 de julho do comandante da 8ª Região Militar (RM) de Belém e emitidas pelo ministro da guerra.



Círio de Nazaré (década de 1920) - população na praça Justo Chermont com visão parcial da Basílica de Nazaré e do 26º BC

A 3ª Cia/ 26º BC se dirige para o cais, próximo ao Forte do Castelo, às 19h, a comando do 1º tenente João da Costa Palmeira, para embarcar no paquete Rodrigues Alves. A embarcação havia sido requisitada da Companhia

⁹⁷ Foi alçada a condição de basílica em 1923.

de Navegação Lloyd Brasileiro para tal transporte e já estava armada.

A 2ª Cia/ 26º BC ainda estava no quartel. O cabo Sapucaia havia saído do quartel após a revista do recolher e ido ao botequim do Sr. Maxiamo Lopes, na praça Justo Chermont. Bêbado, fez apologia a revolta de São Paulo. Ele foi preso e a tropa passou a não acatar as ordens superiores e a recusar a sair do batalhão para embarcar. A situação sai de controle e o 1º tenente Josué Justiniano Freire tenta manter a disciplina.

A guarnição não consegue informar aos superiores, pois o telefone da unidade estava inutilizado. O 1º sargento Delcídio Palmeira sai de automóvel do quartel e dirige-se a sede da empresa telefônica, a fim de tratar do reparo do aparelho. Em apuração sumária foi constatado que o último a utilizar o aparelho teria sido o capitão Augusto Assis de Vasconcellos, a conversar com o comandante da 8ª RM.

Nesse interim, o sargento Nobre e o cabo Góis incitam as praças.

O comandante do 26, major João Manoel de Souza Castro, é preso pelos rebeldes e levado para sua residência, próximo ao quartel, onde permanece até o fim dos acontecimentos. Nesse mesmo ano é enviado para a frente de Catanduvás para comandar o 10º BC e é promovido a coronel.

O capitão Augusto Assis de Vasconcelos⁹⁸ assume a direção da rebelião.

Começam a sair grupos armados do 26^o BC que estabelecem sentinelas, levantam barricadas e trincheiras na praça Justo Chermont e posicionam uma metralhadora no eixo da avenida Nazaré. Prendem os guardas civis e policiais que passavam ao seu alcance.

Os disparos começam a ser ouvidos em várias direções, causando um alarme natural na cidade. Os rebelados atacam a sede do Tiro de Guerra 564, na avenida Nazaré, e confiscam as munições.

As famílias que aguardavam a saída do segundo contingente para embarque no cais, se dispersaram.

O tenente Josué Justiniano Freire, na confusão, consegue sair do 26 e vai ao comandante da região para participar os últimos acontecimentos, que determina então que o grupo que estava no cais, vá para o QG. No deslocamento, o grupo é interceptado e, com exceção do tenente João da Costa Palmeira, aderem ao movimento.

O Cmt 8^a RM vai ao Palácio de Governo com 11 oficiais e 19 praças, onde o governador Antônio Emiliano Souza Castro reunira os secretários do Estado, comandante e oficiais da polícia e dos bombeiros, para organizar a defesa da legalidade.

⁹⁸ Chefe interino do serviço de engenharia e comunicações, vinculado à 8^a RM.



*Fotografia do capitão de engenharia
Augusto Assis de Vasconcelos,
tirada em julho de 1924, no QG 8ª RM, em Belém*

O comandante dos bombeiros, major Heráclito César Gurjão, recebe a missão de guarnecer o QG. Para lá se dirige, pronto para o combate. O corneteiro-mor dos bombeiros correu na frente e de arma em punho determinou aos presentes “mãos ao alto”, o que foi obedecido. Assim, o 1º Ten Josué Justiniano Freire⁹⁹ passa a organizar a defesa do quartel reforçada com 16 bombeiros¹⁰⁰.

Os seguintes meios da Força Policial do Pará, a comando do major do Exército Raymundo Furtado de Vasconcelos Leão, estavam disponíveis: dois Batalhões de Infantaria (500 homens com quatro companhias e um pelotão extranumerário); o Regimento de Cavalaria (200 homens - com três esquadrões e um pelotão extranumerário) e um grupo misto formado por uma companhia de metralhadoras e uma de administração.

Do Exército, ainda havia remanescente uma Companhia de Administração do QG, com 5 oficiais e 60 praças.

Da Guarda Civil eram 54 homens.

A canhoneira Amapá ficaria de prontidão para evitar que navios rebelados aportassem em Belém.

⁹⁹ Josué era paraense. Havia sido comandante do Corpo de Bombeiros, em 1917, comissionado como major. Na revolução de 1930, formou a resistência do 12º RI, em Belo Horizonte.

¹⁰⁰ Existe uma versão que Companhia de Administração abandonou o QG e outra, que teria colaborado com cerca de 5 oficiais e 60 praças, reforçados com quatro metralhadoras Nordenfelt.

Assim ficou a composição de meios para o enfrentamento inicial aos rebelados:

Força do eixo Norte
(força de bloqueio)
Cia Fzo (Cap Tacyel
Cylleno)

Armada
- canhoneira Amapá/
Flotilha do Amazonas

Guarda do QG

Força do Eixo Sul
(ataque principal)
Cia Fzo (Cap Antônio José do
Nascimento)
(com 60 homens)
- 1 Pel Fzo (2ª Ten Antônio de
Oliveira Machado)
- 1 Pel Fzo (Ten Hernani de
Oliveira Gomes)
- 1 Sec Mtr com 2 armas (Ten
José Albino Menezes e 2º Ten
Manoel Pinto Bomfim)
- 1 Pel cavalaria ligeira
- 1 Sec artilharia

Às 11h da noite, a polícia já defendia o Palácio de Governo. A Força Legal recolheu ao palácio a munição que já estava embarcada no cais, assim como o armamento disponível no QG. A madrugada foi tensa.

Na manhã de 27, o 2º tenente da Força Pública Henrique Ferreira da Silva faz uma patrulha de reconhecimento a cavalo com 34 cavaleiros. Na esquina da rua Rui Barbosa com a avenida São Jerônimo, foi recebido à bala pelos revoltosos que ocupavam metade da avenida Nazaré. O tenente Henrique é atingido mortalmente. O piquete de cavalaria retrai.

Na tarde de 27 de julho, um domingo, pelas 14h, tanto os revolucionários do 26º BC quanto a Força Pública já tinham planos de ação e passaram a pô-los em execução.

Os revoltosos a comando do capitão Augusto Assis de Vasconcelos, secundado pelo 2º tenente contabilista Eremita da Silva e mais 350 civis¹⁰¹ armados com fuzis Mauser iniciaram a marcha desde o quartel até praça da República, pela avenida Nazaré. Entre os civis estavam eletricitários, motorneiros, estivadores, desordeiros e muitos elementos estrangeiros. O objetivo era tomar o Quartel General, na praça Saldanha Marinho¹⁰².

Ao chegarem na travessa Rui Barbosa, dividiram-se em três frentes: uma seguiu pela própria estrada de Nazaré; outra, pela avenida São Jeronimo¹⁰³; e a terceira, pela avenida Conselheiro Furtado. No itinerário da São Jerônimo, Assis de Vasconcelos vinha à frente, ladeado por duas praças e um corneteiro, que volta e meia dava o toque de avançar.

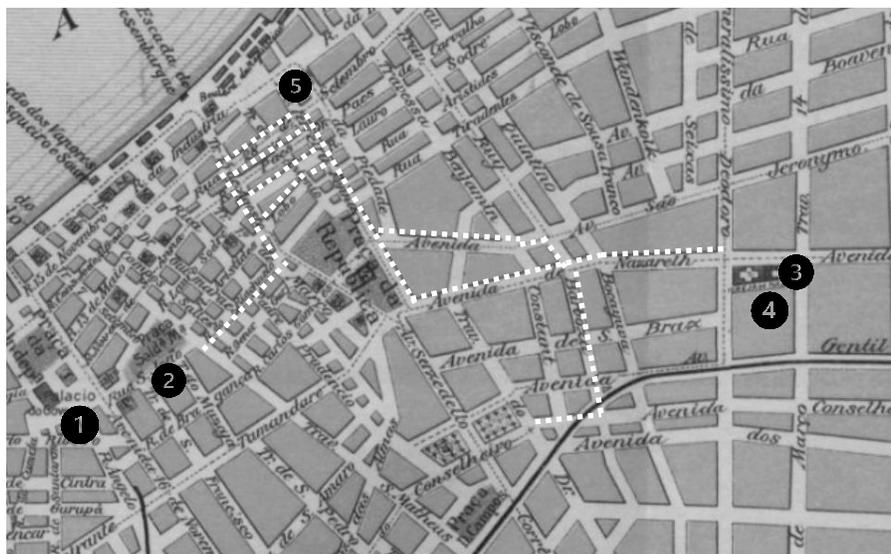
Ao alcançar o cruzamento da travessa do Dr. Moraes, a tropa rebelde era quase atingida por fios de alta tensão, que, ao romper-se, provocaram sua momentânea desorganização.

Prosseguindo em sua jornada, os amotinados, depois de passarem em frente a Garagem Central, atingiram a Praça da República, onde foram recebidos por nutrido fogo de fuzis e rajadas de metralhadora, provocando o desbaratamento deles.

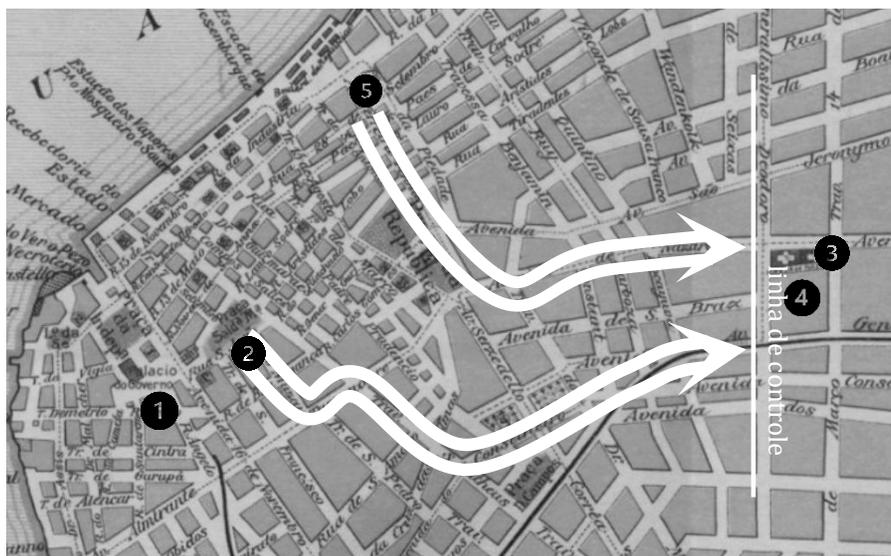
¹⁰¹ Consta que houve intensa participação dos trabalhadores da empresa Pará Eletric. A imprensa deu destaque para a prisão de um único civil: o pedreiro Antônio Ferreira de Moraes.

¹⁰² Atual praça da Bandeira.

¹⁰³ Atual avenida Governador José Malcher.



Plano de movimento dos rebeldes



Plano de operações dos governistas

Legenda: ❶ Palácio de Governo ❷ QG; ❸ Basílica de Nazaré;
 ❹ 26º BC; ❺ Batalhão de Infantaria da Força Pública.

Mapa base: Theodoro Braga. Guia do Estado do Pará. 1916.

Depois de organizados, o Capitão Assis de Vasconcellos determinou uma carga de baioneta, na esquina da rua São Jerônimo com a rua 29 de agosto. Houve um confronto com as forças da Brigada Militar e foi travado cerrado tiroteio. Morre um dos escudeiros de Assis de Vasconcellos. Entre os feridos estavam o comandante da coluna de norte o capitão Tacyel Cylleno e o líder revolucionário Assis de Vasconcelos, atingido na coxa direita. Os revolucionários prosseguem até rua Lauro Sodré¹⁰⁴, onde padece mais um dos escudeiros de Assis de Vasconcelos e, ele próprio, é alvejado com outro tiro, dessa vez no peito.

O cabo Joaquim da Silva Pantoja e os músicos Benedicto Epifanio da Silva e Belarmino Ribeiro foram os escudeiros abatidos que avançaram ao lado do capitão engenheiro.

Assis de Vasconcelos foi evacuado para o Hospital da Ordem Terceira, onde morreu poucas horas depois¹⁰⁵. Ele era paraense, solteiro, noivo no Rio de Janeiro da filha do general Vilasboas e estava com 28 anos. Com a morte do capitão, assume o comando dos revoltosos do 26º BC o tenente Juventino Alves Bezerra.

¹⁰⁴ Atual rua Ó de Almeida.

¹⁰⁵ Foi enterrado no cemitério Santa Isabel, em Belém do Pará.

As forças legais simulam uma retirada pela rua Ferreira Pena ¹⁰⁶ , até a esquina com avenida da Indústria¹⁰⁷ , onde se localizava o Batalhão de Infantaria da Força Pública.



Batalhão de Infantaria da Força Pública

Os revoltosos se apoderarem da sede do Tiro de Guerra 14, situado na avenida Ferreira Pena, esquina rua Lauro Sodré e prosseguem no seu avanço.

O Batalhão de Infantaria da Força Pública fica cercado. No entanto, as forças legais fazem uma base de fogos, entrincheirados nos muros e telhados, e uma tropa que estava camuflada na serraria Batista Lopes, à rua 28 de Setembro, faz um contra-ataque.

Os rebeldes foram surpreendidos por fortes descargas de fuzilaria e ficam dispersos pelas ruas Aristides Lobo, Lauro Sodré, Paes de Carvalho¹⁰⁸ e 28 de setembro.

¹⁰⁶ Atual rua Assis de Vasconcelos.

¹⁰⁷ Atual rua Gaspar Viana.

¹⁰⁸ Atual rua Senador Manoel Barata.

Em seguida, se reuniram na avenida 15 de agosto¹⁰⁹ onde parte do efetivo abandonou a luta, ocultando-se em casas de familiares, mas 30 deles desceram pela rua Riachuelo para alcançar o QG da 8ª RM e o Palácio de Governo onde estava o governador Souza Castro.

Os rebeldes aprisionam, na rua de Bragança, duas patrulhas de reconhecimento dos legalistas, comandadas pelos Sargentos Nehemias Borges e Lauro Vianna.

Na área do QG, os legalistas estavam organizados em linha de defesa na praça Saldanha Marinho guarnecidas pela Companhia de Administração, reforçada por bombeiros e apoiada por quatro metralhadoras *Nordenfelt*.



Metralhadora Nordenfelt

A praça é palco de cerrado combate, sendo os três ataques ao QG repelidos heroicamente.

No Palácio de Governo, oito sentinelas da Força Pública conseguiram repelir os remanescentes rebeldes.

¹⁰⁹ Atual avenida Presidente Vargas.

Vendo infrutíferos os seus assédios, os revoltosos recuaram e fugiram em direção ao 26º BC.

Em outra parte da frente de combate, na avenida Conselheiro Furtado, quando a Força Pública alcança a travessa do Dr. Moraes, iniciam-se as escaramuças.

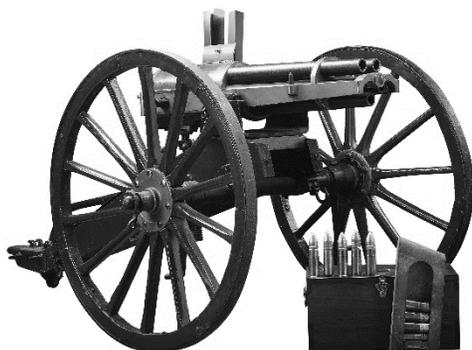
A Força do Eixo Sul fica detida e uma arma da seção de metralhadora deixa de funcionar, mas a Força recebe o reforço de um pelotão a comando do tenente José Martins do Nascimento e inicia-se o apoio de fogos de artilharia.

Com mais ímpeto, os revoltosos não conseguem conter essa coluna, que alcança a linha de controle de movimento na avenida Generalíssimo ao final da tarde, pelas 18 horas.

A escuridão da noite permitiu que as forças legais de norte também alcançassem a linha de controle na Generalíssimo. As forças consolidam a posição e se reorganizam. Os feridos são evacuados e a munição redistribuída.

O cabo Corumbá e mais dois soldados do 26º BC tomaram à força um barco de pesca e põem-se em fuga de Belém para Óbidos a fim de se juntarem aos rebelados. Lá chegando são reverenciados e promovidos.

Uma peça de canhão revólver *Hotchkiss* é posicionado para atingir a retaguarda do 26º BC. Cuidam dessa missão o capitão Artur Fernandes de Sá, o 2º tenente Manuel Campelo de Miranda e o 3º sargento Abílio Possidônio de Souza.



Canhão revólver Hotchkiss

Às 4h da manhã, no eixo da coluna de sul, o canhão revólver e a artilharia abrem fogo. São dispersados os entrincheirados nas avenidas de S. Braz ¹¹⁰ e Gentil Bitencourt, ficando apenas uma resistência nos fundos da unidade do 26º BC. Os revoltosos tentam uma investida nos atiradores do canhão. Pela frente do quartel, o capitão Synésio Carvalho também ataca. Todo cuidado é tomado para não se atingir a basílica de N. Sra. de Nazaré. Às 8:30h é realizada uma investida no quartel e logo em seguida cessa o fogo e se estabelece a ordem.

Quem primeiro adentra ao 26º BC é o marinheiro José Alexandre de Paula, que estava de licença, mas se apresentou voluntário. Entrando no quartel, o marinheiro

¹¹⁰ Atual Braz de Aguiar.

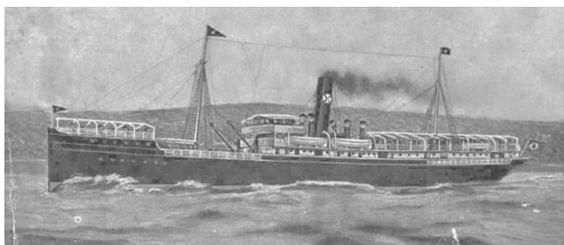
quebrou a tiro de pistola o cadeado do xadrez e libertou 30 legalistas.

Os primeiros militares revoltosos são presos e recolhidos ao quartel da Polícia. Uma parte dos que debandaram também são perseguidos e presos.

O governo estabelece censura para a imprensa, sendo também resolvido que ninguém poderia sair da capital sem salvo-conduto da polícia e decreta feriado para os próximos dias 28 e 29 de julho.

No dia 28, a polícia ainda está em busca de 30 revoltosos foragidos e mais dois fuzis-metralhadoras. À tarde, realizou-se o enterro dos soldados legalistas, com grande acompanhamento público. O deputado estadual Severino Silva, o primeiro príncipe dos poetas paraenses, faz um discurso emocionado e patriótico.

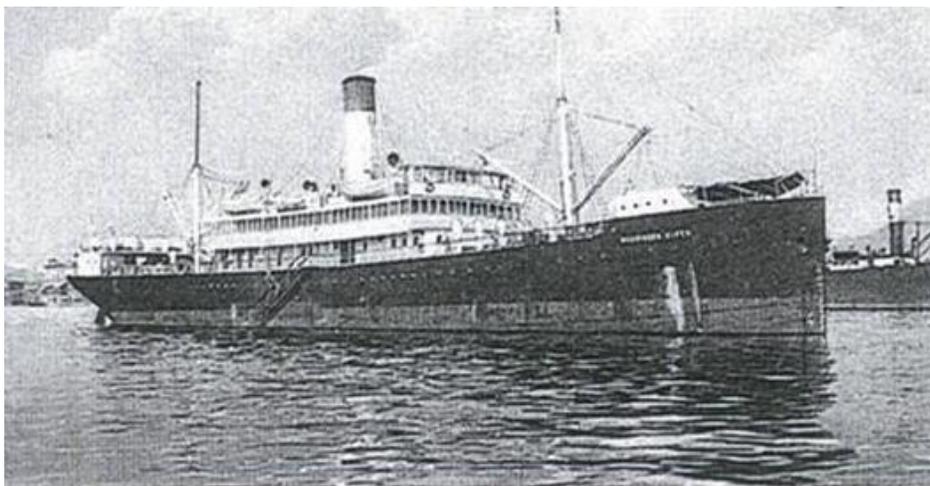
Já no dia 29 de julho é feita a abertura de inquérito policial-militar (IPM) em presença do Procurador da República. Em seguida, os revoltosos presos (2 oficiais, 200 revoltosos e muitos civis) são transferidos para os paquetes Itajubá e Rodrigues Alves, a funcionarem como presídio, sob a responsabilidade do Exército e fundeados na baía de Guajará.



Paquete Itajubá

O paquete Itajubá pertencia a Companhia Nacional de Navegação Costeira, famosa pela série de navios cujos nomes começavam com “Ita”. Esse navio, em particular, havia aportado em São Luís, no último dia 10 de julho, e estava na doca de Belém até ser requisitado pelo governo como presídio.

O paquete Rodrigues Alves seguia na rota Rio de Janeiro – São Luís - Santarém – Itacoatiara – Manaus. Dias antes, em 21 de julho, havia feito escala em São Luís e, no porto, a Companhia de Comédia Viriato, do Theatro Trianon, do Rio de Janeiro, fez uma divertida apresentação. Em Belém, fora requisitado para transporte de tropa até Manaus e agora servia de presídio.



Paquete Rodrigues Alves

Entre os presos está o cabo Hermógenes Alves Rodrigues, filho do professor Jacques de Lima Rodrigues e de dona Olinda Alves Rodrigues, solteiro, com 21 anos, nascido em São Caetano de Odivelas, que havia

incorporado como voluntário na primeira Companhia do 26^o BC, há menos de dois anos.



Cabo Hermógenes Alves Rodrigues

A repressão da revolta foi violenta na qual os legalistas consumiram cerca de 18.000 cartuchos de fuzil *Mauser*.

Os jornais da capital paraense deram notícias da vitória das tropas legais contra os revoltosos do 26^o BC, comandados pelo capitão Augusto Assis de Vasconcelos, que pretendiam depor o governador paraense Antônio Emiliano Souza Castro e, em seguida, enviar reforços à luta do general Isidoro Dias Lopes, em São Paulo, contra o presidente Arthur Bernardes.

O editorial do jornal da "Província do Pará", assim relata:

(...) dos acontecimentos paraenses que nos surpreenderam na noite de 26 [julho de 1924], enlutando as famílias, trazendo-nos amargurados durante cerca de 36 horas; (...) pela cerrada fuzilaria de parte a parte dos combatentes, todos irmãos, todos ligados à família paraense, uns jovens incendiados, vítimas de sua loucura, bravos, os outros servidores do Estado, os heroicos milicianos da gloriosa Brigada Militar do Estado (...) Tivemos também na figura imperturbável de Souza Castro, o digno governador do Pará, o exemplo emocionante da coragem cívica na sua mais legítima expressão. (...) O governo teve a felicidade de ver ao seu lado a opinião pública paraense (...)."

Nos dias 3 e 4 de agosto, navios rebelados se aproximam de Belém, dão um único tiro de alerta e comunicam pelo telégrafo ao governador do Pará da independência do estado do Amazonas. O governador Antônio Emiliano Souza Castro, lacônico, apenas informa que estavam a caminho da Amazônia forças de terra e mar oriundas do Rio de Janeiro.

No dia 14 de agosto de 1924, o cabo Hermógenes Alves Rodrigues recebe a visita de seus parentes na prisão, assim como os demais rebeldes. Durante a visita, os familiares recebem a recomendação de conduzirem trajés civis para os detentos, até o dia seguinte, pois todos os militares haviam sido excluídos do serviço ativo e iriam para um presídio na cidade.

A AÇÃO GOVERNISTA NA CALHA DO AMAZONAS

Frente ao movimento de Manaus e de seu prolongamento pelo baixo Amazonas a reação do governo da União não se fez esperar. Em 27 de julho, é decretado Estado de Sítio para os estados do Pará e Amazonas e a 1º de agosto partem do Rio de Janeiro as Forças de Terra e Mar (Destacamento do Norte), com três batalhões de infantaria e uma tropa de cavalaria, perfazendo o total de 2.700 homens, a comando do general de brigada João de Deus Menna Barreto.

Participaram dessas Forças o major Leopoldo Jardim de Matos (Ch EM), o tenente-coronel Aurélio Frederico de Lima (Ch Pessoal); o capitão Eurico Gaspar Dutra (Ch Operações)¹¹¹; tenente-coronel Joaquim Moreira Sampaio (Ch Serviço de Saúde); tenente-coronel Aurélio Frederico de Lima (Chefe da Caixa Militar). Como auxiliares atuaram os capitães Mário Coutinho, Alberto Magioli, Ângelo Autran Dourado e os segundos tenentes Waldemar Noronha Menna Barreto e Sérgio Mura de Castro. A tropa era composta pelo 1º BC (de Andaraí/ RJ), 2º BC (de Niterói/ RJ), 3º BC (de Vitória/ ES), Grupo de Artilharia Montada (GAM), além da 2ª Cia de metralhadoras pesadas.

No dia 7 de agosto, o coronel Raymundo Rodrigues Barboza, comandante da 8ª RM, com área de responsabilidade nos estados do Acre, Amazonas,

¹¹¹ Ao terminar essa tarefa, assumiu a chefia da seção de operações das FO (no Paraná), a partir de fev. 1925.

Maranhão, Pará e Piauí, recebe um telegrama do Presidente da República, informando, oficialmente, as medidas que haviam sido tomadas para sufocar a rebelião na região Norte.

No dia 9 de agosto, começa a chegar a Belém a força governista, sendo o primeiro a atracar o cruzador Barroso, comandado pelo capitão de fragata Adalberto Nunes.

No dia 11, às 7h da manhã chega do Rio de Janeiro o navio de transporte (paquete) Poconé, comandado pelo capitão Acácio Faria. No mesmo dia, completam a frota os contratorpedeiros Sergipe e Mato Grosso, a comando dos capitães de corveta Galdino Pimentel Duarte e Augusto Pacheco Alves de Araújo, respectivamente. Além disso, vinham dois hidroaviões MF da Marinha do Brasil.



Contratorpedeiro Mato Grosso

O 1º BC não desembarca do paquete Poconé durante sua estadia em Belém. O 2º BC, do coronel Francisco Severiano Ribeiro, e a 2ª Cia Mtr P, do capitão Antonio Bricio Guilhon, vão para o Regimento de Cavalaria da Força Pública e o 3º BC se dirige ao 26º BC.

Em Belém, o general Menna Barreto assume o comando da 8ª Região Militar.

Um dos primeiros atos foi excluir do serviço ativo os militares envolvidos no levante de 26, 27 e 28 de julho em Belém, após o inquérito concluir não convir a permanência deles nas fileiras do Exército e que ficariam sujeitos a processo civil.

Em 15 de agosto, à noite, cerca de 200 familiares e curiosos assistiram ao desembarque dos presos no largo de Santo Antônio, já em trajes civis. Foram escoltados por 65 guardas civis (a comando do tenente Waldemar Siqueira de Barros Arouk), por 40 praças do 26º BC (às ordens do sargento Augusto Gomes) e por mais 20 praças do próprio paquete Rodrigues Alves.

Em seguida, o general reorganizou a força-tarefa para subir o rio Amazonas em perseguição dos revoltosos em Santarém, Óbidos e Manaus, na qual incluiu o 26º BC na composição de meios do Destacamento do Norte.

Na falta de oficiais subalternos, foram comissionados como segundo-tenentes 49 sargentos que atuaram de forma relevante na repressão do movimento sedicioso de Belém.

Já no dia 16, com bandas acompanhando cada unidade nos deslocamentos dos quartéis até o porto, acontece o embarque e o governador Sousa Castro visita cada navio.

Pouco depois das 10h, parte a Flotilha com o cruzador Barroso; os contratorpedeiros Sergipe e Mato Grosso; o paquete Poconé; os navios auxiliares de transportes Belo Horizonte, Rio Mar, Sobralense e Cuiabá.

No Cuiabá estavam o apoio para a aviação militar. Também acompanharam a flotilha a canhoneira Amapá e o rebocador Ernestina.

O coronel Raymundo Rodrigues Barboza deixa registrado um elogio pela lealdade, patriotismo e amor à ordem para os seguintes oficiais: major médico Leopoldo Félix de Sousa, capitães Teófilo Ribeiro da Fonseca e Frederico Villeroy França e primeiros tenentes Augusto da Cunha Pereira e Cândido Avelino de Barros.

Três dias depois, a 19, pelas 5h da manhã, o cruzador Barroso atraca no porto de Santarém e não encontra resistência. Faz desembarcar alguns oficiais que imediatamente se apossam do posto telegráfico. Os hidroaviões MF fazem voos pela cidade e adjacências, sendo ovacionados ao pousar. A cidade estava retomada e é investido no cargo de superintendente o coronel Joaquim de Vasconcellos Braga.

O aviso Teffé, de posse dos insurgentes, foi atacado pelo cruzador Barroso, que disparou sobre ele seus canhões de 152 mm e 75 mm, mas como não foi atingido, os rebeldes puderam se evadir, mas sendo presos no dia 22 de agosto.

A 21, zarpou de Belém o navio-transporte Campos Sales, levando a bordo o Grupo de Artilharia Montada de apoio às operações de Menna Barreto.

Os contratorpedeiros Sergipe e Mato Grosso e os hidroaviões MF partem logo para Óbidos em patrulhas de reconhecimento. Na madrugada do dia 22, próximo à ilha das

Marrecas, o Sergipe avistou o vapor mercante Jary, que se aproximava, e fez um tiro de alerta com pólvora seca. Esse navio era de propriedade do senador José Júlio de Andrade e havia sido aprisionado no dia 5 de agosto pelos revoltosos, em Gurupá. O Jary vinha guarnecido com 100 homens, armado com canhões e metralhadoras e andava em serviço de reconhecimento por parte dos revoltosos. Após o tiro de aviso, o Jary rompeu fogo no contratorpedeiro que revidou com energia e, após uns cinco disparos, meteu a pique o Jary, matando metade de sua tripulação. O navio-transporte Cuiabá, serviu de navio hospital. Os resgatados foram levados para cadeia pública de Santarém e o comandante da embarcação tenente da Armada José de Lemos Cunha levado para o paquete Poconé para prestar depoimento.

No dia 24, o Comandante do Destacamento do Norte começa o deslocamento com todas as embarcações de Santarém para Óbidos. Incorporam-se na Flotilha os navios-transporte Curitiba e Campos Sales.

A 25 de agosto, nas proximidades de Óbidos, o comandante do destacamento recebe a informação que apenas a aviso revolucionário Ajuricaba estava atracado no porto. As demais embarcações apresadas, União, Andirá, Simão e Bittar já tinham levantado âncoras. Assim, ordena o desembarque de vários elementos em ambas as margens do rio Amazonas, onde havia artilharia dos rebeldes, e na Ilha Grande, em cuja ponta existiam dois canhões Krupp 75.

As forças de terra progridem durante os dias 25 e 26, tomam os canhões dos revoltosos e aprisionam as respectivas guarnições, apreendendo grande quantidade de munição de guerra e de suprimento.

No dia 26, pela manhã, fecha-se novamente o livro da Convenção de Haia de 1907. Os canhões dos revoltosos fizeram vários disparos sobre as forças legalistas, que revidam, apertam o cerco e bombardeiam a cidade pelo vetor aéreo. Nesse mesmo dia 26, os revoltosos, depois de um pedido de cessação de hostilidades, que não foi atendido, informam ao general que estavam dispostos à rendição incondicional. No dia seguinte, a cidade foi ocupada pelas forças governistas.

O capitão revolucionário José Carlos Dubois, comandante do 27º BC, os tenentes do 4º GACos Aluízio Pinheiro Ferreira, Abelardo d'Eça Rangel e Ademar Soares Rocha fogem para Manaus. Na lista dos prisioneiros de guerra estão o capitão Oscar Severiano Bastos Nunes, fiscal da Fortaleza de Óbidos; o 1º tenente da Armada José Backer Azamor; o 1º tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, do 27º BC; o 1º tenente Saint'Clair Peixoto Paes Leme, do 4º GACos; e o 1º tenente da armada Aurélio Linhares, Cmt Aviso Teffé.

Por ordem do general Menna Barreto, assumiu o comando do Forte de Óbidos o capitão Frederico Villeroy França¹¹² e como comandante do 4º GACos/ guarnição de Óbidos ficou o tenente-coronel Jeremias Fróes Nunes.

¹¹² Chefe do serviço de material bélico da 8ª RM.

Também permanece em Óbidos um destacamento do 3º BC/ Dst Norte. Além das obrigações de caráter militar, foram confiadas a esse oficial as atribuições de fazer reintegrar as autoridades municipais.

No dia 27 de agosto, o Destacamento do Norte, sob o comando do general João de Deus Menna Barreto, partiu de Óbidos para Manaus. O rebocador Ernestina é liberado e volta para Belém. O Destacamento vai restabelecendo a ordem em Parintins, Itacoatiara, Borba, Boa Vista e Manacapuru.

Em Itacoatiara, o contratorpedeiro Sergipe comunica ao general Menna Barreto que o destacamento avançado, a comando do capitão de mar e guerra Hormidas Maria d'Albuquerque, havia prendido o 1º tenente rebelde Alfredo Augusto Ribeiro Júnior e assumido interinamente o governo do Amazonas. A capital amazonense havia sido ocupada sem encontrar resistência significativa e foram presos vários oficiais do Exército, da Armada e da Força Pública, que foi dissolvida.

O general determina que o coronel Raymundo Rodrigues Barboza e o 26º BC seguissem imediatamente para Manaus.

A tomada de Manaus foi feita pelo contratorpedeiro Mato Grosso, chegando ao porto em 28 de agosto de 1924. Seguem-lhe os navios-transporte Macapá, Campos Sales, Manaus, Curitiba e Belo Horizonte, o navio-hospital Cuiabá, as canhoneiras Amapá e Missões e o contratorpedeiro Sergipe. Depois chegariam a Manaus o

cruzador Barroso e o paquete Poconé, esse servindo de Quartel-General do Destacamento.

Como o presidente estadual não foi encontrado e duas outras autoridades locais se recusasse a reassumir, dentro da precedência, o general Menna Barreto nomeou como governador provisório do Estado do Amazonas o coronel Raymundo Rodrigues Barboza.

Estava reestabelecida a paz com a vitória dos legalistas na Amazônia. O Presidente prorroga o Estado de Sítio até 31 de dezembro, mas o governador pede logo sua suspensão no dia 3 de setembro.

Os tenentes insurgentes amazonenses enfrentaram a oligarquia dos Rego Monteiro, governaram por quase cinco meses, mas não resistiram aos canhões da Marinha e aos 2.700 homens que se encontravam a bordo do paquete Poconé.

Os rebelados haviam fracassado e o senador pelo Pará Lauro Sodré já pleiteava a anistia para os derrotados.

Os contratorpedeiros legalistas passam por Belém, no dia 8 de setembro. O paquete Poconé transporta em seus porões toneladas de material de guerra aprisionados dos excedentes do 27º BC, da Brigada Militar manauara e do 4º GACos com destino ao Rio de Janeiro. Dentre os itens do relatório do capitão Gentil Falcão destacam-se 1.106 fuzis, 2.280 projéteis de artilharia e 890 cartuchos para fuzil e diversas metralhadoras.

O 3º BC sai de Óbidos só a 13 de setembro e a 22, o vapor Macapá deixa Belém com o 1º e 3º BC em retorno ao

Rio de Janeiro. O 2º BC fica pouco tempo em Niterói e logo segue para o Paraná para integrar as FO e chega no front em meados de novembro.

Ao fim de setembro o general João de Deus Menna Barreto deixa Manaus com destino ao Rio de Janeiro e a 12 de outubro, o cruzador Barroso, os contratorpedeiros Sergipe e Mato Grosso chegam ao Rio de Janeiro.

Em Belém, o governador Antônio Emiliano Souza Castro reconhece o valor da sua polícia na revolta de 1924 e cria o dia da Força Pública, mas em alusão ao combate de 25 de setembro de 1897, no arraial de Canudos:

DIA DA FORÇA PÚBLICA ESTADUAL - 25 DE SETEMBRO
Pelo Decreto Governamental Nº 4.099, de 24 de setembro de 1924, considerando os relevantes serviços prestados pela Polícia Militar Estadual à causa pública, à ordem legal e à autonomia estadual, em toda a sua longa e brilhante existência, resolve criar no dia 25 de setembro, como o *Dia da Força Pública do Estado*.

AS BAIXAS NA REVOLTA DE 1924 (EM BELÉM)

da Força Pública:

1º tenente Henrique Ferreira da Silva
2º tenente Plácido Martins Pereira
Cabo Raymundo Pedro da Costa
Cabo João Horácio da Silva Filho
Soldado Claudio de Castro Pereira
Soldado Gemino Ferreira Gomes
Soldado Raymundo Alicerio da Silva

da Força insurgente:

Capitão Augusto Assis de Vasconcelos
Cabo Joaquim da Silva Pantoja
Soldado Abel Baía
Soldado Armindo do Mello Valle
Músico Benedicto Epifanio da Silva
Músico Belarmino Ribeiro

Civil:

Severino da Costa

O estado legalista reconhece os bons serviços daqueles que faleceram no cumprimento do dever e os promovem *post-mortem*:

Pelos Decretos Governamentais N° 4.090 e 4.092, de 28/07/1924, foram promovidos por bravura:

- a capitão: o 1º tenente Henrique Ferreira da Silva;
- a 1º tenente: o 2º tenente Plácido Martins Pereira.

Pelo Comandante Geral da Força Pública, foram promovidos por bravura:

- a 3º sargento: os cabos Raymundo Pedro da Costa e João Horácio da Silva.
- a cabo: os soldados Cláudio de Castro Pereira e Gemino Ferreira Gomes.

Os rebeldes serão anistiados em 1930.

O MEMORIAL REVOLUCIONÁRIO NO PARÁ

Tal qual no Paraná, os líderes e demais implicados na revolta de 1924 foram presos e conduzidos para o cárcere. A maioria dos oficiais teve como destino o presídio da Ilha Grande/ RJ e os praças, o presídio militar de Clevelândia do Norte, junto ao rio Oiapoque, no Amapá (anexo III).

Os detidos em Belém ficaram em cárceres na própria cidade, após um curto período em presídios temporários nos paquetes.

Magalhães Barata estava preso em Belém, mas conseguiu fugir da prisão e refugiou-se no Uruguai, de onde retornou pelo Rio Grande do Sul alguns meses antes da Revolução de 30. Em agosto, com identidade falsa, regressou a Belém onde foi preso novamente e enviado para o Rio de Janeiro.

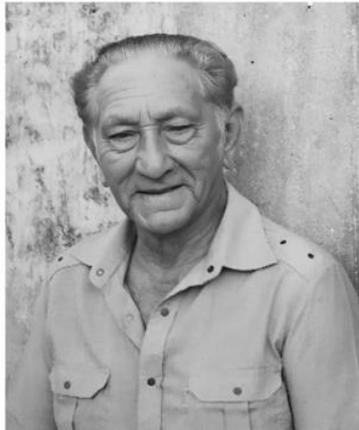
Quando foi deflagrada a revolta de 1930 em Belém¹¹³, no dia 5 de outubro, o soldado Antônio de Araújo Rodrigues (1902-1994) estava de guarda ao quartel no 26º BC, cumprindo sua escala vermelha, pois era um domingo.

Ao longo do dia apreciara, à distância, os preparativos para o arraial do Círio de Nazaré na praça Justo Chermont e lamentava que naquele ano, mais uma vez não teria a tradicional corda protegendo a berlinda.

¹¹³ Nas demais cidades onde irrompeu a revolução foi no dia 3 out.

O governador Eurico de Freitas Valle havia determinado que os militares se recolhessem aos quartéis.

Pelas 22h chamou a atenção da guarnição de serviço a passagem de viaturas do corpo bombeiros em direção ao bairro do Marco, quando então viram o capitão-tenente da armada Eurico Castilhos França, comandante do navio aviso Ajuricaba, se aproximar do 26º BC, juntamente com o tenente da armada Álvaro do Cabo e outros líderes revolucionários. O soldado Antônio não sabia, mas tinha sido um falso incêndio e as sirenes do comboio dos bombeiros eram o sinal para a revolta em Belém iniciar e Castilhos França avançar.



Soldado Antônio de Araújo Rodrigues

Quando o líder militar da revolta no Pará estava a uns 10 metros do corpo da guarda, próximo do meio fio, ouviu-se um tiro, disparado por um soldado sentinela. O tiro, para o chão, ricocheteou e acertou mortalmente no abdômen de Castilhos França, que ainda deu alguns passos e desfaleceu encostado na parede do quartel.

Castilhos França estava no Pará transferido a bem da disciplina. Quando do levante da armada do encouraçado São Paulo, em novembro de 1924, ele servia no encouraçado Minas Gerais e recusou-se a atirar no navio amotinado em fuga para o Uruguai.

No atordoamento da tragédia com Castilhos França, elegeram o tenente do Exército Ismaelino de Castro como novo chefe e saíram para atacar o Palácio de Governo, além de outros pontos estratégicos. As forças legais, todavia, dominaram a situação e os revolucionários se evadiram da cidade.

Embora o governador paraense Eurico de Freitas Valle tenha resistido à revolução, ele caiu a 24 de outubro.

Com a vitória da Revolução de 30, os tenentistas de outrora promovem uma anistia e reincorporam nas Forças Armadas os excluídos.

Decreto nº 19.395, de 8 de novembro de 1930

Concede anistia a todos os civis e militares envolvidos nos movimentos revolucionários ocorridos no país

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil

DECRETA:

Art. 1º É concedida anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários, ocorridos no país.

§ 1º São incluídos nesta anistia todos os crimes políticos e militares, ou conexos com esses.

§ 2º Ficam em perpétuo silêncio, como se nunca tivessem existido, os processos e sentenças relativos a esses mesmos fatos e aos delitos políticos de imprensa.

§ 3º Os beneficiados pela anistia não terão direito a diferença de vencimentos relativa ao tempo em que estiveram presos, em processo, cumprindo sentença ou por qualquer motivo ausentes do serviço ou de suas funções, sendo-lhes, porem, contado esse tempo para os demais efeitos legais.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1930, 109º da Independência e 42º da República.

GETULIO VARGAS

Nesse mesmo contexto, Magalhães Barata foi enviado para Belém a fim de assumir as funções de Interventor em 12 nov. 1930, em companhia de Juarez Távara e José Américo de Almeida.

O cabo Hermógenes Alves Rodrigues, excluído do Exército em agosto de 1924, por ato administrativo do general João de Deus Menna Barreto foi reincluído no 26º BC, em 24 de novembro de 1930, com base neste Decreto nº 19.395.

As reinclusões e promoções dos expulsos das fileiras em 1924 gerou um clima de crise nos quartéis brasileiros.

Como interventor do Pará, Magalhães Barata criou símbolos e inventou tradições para cultuar as revoluções de 1924 e 1930, das quais fora protagonista, demarcando aqueles movimentos como emblemáticos na luta pela ruptura com a ordem vigente.

O governo da “Nova Era” elevou ao patamar de heróis os revolucionários Assis de Vasconcelos (1924) e Eurico Castilhos França (1930) e renomeou diversas ruas,

avenidas e bulevares na capital paraense e construiu um Memorial Revolucionário na praça da República, quase na esquina da rua Osvaldo Cruz com a avenida Presidente Vargas.



*Memorial Revolucionário
Belém do Pará*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como foco principal descrever episódios da história militar que mereceram poucas linhas de análise ao longo do tempo.

A revolta de 1924 tem a alcunha de “revolução esquecida”. Assim, o que estávamos a apresentar seriam as batalhas esquecidas da revolução esquecida.

A revolta talvez devesse realmente ser esquecida, por confrontar brasileiros contra brasileiros, que atuavam dentro do mesmo segmento de trabalho mas partiram para a luta armada, geraram milhares de mortes, e quase nada de transformador teve de resultado, o que só veio a acontecer na revolução de 1930. Por isso, tampouco o movimento deve ser nominado como revolução.

Um outro dado que traduz esse pensamento seja a nítida falta de firmeza ideológica, refletido pelo número significativo que deserções que afetaram tanto rebeldes quanto governistas.

A revolta de 1924 eclodiu em 5 julho na capital paulista e em 27 de julho, enquanto São Paulo era bombardeada, tem início o movimento rebelde em Belém e, ao mesmo tempo, o governo central envia um Regimento de Cavalaria Provisório para conter um possível avanço insurgente no alto Paraná.

No Pará, foi um episódio de curta duração, encerrado no início de outubro de 1924, e parte do efetivo governista

que aí combateu tomou destino do Paraná, para atuar nessa outra frente operacional.

Em maio de 1925, praticamente se encerra a revolta de 1924 e dá-se um novo rumo nos acontecimentos com a guerra de movimento capitaneada por Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, mais conhecida pelo nome de coluna Prestes.

Em 12 de junho de 1925, o general Rondon publica o último boletim das Forças em Operações (FO) nos Estados Paraná e Santa Catarina.

As campanhas trouxeram reflexos no campo militar. As mobilizações de combate afetaram o serviço militar, perdurando os batalhões patrióticos em detrimento da força federal. A aviação tomou novo rumo, pois foi bastante ineficaz nesses teatros de operações.

A técnica da infiltração, para obter o máximo da surpresa em uma ação ofensiva, foi utilizada tanto pelos governistas quanto pelos rebeldes. No entanto, a ação de mais conhecida foi a promovida pelo batalhão de Cabanas, por ter sido mais eficaz do que a reabertura da picada dos Valérios pelo 1º BFPPR.

Para alguns leitores, pode ter chamado a atenção a quantidade de oficiais intermediários (capitães) em funções de estado-maior, até mesmo de chefes. No entanto, todos já haviam passado pelo Curso de Altos Estudos Militares.

Existem falsas verdades a serem corrigidas: nunca existiram 17 (dezessete) generais a combater os rebeldes em Catanduvas, ao final de março de 1925, pois esses foram no máximo três. O número de combatentes rebeldes enfrentados nesse conflito em particular, não era menor do que mil, há registro de 323 presos em primeira instância, 44 em dias subsequentes e no mínimo 800 em reatamento na direção de Foz do Iguaçu.

Nas palavras de Affonso Arinos de Melo Franco, no livro *Um Estadista da República*, em 1955:

o movimento de 5 de julho de 1922 se apresenta como ponto de partida de um processo de transformação das instituições políticas e sociais do Brasil, o qual se vem desenvolvendo incessantemente, até o presente, através de apresentações sucessivas, às vezes aparentemente contraditórias, mas que obedecem, todas, no fundo, a uma mesma coerência e lógica.

O ministro da guerra mandou contar em dobro o tempo de serviço compreendido no período de 5 de julho de 1924 a 24 de março de 1927, aos oficiais e praças que estiveram efetivamente de campanha.

Com a assunção do poder de Getúlio Vargas, em 1930, foi concedida a anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários e faz ascender a direção do Brasil os que lutavam do lado rebelde. Assim, ficaram a trabalhar, lado a lado, governistas e rebeldes e deram continuidade à Missão Militar Francesa (Anexo I).

Além disso, muitos dos partícipes da revolta de 1924 acenderam em suas carreiras tanto militar quanto política e continuar a influenciar suas instituições ao longo do tempo (Anexo II).

Tantos vencedores quanto vencidos foram submetidos a julgamentos. Alguns governistas foram aos tribunais por deserção e falta de ação de comando. Os rebeldes pelo crime de guerra de insurgência e deserção. Em comum o destino dos prisioneiros. A Colônia Penal de Clevelândia abrigou soldados e sargentos, ao passo que o presídio da ilha grande os oficiais (Anexo III).

ANEXO I

VOL. I

MINISTERIO DA GUERRA

369

SECRETARIA DE ESTADO

Praça da Republica

☎ 4-7019

MINISTRO DE ESTADO: General de Brigada
JOSÉ FERNANDES LEITF DE CASTRO.

Gabinete:

Chefe: Coronel Mauricio José Cardoso.

Officiaes de Gabinete:

Major: Ivaro Fiuzu de Castro.

Capitães:

→ José Carlos Dubois.

→ Orestes da Rocha Lima.

→ Newton Estillac Leal.

→ Dulcídio Espirito Santo Cardoso.

Ajudantes de ordens:

1. os tenentes:

→ Eduardo Gomes.

→ Henrique Ricardo Hall.

→ Oswaldo Cordeiro de Farias.

→ Alcindo Nuns Pereira.

→ Felinto Muller.

1. os tenentes:

Adhemar de Queiroz.

Gabriel Ferrugem de Mello Mattos.

Oswaldo Menna Barreto.

Carlos de Faria e Albuquerque.

ESTADO MAIOR DO EXERCITO

→ Chefe: General de Brigada Alfredo Malan d'Angrogne.

→ Chefe do Gabinete: Coronel Manoel Corrêa do Lago.

Ajudante de ordens: 1.º tenente Benjamin Arco-
verde de Albuquerque Cavalcanti.

1.ª SUB-CHEFIA

→ Sub-Chefe: General de Brigada Alvaro Guilherme
Mariane.

Ajudante de ordens: 1.º tenente Aurelio de Lyra
Tavares.

2.ª SUB-CHEFIA

Sub-chefe: General de Brigada Firmino Antonio
Borba.

Ajudante de ordens: 1.º tenente Gashypo Chagas
Pereira.

→ Chefes de Secção:

Coroneis:

José Ribeiro Gomes.

...

Archivista: Major ref. Francisco de Siqueira Rego
Barros.

1.º VOL. — 1931 — 24

IMPRESA MILITAR

Encarregado: Orosmano da Soledade.

Chefe das officinas: Armando Cezar Petra de
Barros.

GABINETE PHOTOGRAPHICO

Encarregado: Antonio Luiz de Freitas Pereira.

ESTADO MAIOR GENERAL DO EXERCITO

Generaes de divisão:

→ Augusto Tasso Fragoso.

→ Alfredo Ribeiro da Costa.

→ Alexandre Henriques Vieira Leal.

→ João de Deus Menna Barreto.

→ Hastimphilo de Moura.

→ Isidoro Dias Lopes.

→ Octavio de Azeredo Coutinho.

→ João Alvares de Azevedo Costa.

Generaes de brigada:

→ José Fernandes Leite de Castro.

→ Estanislau Vieira Pamplona.

→ Benjamin Constant Botelho de Magalhães (*).

→ Firmino Antonio Borba.

→ Marçal Nonato de Farias.

→ Alfredo Malan d'Angrogne.

→ José Luiz Pereira de Vasconcellos.

→ João Gomes Ribeiro Filho.

→ Pantaleão Telles Ferreira.

→ Nicolau Antonio da Silva.

→ Francisco Ramos de Andrade Neves.

→ Alvaro Guilherme Mariane.

→ Constancio Deschamps Cavalcante.

→ Jorge França Wiedmann.

→ José Victoriano Aranha da Silva.

→ Augusto Limpo Teixeira de Freitas.

→ João Baptista Machado Vieira.

→ Fernando de Medeiros.

MISSÃO MILITAR FRANCEZA

Chefe da missão: Vago.

Intendente geral: General Louis Buchalet.

Coronel: Jacques Baudoin.

...

(*) Fallecido em 22 de Janeiro de 1891 e con-
servado no Almanak Militar por decisão unanime
do Congresso Nacional.

Almanaque de Officiaes — edição de 1931

Legenda: → governista em 1924; ⇨ revolucionário em 1924

ANEXO II

PERSONAGENS SIGNIFICATIVOS CITADOS

Houve um elevado número de personalidades, de ambos os lados, que permaneceu grafado na história do Brasil nos anos subsequentes, alguns deles na própria carreira militar e outros enveredaram para a política, atingiram o ápice de suas carreiras, sendo que o espírito revolucionário refletiu para os anos subsequentes e em outras revoluções como em 1930, 1932 e 1964.

personagem	em 1924	tempos depois ...
Alcides Mendonça Lima Filho	capitão EB ChEM do Dst Almada das FO	Cmt da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (36/39)
Álvaro Guilherme Mariante	coronel EB, Cmt Dst nas FO	ministro STM
Antônio de Siqueira Campos	tenente - participou da revolta do Forte Copacabana, conhecida como 18 do Forte	faleceu em um acidente aéreo, pouco antes da revolução de 1930
Benedicto Marques da Silva Acauan	major ChEM Dst SC das FO	Cmt 7º BC na revolução de 1930
Benedicto Olympio da Silveira	tenente-coronel Ch EM das FO	general de divisão ChEM do Exército

personagem	em 1924	tempos depois ...
Cândido Mariano Rondon	general de divisão/ comandante das FO do PR e SC	marechal e patrono da arma de comunicação do Exército ¹¹⁴
Collatino Marques	major E1 das FO do QG Paraná	oficial general
Eduardo Guedes Alcoforado	capitão E1 do Dst Paraná das FO	general de divisão
Epaminondas de Lima e Silva	tenente-coronel a serviço no EM das FO e Cmt AD	fundador da revista Defesa Nacional como componente da missão indígena, jovem turco
Eudoro Barcellos de Moraes	capitão adjunto do serviço de automóveis das FO	general de brigada
Eurico Gaspar Dutra	capitão Ch Op das FO	presidente da república
Filinto Strubling Müller	major rebelde	interventor e governador eleito no Mato Grosso
Frederico Augusto Rondon	tenente da artilharia das FO	general de divisão
Gentil Falcão	capitão do EB do Dst do Norte	general
Herculino Cascardo	capitão da armada - liderou a rebelião do navio São Paulo	interventor no Rio Grande do Norte
Hermógenes Alves Rodrigues	soldado rebelde do 26º BC	foi anistiado, reintegrado e promovido a 2º Sgt

¹¹⁴ No contexto da revolução de 1930, foi detido em 3 out. 1930 por Miguel Costa, em Marcelino Ramos (RS), durante um deslocamento ferroviário. Rondon recusou-se a apoiar ou aderir ao movimento. Foi conduzido para Porto Alegre onde permaneceu algum tempo preso.

personagem	em 1924	tempos depois ...
Isauro Reguera	capitão Adj E3 das FO	general de divisão
João Alberto de Lins e Barros	tenente-coronel rebelde	interventor em São Paulo
João Cabanas	rebelde/ tenente do Regimento de Cavalaria da FPSP	deputado federal
João de Deus Menna Barreto	general de brigada Cmt Dst N	general de divisão, depôs o presidente Washington Luís, interventor no RJ, ministro STM
João Theodoro Pereira de Mello Netto	capitão Cmt flancoguarda norte das FO	coronel Cmt 4º RCD
João Theodureto Barbosa	capitão EB delegado do QG das FO	general de exército
Joaquim Antônio de Moraes Sarmiento	capitão da FPPR	patrono da Polícia Militar do Paraná
Joaquim de Magalhães Cardoso Barata	1º tenente do EB - rebelde	interventor no Pará
Joaquim Fernandes do Nascimento Távora	capitão do EB	faleceu em 15/07/1924. Nome de município no Paraná
José Alberto de Mello Portella	major E3 das FO	oficial general
José Ângelo Gomes Ribeiro	tenente comandante do QG das FO e aviador	pioneiro da aviação militar do Exército
José Meira de Vasconcellos	capitão E2 das FO	general de divisão

personagem	em 1924	tempos depois ...
Josué Justiniano Freire	tenente do EB que resistiu a revolta em Belém em 1924	papel relevante em 1932 em Belo Horizonte
Juarez Fernandes do Nascimento Távora	capitão do EB, desertou e ficou ao lado dos rebeldes	general de exército e político
Luís Carlos Prestes	pediu demissão do EB em 1924 - rebelde	líder do Partido Comunista
Miguel Costa	major da FPSP subcomandante do Regimento de Cavalaria da FPSP	comandante da Força Pública de São Paulo e general honorário de Exército
Milton de Freitas Almeida	capitão EB E2 de Dst das FO	general de exército
Nelson de Mello	tenente do EB - rebelde	combateu na FEB como Cmt 6º RI. general de exército e governador do Amazonas
Nereu Gilberto de Moraes Guerra	capitão Cmt 13º BC, encarregado da escolta dos PG de Catanduvas	Cap Cmt 21º BC, de Recife, foi assassinado em 31/10/1931 numa rebelião que pretendia derrubar o interventor do Estado
Newton Estillac Leal	capitão do EB: tenente-coronel revolucionário	ministro da guerra
Oswaldo Cordeiro de Faria	major do EB - rebelde	general de divisão, participou da FEB, foi interventor no Rio Grande do Sul e governador eleito em Pernambuco

personagem	em 1924	tempos depois ...
Pedro Aurélio de Góes Monteiro	capitão do EB integrante das FO	ministro da guerra e ministro do EMFA
Protógenes Pereira Guimarães	capitão de mar e guerra - rebelde	ministro da marinha
Raul da Silveira de Melo	capitão do EB chefe do serviço de engenharia das FO	general de brigada
Raymundo Rodrigues Barboza	coronel do EB – Cmt 8ª RM em Belém	general de divisão - ministro do STM
Rossini de Medeiros Raposo	tenente EB do II/ 11º RI	general de brigada
Waldemar Siqueira de Barros Arouk	tenente PM em Belém	Cmt da Guarda Civil de Belém e Cmt Geral dos Bombeiros
Wolgrand Pinheiro Cruz	capitão EB Adj E4 das FO	general de divisão

ANEXO III

A COLÔNIA PENAL DE CLEVELÂNDIA

Em 1925, o governo reconfigurou o Núcleo Colonial-Agrícola Cleveland, inaugurado em 5 maio 1922, instalado na margem brasileira do rio Oiapoque, e instituiu a Colônia Penal de Clevelândia do Norte, com o objetivo de desterrar os envolvidos em levantes e delitos comuns durante a vigência do estado de sítio, tal qual previsto na Constituição de 1891, em seu artigo 80; e vadios e capoeiras, como previsto no Código Criminal.

Os núcleos agrícolas surgiram por proposta do senador Justo Chermont, em 1919, ratificada pelo senador Lauro Sodré, como forma de povoamento da terra abandonada na linha de fronteira, com prioridade de ocupação para nordestinos flagelados pela seca.

No primeiro grupo de encaminhados ao desterro, em 26 de dezembro de 1924, estavam 250 presos de delitos diversificados do Rio de Janeiro, incluindo da conspiração Protógenes e do levante do encouraçado São Paulo. Em outro, de 6 jan. 1925, estavam 119 praças do Exército e da Armada envolvidos na revolta de 1924 do Pará e do Amazonas. No terceiro, em junho de 1925 estavam 577 dos rebeldes aprisionados por Rondon no Paraná.

As embarcações maiores não atracavam no cais da Oiapoque. Elas chegavam até a foz do rio e a partir desse ponto, caminhava-se e pegava-se canoa para atravessar igarapés, perfazendo uns 18 quilômetros mata adentro.

Os presos em Clevelândia permaneceram alojados em grandes barracões construídos por eles mesmos, chamados de bangalôs, separados conforme suas afinidades políticas ou crimes praticados, vivendo em um local com as peculiaridades climáticas da Amazônia equatorial.

Paulo Sérgio Pinheiro registrou que dos 946 presos, 491 morreram e pelo menos 262 conseguiram fugir, uns para a Guiana Francesa e outros em retorno para o núcleo central brasileiro.

Os detentos viviam em um regime de trabalho exaustivo com o estabelecimento de hierarquia entre eles. A disenteria, a malária e outras doenças tropicais eram de rotina. A fugas para as matas da Guiana era objetivo permanente. Estima-se que metade dos presos morreu durante a execução da pena.

A situação das enfermidades agravou-se com a chegada dos rebeldes de Catanduvas. Até junho de 1925 haviam sido enterrados 35 prisioneiros. As demais baixas foram anotadas pós esse período.

Quando Washington Luís assume a presidência, em novembro de 1926, determina o encerramento da colônia penal.

No dia 8 de janeiro de 1927 o navio Baependy atracou na baía de Guanabara trazendo setenta e sete ex presos. A estrutura dos porões do navio, é assim descrita:

em número de três: um na proa, outro quase ao centro, e o terceiro na ré. O primeiro compreendia duas partes: a superior e a inferior. Naquela ficamos, não só nós, os “presos políticos” desta capital, e conosco os inferiores do exército e da Brigada

Policia, embora uns e outros desterrados não naquela qualidade mas como simples indesejáveis, mas ainda aqueles oficiais comissionados de Catanduvas. Na parte inferior, ficaram os ladrões, vigaristas, punguistas, salteadores e vadios, [...]. No porão quase ao centro, iam os soldados e inferiores do Paraná; e no da ré, em que havia armamento e munição, os cinquenta soldados que constituíam a escolta. Os camarotes foram reservados aos oficiais e sargentos desta e aos oficiais e sargentos do navio (publicado no periódico A Nação, do Rio de Janeiro, em jan. 1927).

No dia 22 de fevereiro de 1927, o jornal *O Combate* anuncia a chegada dos últimos oito prisioneiros de Clevelândia, “todos muito doentes”, chegados no vapor “Macapá”.

REFERÊNCIAS

ALMADA, coronel João Baptista Pires de. **Relatório do Destacamento Almada**. 1924. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

ALMANAK LAEMMERT: administrativo, mercantil e industrial, edições de 1924, 1925, 1926 e 1930.

ALVES FILHO, Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves, BEZERRA NETO, José Maia. **Pontos da história da Amazônia**, v.2. Belém: Paka-Tatu, 2000.

ARAGÃO, Isabel. **O levante das forças do Exército e da Marinha no Amazonas no ano de 1924**. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

ASSIS, Dilermando. **Nas barrancas do alto-Paraná: fragmentos históricos da Revolução de 1924**.

BENTO, Cláudio Moreira. **Amazônia Brasileira: conquista, consolidação e manutenção (1616-2003)**. Porto Alegre: AHMTB, 2003.

BORDIN, Marcelo. **A guerra de trincheiras esquecida em Catanduvas, Paraná (1924/1925): aspectos geohistóricos**. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v.1, n. 1, p. 57-67, jan./jun. 2014. 58-67.

BRAGA, Theodoro. **Guia do Estado do Pará**. Belém: 1916.

BRASIL. **A história do Exército brasileiro: a revolução de 1924**. Disponível em www.eb.gov.br.

BRASIL, **registro histórico do 13º BC**. Joinville-SC.

BRITO, Edson Machado de. **Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa**. [mestrado]. São Paulo: PUC, 2008.

BURGARELLI, Ricardo. **Um homem que conta histórias é de maior confiança do que um homem que dá conselhos** [mestrado]. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

CABANAS, João. **A coluna da morte**. São Paulo, 1928.

CARNEIRO, Glauco. **História das revoluções brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.

CARVALHO, J. Nunes de. **A revolução no Brasil: 1924-1925 – apontamentos para a história**. 3ed. Rio de Janeiro: 1931., 1927.

CASTELLO BRANCO, Adauto. **Catanduvás**. São Paulo: Irmãos Ferraz

CASTRO, Maria Clara Spada de. **Além da Marcha: a (re)formação da coluna Miguel Costa – Prestes** (mestrado). Guarulhos: USP, 2016.

COIMBRA, Creso. **A Revolução de 30 no Pará: análise crítica e interpretação da História**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

CONDURU, J. M. **Blog de fotografias**. Disponível em <http://jmconduru.blogspot.com/2013/04/belem-ontem-hoje-6.html>

COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõem...**, 1955, p. 20-21.

COUTINHO, general Octávio de Azeredo. **Relatório do Destacamento do Paraná**. 1924. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

COSTA, Yuri Abyaza. **Marchando com Miguel Costa: a ação da coluna Paulista no interior de São Paulo e a ligação da coluna Prestes**. São Paulo: ed. do Autor, 2021.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: Ibrasa, 1987.

DORIA, Pedro. **Tenentes: a guerra civil brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

DOSSIÊ IPHAN. **Círio de Nazaré**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

DUTRA, capitão Eurico Gaspar. **Diário de Operações diante de Catanduvás**. 1925. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

FGV. CPDOC. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br>

- GOMES, Francisco. **O Tenentismo no Amazonas**. Blog, 2012.
- HELLER, Milton Ivan. **De Catanduvras ao Oiapoque: o martírio de rebeldes sem causa**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico, 2006.
- Jornal O Imparcial**, edições de 1924. Rio de Janeiro/ RJ.
- Jornal O Paiz**, edições de 1924 e 1925. Rio de Janeiro/ RJ.
- Jornal Pacotilha**, edições de 1924. São Luís/ MA.
- KEITH, Henry Hunt. **Soldados Salvadores**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1989.
- KOLING, Paulo José. **A revolução tenentista em São Paulo e seu desdobramento no oeste do Paraná - Catanduvras - uma história para ser contada**. Curitiba: UNIOESTE. ISBN 978-85-8015-053-7.
- LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e episódios da revolução de 1924 e da Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1952.
- LOPES, Edson. **Nunca vencidos: 13º Batalhão de Infantaria Blindada**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2019.
- MAGALHÃES, J.B. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1956.
- Mapa do estado do Paraná, 1924**. Centro Cultural Digital. Disponível em <https://centrocultural.com.br/items/show/7>. Acesso em 29/09/2021.
- MARIANTE, coronel Álvaro Guilherme. **Relatório do Destacamento Mariante**. 1924. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.
- MARTINS, Celso. **Os Comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1995.
- McCANN, FRANK D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995.

MENNA BARRETO, general João de Deus. **Relatório das Forças de Terra e Mar (Destacamento do Norte)**. 1924. Disponível em docvirt.com/DocReader.net/DocReaderMobile.aspx?bib=fsc_corrger&PagFis=545.

MENDONÇA, Roberto. **Revolução de 1924 no baixo Amazonas**. Blog do coronel Roberto, 2013.

MENEZES, José Pantoja de. **O Corpo de Bombeiros no Pará**. Belém: 2007.

MIORANZA, Elsi. **As marcas da revolução de 1924 em Guaraniaçu**. Curitiba: UNIOESTE. ISBN 978-85-8015-054-4.

MIRANDA, Floriano Napoleão do Brasil. **Revolta! Relato das operações do 1º Batalhão da Infantaria da Polícia Militar do Paraná na campanha de 1924**. Curitiba: Tipografia Max Roesner, 1946.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Siciliano, 1991.

OIVEIRA, Nelson Tabajara de. **1924: a revolução de Isidoro**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1955.

OLIVEIRA, Walter Pinto de. **Memórias de uma revolta esquecida: o baixo-Amazonas na revolução Constitucionalista de 1932** (dissertação de mestrado). Belém, UFPA, 2012.

PAGANINI, Adelar Antônio. **Entrevista**. TV GLOBO.

PEREIRA, Pablo Nunes. **Os almirantes dos rios: relações sociais, poder e combate na Amazônia (1868-1924)**. Belém: UFPA, 2021.

PFLUCK, Lia Dorotéa. **Os caminhos pelo oeste do Paraná, entre os Séculos XIX e XX, a Busca pelo Ensino de Geografia**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v.11, n.15, p. 184-197, jul.-dez., 2016.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil/ 1922-1935**. São Paulo: Companhia das/ 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POMPEU, Alberto Rodrigues. **Entrevista**. TV GLOBO.

PMPA. Museu Digital da PMPA. **Movimento Tenentista**. Disponível em <http://museudigitaldapmpa.blogspot.com/2020/>

REIS, Thomaz. **A campanha do Paraná 1924-1925 (álbum fotográfico)**. Serviço Fotográfico do Exército. Impresso nas oficinas de “Esperia”, Milão, Itália. Acervo OI Futuro. Disponível em <https://acervo.oifuturo.org.br/acervo-museologico/album-fotografico/>

RONDON, general Cândido Mariano da Silva. **Relatório das Forças de Operações no Paraná e Santa Catarina**. 1925. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

RIBAS, Antônio de Lara. **Polícia Militar de Santa Catarina: ação de guerra dos batalhões de infantaria no período de 1922 a 1930**. Florianópolis: PMSC, 1985.

ROMANI, Carlo. **Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 2011.

ROSA FILHO, João Alves da. **Revolução de 1924: episódios da história da PMPR**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2001.

RUIZ, Alexandre Mimoso. **Morte ou Glória: a derrocada dos Atlantes**. Florianópolis: Ed. Alfeu Mimoso Ruiz, 1968.

SALLES, Ney. **Dias de Luta no oeste do Paraná**. Jornal O Paraná, 17 de outubro de 1977.

SAVIAN, Elonir José. **Legalidade e revolução**. Curitiba, 2021.

SENA, Davis Ribeiro de. **As revoltas tenentistas que abalaram o Brasil**. Brasília - Porto Alegre: Ed do autor, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: análise e depoimentos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

SOUZA, José Augusto. **A coluna Prestes em discursos**. UFPR, Curitiba, 2005.

SPERANÇA, Alceu A., jornal **O Paraná**, seção dominical *Máquina do Tempo*, 2017. Disponível em https://pt.wikisource.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_no_caminho_dos_pioneiros.

STM. **Acórdãos de Apelação do Supremo Tribunal Militar (1921-1930)**. 2021.

TÁVORA, Juarez. **Juarez Távora: uma vida e muitas lutas – memórias**, v.1, da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro: BIBLIEX e Livraria José Olympio, 1973.

TECCHIO, Caroline. **Memórias do combate à Coluna Paulista no oeste paranaense: a escrita de si nas pajadas de um soldado**. Pelotas: UFP, 2012.

TOLEDO JÚNIOR, João Carlos. **A participação da Polícia Militar do Paraná nas revoluções de 1924, 1930 e 1932**. São Paulo: PMSP, 2020.

TORRES, Sérgio Rubens de Araújo. **Revolução de 1924: nas barrancas do rio Paraná**. UMES. 2013.

UNIPAR. Documentário. **A revolução esquecida - O desfecho de Catanduvas**. Umuarama, 2016.

VASCONCELLOS, Felinto Paulo de Oliveira. **Blog da família Assis de Vasconcelos**. Disponível em www.angelfire.com/ego/fpovas/.

VIVEIROS, Esther. **Rondon conta a sua vida**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2010.

ZATTI, Carlos. **Cronologia do Paraná**.

Consulte as normas e condições vigentes. Sujeito a análise cadastral.

Crédito Imobiliário Digital

A casa própria com as melhores condições

Financiamento com juros baixos, rápida liberação e outros benefícios para a construção e a aquisição de imóvel, terreno e material de construção.



poupe x . c o m . b r